



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TÁCIO JOSÉ NATAL RAPOSO

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNICÍPIO DE PACARAÍMA –
1995 – 2013**

BOA VISTA - RR

2015



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TÁCIO JOSÉ NATAL RAPOSO

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNICÍPIO DE PACARAIMA –
1995 – 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras

Coorientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho

BOA VISTA

2015



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador: Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras

Coorientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho

**OBS: ESSA FOLHA SERÁ SUBSTITUÍDA PELA FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA PELOS PROFESSORES DA BANCA
(CEDIDA PELO PPG-GEO)
NO VERSO DA FOLHA ANTERIOR COLOCAR A FICHA CATALOGRÁFICA.**

BANCA EXAMINADORA

PROF^a DRA MARIA BÁRBARA DE MAGALHÃES BETHONICO

PROF^a DR^a MARIA MÁRCIA DE OLIVEIRA

PROF. DR. REGINALDO GOMES DE OLIVEIRA

SUPLENTE

Aprovada em: ____/____/____

Boa Vista, Abril de 2015

AGRADECIMENTOS

Ao Divino Mestre Deus e aos Santos que me guiam.

A minha Mãe Emília Tereza de Souza e aos Meus Irmãos e Sobrinhos.

Ao meu venerado orientador Elói Martins Senhoras por todo apoio, paciência e sabedoria.

Ao meu coorientador Artur Rosa Filho pela amizade e grande colaboração.

À Coordenação do Mestrado.

Aos meus Professores do Mestrado.

Aos incríveis colaboradores: Luiz Mário Severo Ávila, Ângela Silva Miazaki, Taylor Nunes.

Roniel Vitor de Oliveira, Francisco Cunha, Ismael Feliciano da Cruz.

Aos amigos companheiros de campo: Nilva Baraúna, Rodrigo Laurema, Wanderson Mesquita - Filé, Alex Wanuth, Fabio Oliveira, Edjany Debora.

Aos ex-administradores da Vila de Pacaraima: Sr. Sabá, Paulo Robstan, Francisco Valente Altemir Campos e Edutina Passos.

Aos militares do 3ºPEF e 7ºBIS na pessoa do capitão Eduardo Erikson Moraes Santos.

Aos arquivistas da Imprensa Oficial do Estado de Roraima.

Aos ex-prefeitos Hiperion de Oliveira, Paulo Cesar Justo Quartiero e Francisco Roberto.

As minhas queridas amigas e companheiras de trabalho: Leandra Barbosa, Luzinete, Karen Oliveira, Gleciane Fagundes, Elienai Menezes.

As valiosas correções das amigas: Maria Veneranda Gutierrez e Jéssica.

Aos amigos pelo incentivo: Radoan Luiz Rodrigues, Ibraim, Rute, Edjane Soares, Salete Soares, Renata Zanolla, Rui Guilherme.

Aos meus amigos do Mestrado, em especial, Érica Joyce, Adriana Roseno e Tânia.

Aos amigos do Departamento de Políticas Educacionais - DEPE da Secretaria Estadual de Educação – SEE/RR - Gestão: 2011 a 2014.

A todos que me ajudaram, muito obrigado.

*Aos habitantes da cidade e aos que por ela se
interessam, não importando a perspectiva!*

*“Um pouco de conhecimento que age vale
infinitamente mais do que conhecimento que é
ocioso.”*

Gibran Khalil Gibran

RESUMO

A Produção do Espaço da cidade de Pacaraima no contexto amazônico, em suas diferentes abordagens, pode ser analisada com base na sua geo-história como produto das relações socioespaciais de seus agentes produtores do espaço. Considera-se que essa produção guarda uma ancestralidade indígena, perpassando pela ação de garimpeiros, militares, administradores da vila, prefeitos, políticas públicas e grande intervenção do governo federal, evidenciando assim as forças de horizontalidade e verticalidade de produção espacial. Assim, o presente analisa a produção do espaço da cidade de Pacaraima, considerando o local e os processos na produção do espaço, analisando especificamente o período de 1973 a 2013. O recorte evidencia o início do processo de aglutinação de pessoas na área onde se localiza a cidade, com a formação do Povoado do Diviso. Esse período perdura por dez anos e é marcado pela forte presença militar na região até a criação da Vila de BV8 ou Vila de Pacaraima em 1983. Durante o período de estabelecimento da Vila, fez-se um estudo da atuação de seus administradores como agentes espaciais, até o estabelecimento da cidade em 1995 e, sua primeira legislatura em 1997. A análise do processo de produção espacial de Pacaraima, como cidade, é feita mediante um exame dos conjuntos de ações e medidas adotadas por cada prefeito, que era protagonista do executivo municipal. Analisam-se ainda as forças das políticas públicas verticais e as forças dos campos de espaços de poder entendidos como forças horizontais que são agentes de produção espacial. Utilizou-se método qualitativo, que repercute em uma multiplicidade analítica de olhares sobre um mesmo fenômeno da produção espacial. As técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas foram enriquecidas com o método de revisão integrativa e de produção de mapas. A presente colabora com apreensão dos complexos eventos e processos que possibilitaram a gênese e a re-produção espacial da cidade de Pacaraima.

Palavras - chave: Produção do Espaço, Cidade, Pacaraima, Políticas Públicas, Amazônia.

ABSTRACT

The Production of the Space from Pacaraima city in Amazonian context in their different approaches can be analyzed based on its geo-history as a product of socio-spatial relations of its producers space agents. It is considered that this production keeps an indigenous ancestry, passing through the miners' action, military, village administrators, mayors, public policy and big federal government intervention thus showing the forces of horizontality and verticality of production spatial. Thus, the present analyzes the production of space of the Pacaraima city considering the location and the processes in the production of space specifically looking at the period from 1973 to 2013. The clipping shows the beginning of the assemblage process of people in the area where the city is located with the formation of the Village of Division. This period lasts for ten years and is marked by a strong military presence in the region until the creation of BV8 Village or Pacaraima Village in 1983. During the establishment period of the Village made a study of its managers performance as spatial agents, until the establishment of the city in 1995 and its first legislature in 1997. The analysis of spatial production process of Pacaraima as a city is make by the analysis of sets of actions and measures adopted by each mayor as a municipal executive protagonist. Analyzes even the forces of vertical public policies and the forces fields, power spaces understood as horizontal forces while spatial producers agents. Was used qualitative and quantitative method that echoes in a analytical multiplicity perspectives on the same phenomenon of spatial production. The techniques of documentary bibliographical research, interviews were enriched with integrative review technique and production of maps. This work cooperate with seizure of complex events and processes that made possible the genesis and the spatial re-production of Pacaraima city.

Key words: Space Production, City, Pacaraima, Public Policy, Amazon.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A CIDADE DE PACARAIMA, ESPAÇO DE MULTIPLAS REFLEXÕES	30
2.1 A CIDADE DE PACARAIMA E SEUS CONTEXTOS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS	31
2.1.1 Amazônia Legal	34
2.1.2 Amazônia Caribenha	38
2.1.3 Amazônia Setentrional	41
2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE E A QUESTÃO REGIONAL	45
2.2.1 Pacaraima na perspectiva da Amazônia Legal	47
2.2.2 Pacaraima na perspectiva de Amazônia Caribenha.....	50
2.2.3 Pacaraima na perspectiva de Amazônia Setentrional.....	52
2.3 A CIDADE NO CONTEXTO ESTADUAL	53
2.3.1 O Jogo Político no Estabelecimnto da Cidade	58
2.4 APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO PACARAIMA COMO ESPAÇO AMAZÔNICO	60
3 AS HORIZONTALIDADES E AS VERTICALIDADES NA (RE) PRODUÇÃO DO ESAPÇO DA CIDADE DE PACARAIMA	66
3.1 PACARAIMA GÊNESE E PROCESSOS	67
3.2 GEOGRAFIA HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE PACARAIMA	68
3.3 FRONTEIRA ABERTA: FORÇAS DE HORIZONTALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA	72
3.3.1 Ancestralidade indígena como elemento da produção espacial	76
3.4 FRONTEIRA FECHADA: VERTICALIDADES E A CONSTRUÇÃO DA BR174 E DO PELOTÃO DE FRONTEIRA.....	77
3.4.1 A Criação do município e o dinamismo espacial.....	81
3.5 REABERTURA DA FRONTEIRA: CONFLUÊNCIA DAS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE.....	87
3.5.1 Desenvolvimento socioespacial de Pacaraima e acoplamento à cidade de Santa Elena do Uiarén.....	94
2.5.2 Desenvolvimento socioespacial de Pacaraima e a questão das terras indígenas.....	97
4 PACARAIMA – 1973 a 1995	104

4.1 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DA EVOLUÇÃO DO ESPAÇO DE PACARAIMA – 1973 a 1995.....	105
4.1.1 A currutela, a abertura da BR 174 e a chegada dos militares.....	105
4.1.2 A área militar, a aglomeração e o povoado: 1973 a 1983	112
4.1.3 Pacaraima como Vila - 1983 a 1995	114
4.1.4 Administradores da vila - 1983 a 1995	117
4.2 PRIMEIRO ADMINISTRADOR: JOSÉ SEBASTIÃO ALVES BEZERRA	119
4.3 QUARTO ADMINISTRADOR: ALTEMIR DA SILVA CAMPOS	121
4.4 SÉTIMO ADMINISTRADOR: FRANCISCO VALENTE	122
4.4.1 Aspectos gerais da administração de Francisco Valente.....	122
4.5 OITAVA ADMINISTRADORA: EDUTINA PASSOS SILVA	123
4.6 NONO ADMINISTRADOR: RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA CARVALHO	127
4.7 DECÍMO ADMINISTRADOR: PAULO ROBSTAN ARAÚJO DE SOUZA.....	127
5 PACARAIMA COMO CIDADE - 1996 A 2014	139
5.1 PRIMEIRA E SEGUNDA GESTÃO	140
5.2 TERCEIRA GESTÃO: PAULO CÉSAR JUSTO QUARTIERO.....	151
5.2.1 Terceira Gestão: Francisco Roberto	156
5.3 QUARTA E QUINTA GESTÃO: ALTEMIR CAMPOS.....	160
6 DINÂMICA SOCIOESPACIAL, CAMPOS DE PODER, POLÍTICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO NA CIDADE DE PACARAIMA	178
6.1 REVISÃO INTEGRATIVA DAS PRÁTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA ENTRE 2006 A 2013	180
6.2 ESPAÇO DA CIDADE DE PACARIAM COMO CAMPO DE PODER DAS DIMENSÕES DAS PRÁTICAS SOCIAIS.....	185
6.3 AGENTES SOCIAIS.....	188
6.4 POLITICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO	200
7 DIMENSÕES DAS PRÁTICAS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA	207
7.1 DIMENSÃO EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER.....	208
7.2 SEGURANÇA	213
7.3 RELAÇÃO DE FRONTEIRA.....	220
7.4 SAÚDE E MEIO AMBIENTE.....	224
7.5 INFRAESTRUTURA.....	233
7.6 ECONÔMICA	237

7.7 POLÍTICA	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	263

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Fluxograma dos recortes teóricos a serem utilizados na pesquisa.....	25
Figura 2 – Mapa localização de Pacaraima em relação ao continente, país, região e estado.....	33
Figura 3 - Mapa Amazônia Legal e Amazônia Internacional.....	37
Figura 4 - Mapa Amazônia Caribenha.....	40
Figura 5 - Estados e a quantidade de municípios que compõem a área de atuação do PCN.....	43
Figura 6 – Mapa Amazônia Setentrional.....	44
Figura 7 - Mapa de Pacaraima em relação às Amazonas Legal, Setentrional e Caribenha.....	46
Figura 8 - Quadro da evolução da Estruturação urbana na Amazônia (1850-2000)	47
Figura 9 – Mapa da Dispersão das sedes municipais e zonas urbanas na Amazônia.....	48
Figura 10 – Mapa das terras institucionais de Roraima.....	55
Figura 11 – Mapa dos municípios de Roraima.....	61
Figura 12 – Mapa localização da cidade de Pacaraima.....	63
Figura 13 – Mapa das terras indígenas no município de Pacaraima.....	75
Figura 14 – Mapa dos Pelotões Especiais de Fronteira – PEF.....	80
Figura 15 – Mapa da evolução política do estado de Roraima.....	83
Figura 16 - Forças de verticalidades e horizontalidades na produção do espaço de Pacaraima.....	86
Figura 17 - Autores e considerações sobre a produção do espaço.....	88
Figura 18 - Mapa localização da cidade gêmea na faixa de fronteira da região Norte.....	95
Figura 19 - Terras indígenas, área total, população indígena (estimada) e municípios abrangidos.....	98
Figura 20 - Fotos da abertura da BR 174 e chegada até o Marco do BV8.....	109
Figura 21 - Foto vista parcial da Currutela do Garimpo do Divisor.....	110
Figura 22 - Foto vista parcial da cidade de Boa Vista - 1.973 –Prejudicada pelo desabastecimento.....	111
Figura 23 - Mapa localidade do 3º PEF recém criado em 1973. Início do Povoado do Divisor.....	113
Figura 24 - Artigo 41 LEI Nº 085/82 e Fluxograma da Vila de Pacaraima.....	115
Figura 25 - Organograma da Prefeitura Municipal de Boa Vista incluindo a Administração da Vila.....	116
Figura 26 - Administradores da Vila de Pacaraima.....	118
Figura 27 - Mapa Vila de Pacaraima em 1983.....	120
Figura 28 - Fragmento de relatório de viagem, da comitiva de Governo, à Pacaraima em 1989.....	124
Figura 29 - A planta do perímetro urbano da Vila de Pacaraima 1991.....	125
Figura 30 - Placas inaugurais do Quartel de PM e do Hospital ambos em 1992.....	126
Figura 31 - Vista da fachada da sede da Administração da Vila de Pacaraima em 1993.....	128
Figura 32 – Mapa Vila de Pacaraima em 1993.....	129
Figura 33 - Charge Publicada no Jornal Caburaí em 29/07/1994.....	130
Figura 34 - Foto vista parcial das placas do Posto da Secretaria da Fazenda.....	131
Figura 35 - Quadro com Área de Expansão e Memorial Descritivo de Pacaraima..	132

Figura 36 - Quadro com Carta Cadastral de loteamento e Licença de Ocupação, 1996.....	133
Figura 37 - Quadro com copia de ofício enviado ao prefeito de Santa Elena de Uairén em 1994 e nota do jornal O Caburaí de 17/06/1994 - evidências de paradiplomacia na fronteira.....	134
Figura 38 - Prefeitos de Pacaraima.....	140
Figura 39 – Mapa Plano de urbanização e zoneamento de Pacaraima anexo à Lei 020/98 que dispõe do mesmo tema.....	142
Figura 40 - Aspectos parciais de logradouros públicos e o início de benfeitorias entre 1997 e 1998.....	145
Figura 41 - Placa inaugural da Prefeitura e Câmara de Vereadores Pacaraima.	146
Figura 42 - Asfaltamento de logradouros públicos entre 1997 e 1998.....	148
Figura 43 - Fragmento de matéria jornalística Jornal Tribuna do Estado de Roraima - 2001.....	149
Figura 44 - Mapa da cidade 2003.....	150
Figura 45 - Principais convênios na gestão de Hiperion de Oliveira.....	151
Figura 46 - Aspectos da paisagem da cidade em 2006.....	154
Figura 47 - Vista aérea da cidade evidenciando a área de expansão na franja da cidade.....	155
Figura 48 - Vista parcial de horta de produção de orgânicos.....	157
Figura 49 - Principais convênios do governo do Paulo Cesar e Francisco Roberto.....	159
Figura 50 - Biblioteca Municipal Professora Norma Suely Ribeiro Costa.....	161
Figura 51 - Vista Parcial das obras da Nave do Saber.....	161
Figura 52 - Feira Municipal do Produtor.....	162
Figura 53 - Obra parada.....	163
Figura 54 - Croqui da cidade.....	165
Figura 55 – Mapa da cidade de Pacaraima 2013.....	166
Figura 56 - Audiência pública com Justiça Federal.....	168
Figura 57 - Mapa Localização da cidade no Município das duas TI e área para realizar a permuta.....	170
Figura 58 - Casa construída junto à linha de fronteira.....	172
Figura 59 - Problemática do lixão considerando a nascente do Miang e do Jardim Florestal.....	173
Figura 60 - Vista panorâmica da cidade, 2014.....	174
Figura 61 - Imagens da cidade em 1998, 2004 e 2009.....	179
Figura 62 - Imagem do bairro Suapi em dois momentos.....	179
Figura 63 - Seis etapas para a elaboração da Revisão Integrativa.....	182
Figura 64 - Dimensões (aspectos) das práticas sociais.....	182
Figura 65 - Comportamento das Dimensões das Práticas Sociais nos anos analisados.....	183
Figura 66 - Detalhamento das dimensões das práticas sociais mais noticiadas.....	184
Figura 67 - Sistema territorial.....	187
Figura 68 - Transferências financeiras por área de 2007 a 2014.....	189
Figura 69 - Encargos Especiais: FUNDEB e FPM.....	190
Figura 70 - Evolução do IDEB da Escola Municipal Casimiro de Abreu.....	191
Figura 71 - Comparativo de transferências a encargos especiais e à assistência social.....	193
Figura 72 - Comparativo de transferências a Encargos Especiais, à Assistência Social e à Saúde.....	194

Figura 73 - Comparativo entre os repasses ao FUNDEB, à FPM e à Educação.....	196
Figura 74 - Comparativo entre os repasses a Encargos Especiais, à Assistência Social, à Saúde e à Educação.....	196
Figura 75 - Comparativo de repasses a Encargos Especiais, à Assistência Social, à Saúde, à Educação e à Defesa Nacional.....	197
Figura 76 - Praça de esportes no Bairro Suapi.....	198
Figura 77 - Resumo dos recursos aplicados pelo PCN no período de 2003 a 2010.	199
Figura 78 - Total de transferências entre 2007 a 2014.....	200
Figura 79 - Processos de Formação da Cidade de Pacaraima - RR.....	207
Figura 80 – Mapa objetos espaciais da Dimensão Educação, Cultura e Lazer.....	210
Figura 81 - Datas festivas e históricas.....	211
Figura 82 - Rede de hotéis em Pacaraima.....	211
Figura 83 - Único campo de futebol disponível à comunidade junto aos marcos de fronteira.....	212
Figura 84 – Operações Ágata contra o crime organizado em área de fronteira.....	215
Figura 85 – Mapa dimensão Segurança.....	217
Figura 86 – Mapa aspectos da violência no estado e em Pacaraima em 2013.....	218
Figura 87 – Mapa Dimensão das Relações Fronteiriças.....	222
Figura 88 - Rede de prestação de serviços de saúde.....	225
Figura 89 - Vista parcial do lixão.....	227
Figura 90 - Diversidade de resíduos e aumento de riscos.....	229
Figura 91 - Áreas de riscos.....	230
Figura 92 – Mapa dimensão Saúde e Meio Ambiente.....	231
Figura 93 - Aspectos da infraestrutura da cidade.....	234
Figura 94 - Vista parcial da cidade e de sua infraestrutura.....	235
Figura 95 - Alguns seguimentos da produção econômica do município.....	239
Figura 96 - Comércio de alimentos e suporte ao turista.....	240
Figura 97 - Aspectos das moradias e suas distintas espacialidades.....	245
Figura 98 - Mapa dimensão da Economia.....	246
Figura 99 - Prédio da Câmara de Vereadores e Fórum Eleitoral.....	249
Figura 100 – Mapa dimensão Política.....	250

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas Territoriais de Roraima.....	56
Tabela 2 - População no município por situação de domicílio e sexo.....	99
Tabela 3 - Matrícula inicial, funções docentes e estabelecimentos por nível, município de Pacaraima – 2012.....	213
Tabela 4 Abastecimento de água no Município de Pacaraima entre 2008 e 2011...	225
Tabela 5 - Volume faturado (consumo) no Município de Pacaraima entre 2008 e 2011.....	226
Tabela 6 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica entre 2009 e 2012.....	234
Tabela 7 - Participação percentual do PIB dos setores da economia do Município.....	237
Tabela 8 - Evolução do PIB do Município de Pacaraima de 2004 a 2010.....	238
Tabela 9 - Principais produtos da economia local.....	238
Tabela 10 - Produção da pecuária no Município de Pacaraima de 2008 a 2012.....	239
Tabela 11 - Produtos de origem animal no Município de Pacaraima – 2008 a 2012.....	239
Tabela 12 - Quantidade e valores de benefícios emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.....	241
Tabela 13 - Receita total arrecadada pelo Município de Pacaraima - 2008 a 2011.	242
Tabela 14 - Arrecadação tributária do Município de Pacaraima – 2008 a 2011	242
Tabela 15 - Transferências constitucionais para o Município de Pacaraima de 2006 a 2012 (em R\$ 1,00).....	243
Tabela 16 - Transferências constitucionais para o Município de Pacaraima - 2006 a 2012 (em R\$ 1,00).....	243
Tabela 17 - Despesa total do Município de Pacaraima – 2008 a 2011 - (em R\$ 1,00).....	244
Tabela 18 - Índice de Gini do Município de Pacaraima em 1991, 2000 e 2010.....	245
Tabela 19 - Distribuição do eleitorado, por sexo, do Município de Pacaraima em 2012.....	248
Tabela 20 - Situação do eleitorado do Município de Pacaraima em 2012.	248

LISTA DE SIGLAS

1° BLogS – 1° Batalhão de Logística de Selva
1° PelComS – 1° Pelotão de Comunicação de Selva
10° GACS – 10° Grupo de Artilharia de Selva
12°EsqdCMec - 12° Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
1° PEF –Pelotão Especial de Fronteira - Bonfim: na fronteira com a Guiana Inglesa
2° PEF – Pelotão espacial de Fronteira - Normandia
32°PelPE - 32° Pelotão de Polícia do Exército - Setor Militar Marechal Rondon
3° PEF –Pelotão Especial de Fronteira – Pacaraima:na fronteira com a Venezuela
4° PEF –Pelotão Especial de Fronteira - Surucucu
5° PEF – Pelotão Especial de Fronteira - Auaris
6°BEC – 6° Batalhão de Engenharia de Construção
6ªDelSM/29ªCSM- 6ª Delegacia do Serviço Militar/ 29ª Circunscrição do Serviço Militar
6° PEF – Pelotão Especial de Fronteira - Uiramutã
ABLP - Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública
ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ALE-RR – Assembleia Legislativa de Roraima
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APIR - Associação dos Povos Indígenas de Roraima
APL – Arranjo Produtivo Local
BV-8 – Marco Brasil -Venezuela número 8
C FRON RR/7°BIS- Comando de Fronteira Roraima/7° Batalhão de Infantaria de Selva
CAER – Companhia de Água e Esgoto de Roraima
CER – Companhia Energética de Roraima
CiaCmdo 1ªBda Inf SI - Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva
CIDE- COMBUSTÍVEIS – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIR - Conselho Indígena de Roraima
Cmdo 1ªBda Inf SI- Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Setor Militar Marechal Rondon
CDN - Conselho de Defesa Nacional
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.

ENAFRON - Estratégia Nacional de Segurança Pública
FEX - Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações
Finam – Fundo de Investimento da Amazônia
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IGEO/UFRR – Programa de Pós-graduação do Instituto de Geografia
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos
ITR - Propriedade Territorial Rural
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MD - Ministério da Defesa
MI - Ministério da Integração Nacional
MPRR - Ministério Público Estado de Roraima
MRE – Ministério das Relações Exteriores
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAS – Plano Amazônia Sustentável
PCN - Projeto Calha Norte
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PDLIS- Plano de Desenvolvimento Local e Integrado
PDVSA- A Petróleos de Venezuela S.A
PEA - População Economicamente Ativa
PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PRF - Polícia Rodoviária Federal

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SENIAT - Serviço Nacional de Administração Aduaneira e Tributária da Venezuela

SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento

SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STF - Supremo Tribunal Federal

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TI – Terra Indígena

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UBS –Unidades Básicas de Saúde

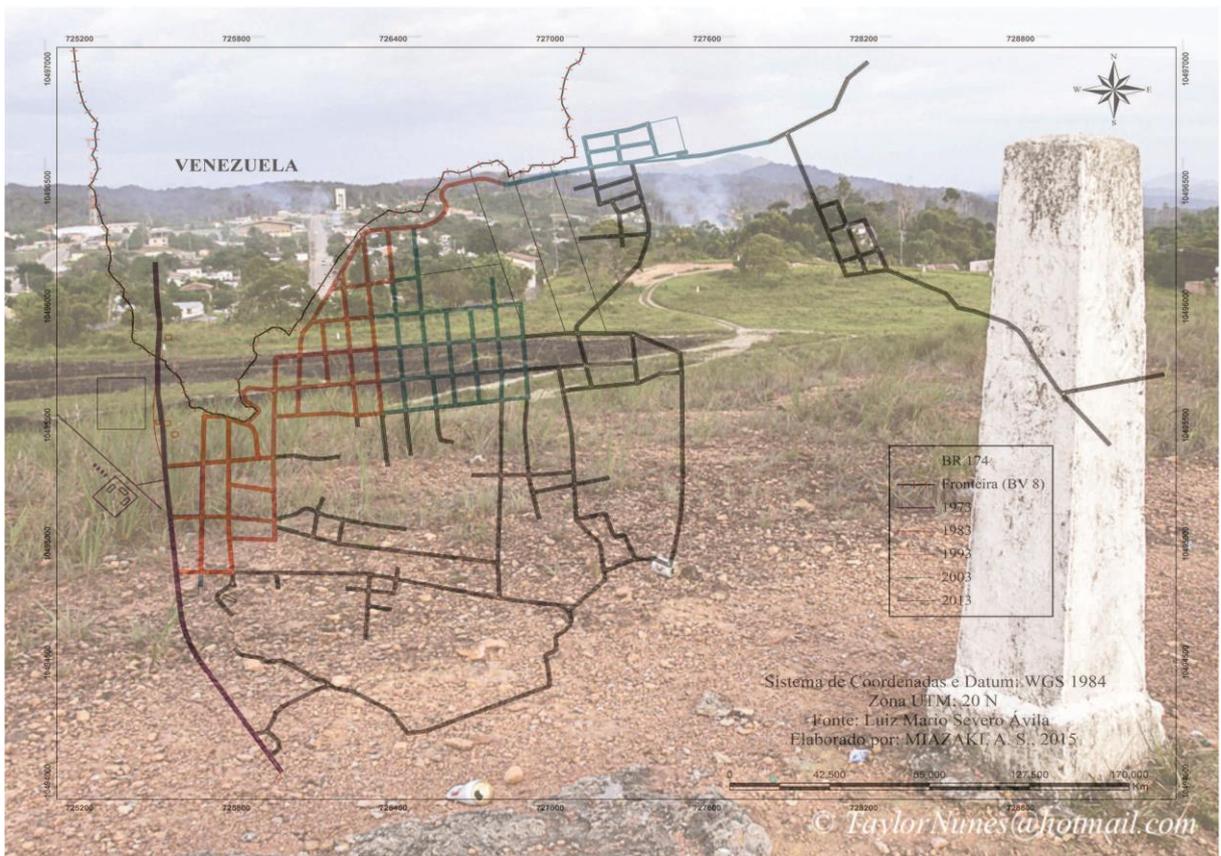
UERR – Universidade Estadual de Roraima

Unb – Universidade de Brasília

VANTs – Veículos aéreos não tripulados

ZFM – Zona Franca de Manaus

INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima - UFRR preocupa-se em investigar quais os processos desencadearam a gênese e possibilitaram o desenvolvimento socioespacial do espaço da cidade no município de Pacaraima na fronteira Brasil- Venezuela e o significado desse processo para o estado de Roraima em um espaço de múltiplas influências, interesses e perspectivas.

Evidencia-se que a compreensão sobre as questões socioespaciais e socioambientais de Pacaraima envolvem um conjunto de obstáculos e desafios frente à pouca quantidade de pesquisa sobre as pequenas cidades da região e ainda a falta de institucionalização e de práticas de registros que possam se converter em fontes que colaborem para apreensão do fenômeno do tema.

Como em qualquer cidade, os conflitos que surgem com a expansão do tecido urbano, suscitam soluções rápidas e cada vez mais inéditas, exigindo uma política de planejamento urbano que contemple políticas administrativas que proporcionem um desenvolvimento socioeconômico e cultural aos seus habitantes e ao mesmo tempo, lhes assegurem um ambiente que possa ofertar condições de ser habitado, desenvolvido e expandido.

Tais demandas exigem competências de diferentes agentes locais, regionais e nacionais para que possam oferecer à sociedade de Pacaraima qualidade de vida, bem como, produzam sustentabilidade ao processo de desenvolvimento socioespacial da cidade, contemplando, ainda, os aspectos da integração de infraestrutura regional Sul Americana, capaz de gerar inserção do município em escala local, regional e internacional, considerando a sua privilegiada posição geoestratégica.

Assim, o problema que a presente pesquisa apresenta para estudo consiste em compreender, como foco de questionamento, quais são os elementos que explicam a gênese e o desenvolvimento socioespacial da cidade de Pacaraima? Para responder a pergunta proposta como objeto de estudo, para explicar o surgimento e o desenvolvimento socioespacial da cidade de Pacaraima, faz-se necessário compreender que ele está condicionado a elementos estruturais e conjunturais por meio de um par de hipóteses.

A primeira hipótese (H-1) considerada uma variável independente, apresenta que a gênese e a estruturação do padrão de desenvolvimento socioespacial da cidade de Pacaraima

estão atreladas a forças de verticalidades (criação do pelotão de fronteira, repasses, transferências e demarcação de terras indígenas) e a forças de horizontalidades (questões culturais locais, desenvolvimento derivado de comércio triangular, envolvendo Santa Elena de Uairén e Boa Vista), que materializam o espaço da área construída da cidade na fronteira com a Venezuela.

A segunda hipótese (H-2), identificada como dependente, aborda que o município e a cidade de Pacaraima vivem uma crise institucional oriunda das forças verticais, às quais impactaram nos processos de delimitação das Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, delimitações essas realizadas pelo governo federal e, oriunda, também, da horizontalidade originada pela crise cambial da relação com cidade de Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

Com base nessas hipóteses, o estudo apresenta a tese de que a evolução da formação socioespacial de Pacaraima está claramente ligada às forças de desenvolvimento endógeno, razão pela qual, existe um amplo impacto positivo e negativo das verticalidades do federalismo e das horizontalidades ligadas à cidade gêmea de Santa Elena de Uairén.

Balizada nas duas hipóteses esta dissertação propôs analisar como objetivo geral a (re) produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, no período de 1995 a 2013, na qual discute sua geo-história, tomando como referência a produção do espaço da cidade desde sua gênese. Como objetivos específicos destacam-se:

- 1) Discutir a gênese e o desenvolvimento territorial da cidade, com base em análise documental e sua periodização;
- 2) Discutir a dinâmica da evolução da cidade a partir da questão de acoplamento horizontal à cidade gêmea de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, e das verticalidades provenientes de transferências governamentais nas esferas federal e estadual;
- 3) Mostrar a dinâmica restritiva da malha urbana, os marcos legais para expansão territorial da cidade, os problemas de insegurança jurídica, os quais passam por regulamentação legal;

Na instrumentalização da pesquisa, com claro intuito de substantivar o debate proposto na dissertação, bem como, de alicerçar as etapas e os capítulos na obtenção das informações, buscou-se realizar os seguintes objetivos meios:

- 1) Georreferenciar e elaborar mapas da área de estudo, conforme o interesse da pesquisa;
- 2) Realizar pesquisa bibliográfica e documental a respeito da evolução e dinâmica socioespacial do município de Pacaraima;

- 3) Utilizar-se de técnica de levantamento de dados por meio de aplicação de questionários que servirão, também, para estruturar possíveis entrevistas;
- 4) Realizar revisão integrativa como método para construção de marcos de periodização na evolução da dinâmica socioespacial de Pacaraima;
- 5) Pesquisar e levantar acervo iconográfico que possa colaborar com a apreensão dos processos de evolução e dinâmica socioespacial de Pacaraima.

Os objetivos meios visam colaborar com o entendimento do processo de urbanização, surgimento da cidade, no estado de Roraima e da Amazônia Setentrional, bem como, sua relação com as forças estatais das políticas públicas e das verticalidades postas ao estado e sua relação com forças horizontais nascidas da dinâmica local.

A região onde se insere a cidade de Pacaraima é marcada por ser fronteira internacional, o que faz com que busquemos novas abordagens, ampliando o entendimento dos fenômenos de cidades em fronteira na Amazônia. O incremento do espaço na cidade de Pacaraima pode ser entendido com base na sua conjuntura regional, além das influências governamentais, cujo processo de suas ações é resultante do planejamento estatal para a região.

Esse fator além de promover o incremento da cidade, possibilita uma nova ordenação de integração regional, ampliando sua inserção em contextos locais, regionais, nacional e internacional. Pacaraima surge num processo recente de ordenação territorial; seu espaço ainda é bastante questionável, embora tenha sido identificada, em nossa pesquisa, a existência de uma lei municipal de zoneamento urbano da cidade. Há uma notável falta de procedimento político e cultura de planejamento quanto à ordenação territorial da cidade.

Há descaso com a Lei Municipal nº 20 de 18 de junho de 1998 - de zoneamento urbano, o que reflete na organização territorial, pois não há zoneamento, nem mesmo domínio territorial capaz de colaborar com os processos de gestão de práticas de políticas públicas, referentes à gestão do espaço, à oferta de serviços, ao recolhimento de tributos e taxas, entre outros.

Nesse contexto o presente trabalho se justifica em três premissas: pessoal, social e científica. A premissa pessoal nasce em razão de minha graduação em geografia, no mestrado na mesma área, situação esta que considero a responsável por algumas vitórias obtidas no campo profissional e pessoal. Além do mais, o fato de eu estar morando no estado há mais de dez anos e as alegrias que aqui vivi, fazem com que me sinta motivado à pretensa tarefa de colaborar na busca da compreensão do espaço geoestratégico onde se (re) produz o espaço da cidade de Pacaraima, seus conflitos e os seus significados para Roraima e para o Brasil.

A premissa social buscará compreender as conexões estabelecidas em relação à produção do espaço e desenvolvimento econômico da cidade, considerando a situação de fronteira; as políticas de arrecadação e de repasse; a diversidade étnico-cultural; a pluralidade de interesses sobre o território, bem como, os agentes e demais fatores que colaboram para esse processo. Pretende-se com o estudo, colaborar com o debate acerca da cidade de Pacaraima, incluindo seus moradores e os do estado; indígenas ou não indígenas; os a favor ou contra a cidade, enfim, a todos que por ela se interessam, sob qualquer perspectiva.

A premissa científica consiste em elaborar uma discussão teórica sobre as pequenas cidades da Amazônia, na perspectiva de Amazônia Legal, Caribenha e Setentrional; realizar um registro empírico não esquecendo o fator fronteira e suas complexidades; contribuir com posteriores estudos a respeito da cidade de Pacaraima; considerar as questões das forças de verticalidades e horizontalidades nas áreas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos; analisar a estrutura social com o intuito de entender as políticas públicas, os agentes e os campos de poder presentes na gênese e na produção do espaço da cidade.

Compreendendo o espaço da cidade “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, Santos (2008, p. 1), fez-se um esforço para compreender esse espaço como um arranjo resultante de sua história e de seu processo de relações sociais, políticas, econômicas e ambientais. Pretendeu-se enxergar a gênese e os decursos que dinamizam a produção espacial em Pacaraima, considerando-se a análise de seu espaço como uma premissa capaz de compreender os processos sociais e seu rebatimento na reprodução do mesmo.

Os procedimentos metodológicos que balizam os estudos em Geografia são apreendidos conforme a natureza das dimensões instrumentais existentes em toda pesquisa, nesta pesquisa, quanto à finalidade, alicerça-se pela lógica dedutiva ou indutiva; quanto aos meios, usou-se análise quali-quantitativas; e, quanto às macro e micro, através de técnicas de investigação na produção dos conhecimentos.

Quanto à natureza dos fins na instrumentalização dos procedimentos metodológicos empreendidos pelo campo de Geografia, tanto, uma clara dimensão dedutiva alicerçada na descrição e explicação dos fenômenos, quanto uma dimensão indutiva, que se assenta na prescrição por meio do uso de teorias e da construção de cenários (CHEMIN, 2010).

Na dimensão dedutiva, os estudos obedecem a uma lógica racionalista de dedução, nas quais as conclusões pontuais são tiradas com base nos conhecimentos gerais previamente existentes, partindo-se de marcos gerais e findando-se com proposições sobre fatos

específicos, uma vez que as análises partem da abstração de teorias e de marcos gerais até chegarem à concretude empírica da realidade, com conclusões particularidades.

Na dimensão indutiva, os estudos partem de uma lógica racionalista de indução, que toma como referência inicial a concretude, por meio de um número significativo de casos ou fatos particulares da realidade empírica, a fim de se chegar a marcos gerais de teorização com o surgimento de explicações, unicamente através da observação de fatos, repercutindo, assim, na produção de novos conhecimentos ou teorias generalistas.

Quanto à natureza dos meios utilizados nos procedimentos metodológicos existe uma dimensão quali-quantitativa na Geografia, que combina o uso de métodos qualitativos e/ou quantitativos de estudo, cuja repercussão traz uma multiplicidade analítica de olhares sobre um mesmo fenômeno da produção espacial.

Nos estudos qualitativos há a abertura para a utilização de abordagens reflexionistas, com o uso de técnicas científicas que valorizam a subjetividade do analista no estudo dos fenômenos da produção espacial, segundo distintos paradigmas ideológicos, possíveis de serem utilizados por ele.

Nos estudos quantitativos existe uma positivação na ciência que faz uso de uma abordagem racionalista, a qual presa pela utilização de determinadas técnicas instrumentais de matematização dos fenômenos e do espaço, para garantir maior objetividade na análise, com base no registro de dados e fatos.

As principais técnicas científicas utilizadas para realização dessa pesquisa entram na categoria de uma base geral de macrotécnicas qualitativas (revisão bibliográfica e documental, bem como, revisão integrativa), também na categoria de um conjunto específico e distinto de microtécnicas qualitativas (registro fotográfico, entrevistas e análise de discurso), além de microtécnicas quantitativas (aplicação de entrevistas com textos transcritos e elaboração de mapas, gráficos e tabelas).

A técnica de revisão bibliográfica e documental, cuja lógica precede de uma série de informações e dados sobre o fenômeno, permitiu a partir de pesquisa, leituras, interpretações e abstrações de novos conhecimentos sobre o fenômeno estudado. Numa lógica inversa, utilizou-se também, a técnica de revisão integrativa, que parte de uma série de informações e dados, a partir de eixos temáticos, permitindo formulações de uma pretensa totalidade teórica, com base na compreensão das suas partes.

Os registros fotográficos compõem-se de um significativo acervo cedido a essa pesquisa, com o devido crédito aos detentores das imagens: Taylor Nunes, Luiz Mário Severo Àvila, Paulo Robstan e Francisco Roberto. Além destes, houve registros fotográficos em

campo, de autoria própria. A elaboração dos mapas deve-se à colaboração de profissionais e pesquisadores como Luiz Mário Severo Ávila, da empresa R.E. Castro Ávila, que utilizou o software autocad e à pesquisadora Ângela Silva Miazaki, do Centro de Ciências Ambientais Floresta-Escola, Frutal, Minas Gerais, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal utilizando os softwares: ArcGIS® e Surfer®. Na medida da necessidade utilizaram-se mapas disponíveis em bases de dados de órgãos oficiais, devidamente citados.

As tabelas e os gráficos são, na imensa maioria, de elaboração própria, através de uma ampla base de dados de diversas instituições oficiais, apresentando-se os devidos créditos. Para confecção das tabelas e dos gráficos utilizou-se o software Excel, ferramenta de amplo domínio e fácil acesso. Quando necessário, recorreu-se aos gráficos disponíveis em bases dados de órgãos oficiais, devidamente citados.

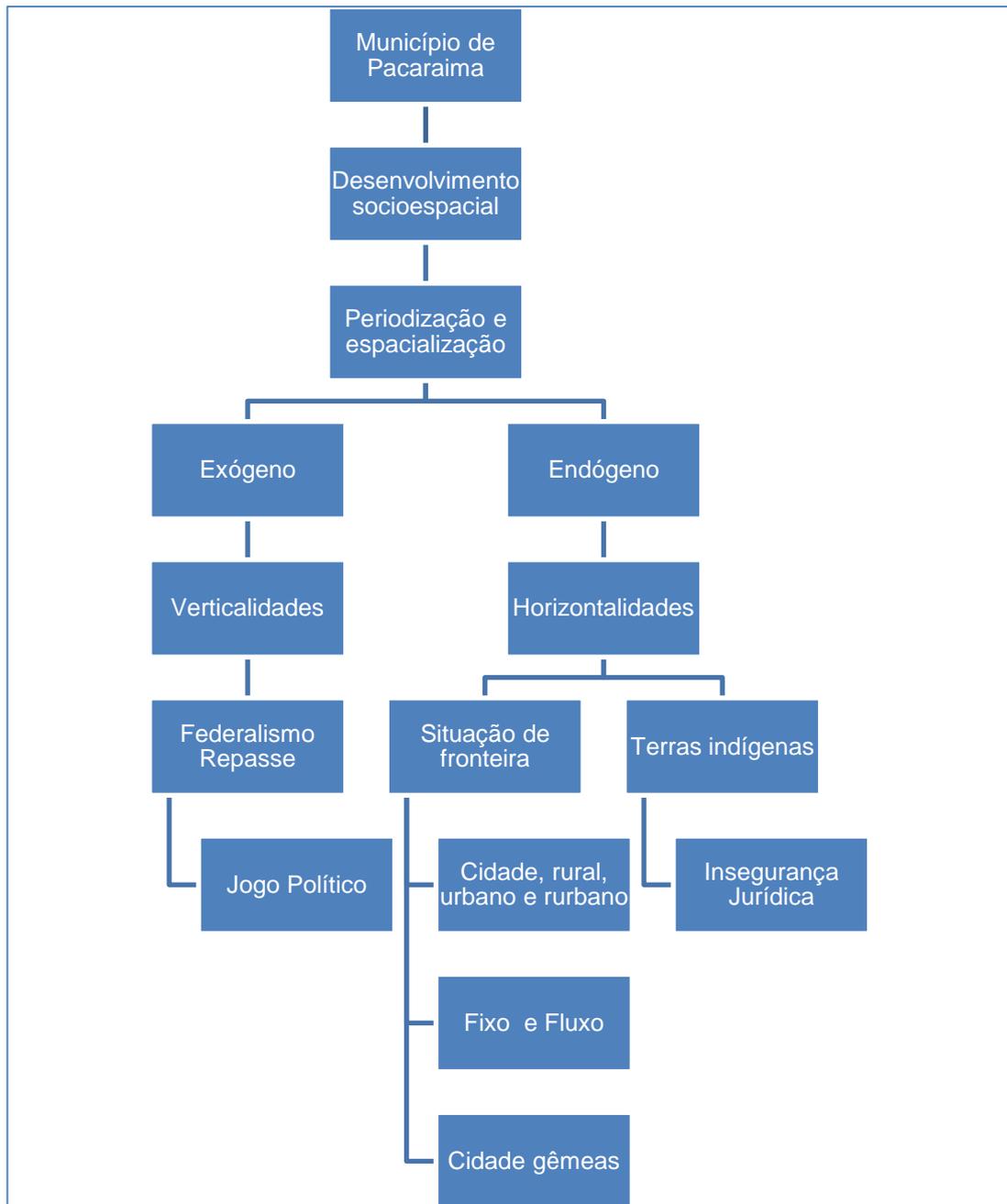
Os dados primários tiveram como fonte o banco de dados de órgão oficiais como, por exemplo: IBGE, MRE, MEC, INEP, MD, PMBV, IMBE, Leis Municipais, Leis Estaduais e Leis Federais, dentre outros. Os dados secundários foram obtidos em livros, periódicos, jornais dentre outras fontes. Houve, também, registros orais transcritos por meio eletrônico e textual, de servidores públicos ativos ou aposentados. Nas informações utilizaram-se técnicas de argumentação e redação.

Apesar do esforço em consolidar o maior número de informações e conhecimentos sobre o processo de produção do espaço da cidade de Pacaraima, adverte-se que a trajetória metodológica exposta, possa apresentar limitações em decorrência da falta de acesso a alguns dados e informações, ou da escassa quantidade de obras que abordam a questão referente a essa parte da Amazônia.

Partindo de uma leitura geográfica claramente aberta a contribuições multidisciplinares de outras áreas, os conceitos, os marcos teóricos e os paradigmas científicos utilizados são plurais e *a priori* podem ser identificados, previamente, quanto à amarração lógica, por meio do fluxograma na Figura 1.

Para entendimento da gênese do processo de desenvolvimento socioespacial da cidade de Pacaraima, lançaremos mão, inicialmente, do método de periodização, entendendo conforme Santos (1996 e 2012) o espaço de Pacaraima, como espaço geográfico que se define pela união insolúvel de sistemas objetos e sistemas de ações com suas formas híbridas, as técnicas, estas nos indicam de que forma e quando o território foi usado, materializando tempos e temporalidades ao espaço geográfico.

Figura 1 – Fluxograma dos recortes teóricos



Fonte: RAPOSO; SENHORAS

O espaço da cidade de Pacaraima é estudado como sinônimo de espaço geográfico constituído, inserido em processo histórico, conforme nos orienta Santos (2001), como possibilidade de compreender o papel das formas geográficas materiais e o papel das formas sociais jurídicas e políticas, bem como, o estudo do povoamento e as formas econômicas empregadas.

Ao final, espera-se compreender as forças exógenas e endógenas que se materializam na estruturação e na produção espacial. Buscar-se-á o entendimento dessas forças por meio

das formulações de Santos (1996, p. 225), nas quais as horizontalidades são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade como na definição tradicional de região”. E as verticalidades são “pontos no espaço que, separados um dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”.

Realizou-se um exercício de se tornar inteligível o processo de produção do espaço da cidade, entendendo-o como um fazer contínuo e descontínuo no tempo, produzido pela sociedade local. Adverte-se que tal espaço como em qualquer outra cidade, apresenta suas facetas, suas articulações, fluxos e partições.

Assim, espera-se que o debate em torno das questões apresentadas leve ao entendimento e confirme os ensinamentos de Santos (1996), no entendimento de que os espaços são sistemas de objetos e sistemas de ações hierarquizando-se e se articulando em rede de fixos e fluxos, agregados aos espaços geográficos, que no caso em estudo expressa tal materialização de forma explícita, com a cidade gêmea de Santa Elena de Uairén, cuja ligação corrobora com a estruturação e o desenvolvimento socioespacial de Pacaraima. Portanto, a tentativa de tornar inteligível o processo de produção do espaço da cidade de Pacaraima perpassa, necessariamente, pela percepção da relação que este espaço estabelece com a referida cidade venezuelana.

Pacaraima surge de um processo de disputa política local, alicerçado a interferências das políticas públicas do governo federal, iniciadas na região ao final da década de 1960 e início da década de 1970. A dinâmica espacial da região no século XX é marcada pelo aldeamento indígena e criação da Fazenda São Marcos, posteriormente transformada em terra Indígena (ANDRELLO, 2010).

A cidade de Pacaraima insere-se no contexto da Terra Indígena São Marcos e em um processo ancestral de produção espacial, no qual o indígena é o agente de produção espacial mais antigo. Esse contexto traz um clima de insegurança jurídica, ligado ao uso e ocupação do solo considerado indígena - reivindicado por alguns setores indigenistas.

O fenômeno da cidade de Pacaraima configura-se num processo dinâmico, possui um sistema de objetos espaciais pelo qual é exercido um fluxo de ações que criam as condições para permanente produção e reprodução do espaço da cidade, conforme os seis capítulos a seguir.

No primeiro capítulo buscou-se o entendimento da cidade em um contexto macro regional, que possibilita uma diversidade de abordagem. Analisa-se a cidade de Pacaraima como pertencente a uma parte da Amazônia, cuja abrangência possibilita que se abordem

diferentes aspectos e linhas lógicas de raciocínio: a Amazônia Legal, a Amazônia Caribenha e a Amazônia Setentrional.

Constitui-se em esforço que facilita a compressão sobre a produção do espaço da cidade de Pacaraima, evoca as suas determinantes e suas raízes mais profundas, em contextos mais amplos. Na mesma linha analisa-se o contexto da cidade no estado de Roraima, pela sobreposição de múltiplos territórios oriundos de disputas que marcam o processo histórico de seu estabelecimento. A perspectiva é compreender a produção do espaço da cidade de Pacaraima, numa escala regional e sub-regional, constituindo de um olhar de fora para dentro.

No segundo capítulo abordou-se (re) produção do espaço da cidade de Pacaraima, como forma de compreender os contextos pré-gênese, com objetivo de promover um debate que leve à reflexão acerca das influencias das forças e dos grupos de agentes que colaboram para seu estabelecimento.

Pretendeu-se mostrar a cidade como resultante da conjugação das forças de horizontalidades e as forças de verticalidades que nela atuam e determinaram sua gênese e seu desenvolvimento socioespacial. Considera-se que tais forças são estruturantes e pertencem a lógicas distintas; são fundamentais para constituição da materialidade da cidade.

No terceiro capítulo há uma periodização da espacializaçãoda cidade de Pacaraima em seu alvorecer. Apresenta uma abordagem da localidade considerando os seus estágios de evolução, através de três categorias: A Currutela do Divisor; O Povoado de BV8 e a Vila de Pacaraima. Os objetivos das análises desse capítulo é possibilitar um entendimento sobre a produção espacial da cidade de Pacaraima nos seus primeiros tempos de existência, caracterizando o papel e as ações de seus agentes no processo de evolução da localidade, a fim de consubstanciar esse processo como decorrente de práticas sociais pretéritas, determinantes na conformação do tecido da cidade em suas formas e conteúdos.

No quarto capítulo abordou-se a cidade de Pacaraima. Considera que partir do estabelecimento de um poder executivo, este ganha autonomia em relação ao município de Boa Vista e ao Estado de Roraima. Tal autonomia decorre do ingresso da cidade no pacto federativo, passando a receber repasses financeiros para a manutenção de sua existência e execução de suas políticas públicas.

No quarto capítulo buscou-se analisar os mandatos dos prefeitos, compreendendo-os como períodos nos quais a sua geo-história foi se transformando e conformando os seus espaços mediante as ações e as políticas públicas executadas por cada prefeito e sua relação com a produção do espaço da cidade e os seus significados.

O quinto capítulo reflete sobre as principais práticas sociais na produção do espaço da cidade de Pacaraima entre 2006 e 2013, para tanto, toma como referência o método revisão integrativa das práticas sociais mais noticiadas pelo principal jornal escrito de grande circulação do estado Roraima, a fim de se apreender por meio de um estudo analítico sobre quais são as principais práticas sociais e suas repercussões em práticas espaciais na cidade.

A análise decorrente da revisão integrativa permitiu conhecer as principais ocorrências das dimensões das práticas sociais. Essas, por sua vez, revelaram que o espaço da cidade, enquanto campo de poder dessas práticas dinamiza por meio do exercício e dos papéis de seus agentes. No quinto capítulo foi feito um estudo das principais políticas públicas que recebem repasses do governo federal e suas repercussões, como agentes promotores das práticas sociais e dos campos de poder, e assim, agentes de produção de espaço em Pacaraima, bem como o federalismo imposto ao local.

No sexto capítulo o mesmo instrumento da revisão integrativa subsidiou o debate de como as sete dimensões atua na produção dos espaços, por meio da análise da distribuição e função dos objetos espaciais, em cada dimensão. Numa lógica invertida à da anterior, propõe-se uma análise das forças locais, ou seja, das forças de horizontalidades na produção do espaço.

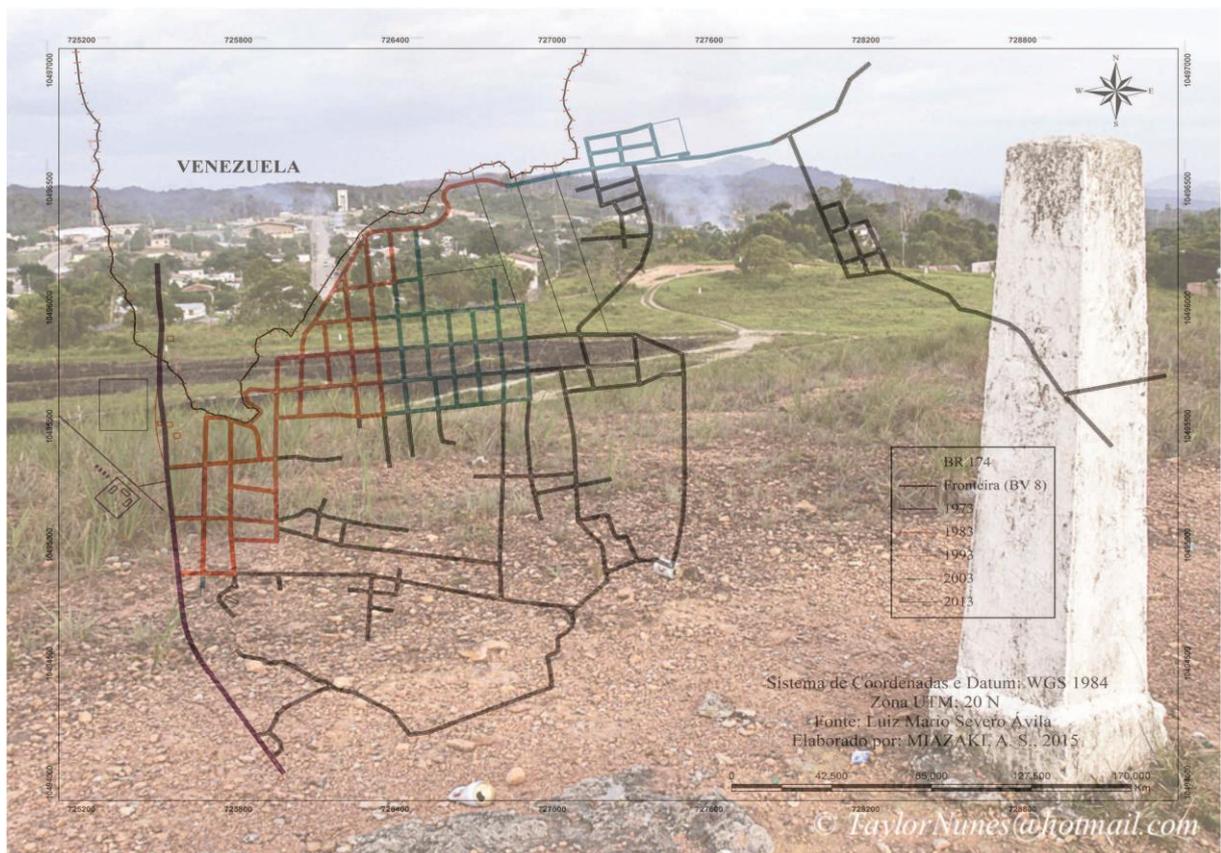
O sexto capítulo constitui-se de um exame da dinâmica local e da produção do espaço dentro das dimensões e campos de poder das práticas socioespaciais na cidade. Ao fazer tal análise revelam-se os processos sociais produtores de espaços, assim como os seus respectivos objetos espaciais, que permitem novas relações de reprodução social, colocando em evidência o processo contínuo de produção espacial para cidade.

Pretende-se, com este trabalho, tornar claro o decurso da gênese e da produção do espaço da cidade de Pacaraima; os múltiplos processos socioespaciais ao longo de sua existência, desde o surgimento da currutela de garimpo, na qual se transformou na cidade que é hoje.

As últimas considerações, além das ponderações dos debates realizados ao longo da dissertação, evidenciam sua relevância em propor e aprofundar o debate sobre a produção do espaço na Amazônia, considerando a diferença de olhares para região e ao processo de produção da cidade de Pacaraima, bem como a inserção desse processo na realidade regional. Considera-se que este estudo permite, ainda, uma reflexão mais abrangente sobre os processos, as forças, os agentes e as políticas públicas no estabelecimento de currutelas, povoados, vilas e cidades nessa parte da Amazônia, cuja realidade é pouco estudada.

CAPÍTULO II

A CIDADE DE PACARAIMA, ESPAÇO DE MÚLTIPLAS REFLEXÕES



2 A CIDADE DE PACARAIMA, ESPAÇO DE MULTIPLAS REFLEXÕES

A cidade de Pacaraima constitui-se na cidade mais setentrional do Brasil e floresce em pleno processo de globalização do mercado mundial, com repentinas e avassaladoras inovações tecnológicas e de processos nos mais variados setores da vida social. Essas mudanças refletem a maior demanda de recursos naturais e humanos numa escala global, em que todos os espaços passam por um processo de ressignificação, tal qual vem ocorrendo na região nos últimos anos.

Partindo desse pressuposto, o presente capítulo abordará a cidade de Pacaraima no contexto macrorregional, como forma de mostrar que o fenômeno da produção do espaço pode ser concebido em múltiplas reflexões, ampliando nosso entendimento sobre a cidade para além do centralismo ambiental, prática comum ao se referir à região Norte. Busca-se a compreensão da cidade em seus contextos regional, sub-regional e estadual.

Far-se-á um esforço para se compreender a complexidade do contexto regional e sub-regional, começando por compreender o estabelecimento dos conceitos de Amazônia Legal, Amazônia Caribenha e Amazônia Setentrional. Espera-se que esse esforço ofereça elementos que possam colaborar para um debate da produção do espaço da cidade, evocando as suas determinantes e suas raízes mais profundas nas forças de horizontalidades e verticalidades presentes nessa construção regional.

Ainda na mesma linha refletiremos sobre o contexto da cidade no estado de Roraima, estado este marcado pela sobreposição de múltiplos territórios oriundos de disputas que assinalam o processo histórico de seu estabelecimento. Pretende-se uma análise objetiva da conjuntura da cidade, demonstrando o jogo político de seu estabelecimento e os contextos territoriais adjacentes à sua materialidade.

Objetiva-se, portanto, com o presente capítulo compreender a produção do espaço da cidade de Pacaraima, numa escala regional e sub-regional que possa permitir abstrações reveladoras de sua constituição, capaz de pormenorizar as análises desse fenômeno, nessa remota área da Amazônia. Constitui-se de um olhar de fora para dentro com a intenção de apreender a produção socioespacial e suas especificidades internas e externas, bem como os processos de inter-relação e integração a um contexto mais amplo.

2.1 A CIDADE DE PACARAIMA E SEUS CONTEXTOS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS

A Amazônia ocupa aproximadamente 2/3 do território brasileiro e sobre ela pesa a percepção de uma região homogênea, marcada pela presença da maior floresta equatorial, enormes volumes de água, além dos aspectos da biodiversidade da fauna e da flora. Tais atributos, embora sejam muito importantes podem ser simplificadores da realidade e da complexidade ambiental da região e em muitos casos desconsideram por completo o elemento humano como parte e como dinamizador de processos socioambientais nessa região.

A centralidade¹ ambiental posta em voga para a região esconde ou pretende esconder a dinâmica dos processos sociopolíticos, que ao lado das questões ambientais ditam os rumos da ocupação e organização espacial na Amazônia. Ocupação que também não se deu ou não se dá de forma homogênea; o processo de ocupação e organização espacial na região manifesta-se através de inúmeras particularidades de ordem sub-regional.

A centralidade ambiental e a realidade hídrica são orientadoras de recortes sub-regionais amazônicos feitos, em sua maioria, com base nos percursos dos rios, por exemplo, no estado de Roraima são popularmente conhecidas as sub-regiões: do Baixo Rio Branco, Baixo Cotingo etc., ou para a Amazônia como um todo, são as sub-regiões: do Baixo Amazonas, Médio Solimões, Alto Rio Negro etc. Os pontos cardeais também são orientadores desses recortes sub-regionais, como Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, Sul da Amazônia, Amazônia Setentrional etc.

Emanuel Santos (2012) aponta que dentro dessas grandes parcelas de território amazônico estão contidas diferentes particularidades, as quais não são consideradas ou são suprimidas diante de uma caracterização geográfica de maior evidência na sub-região considerada. Busca-se assim na compreensão da produção de espaço da cidade de Pacaraima propor, além dos prismas regionais apontados, novos que possam colaborar com a pretensa intenção de compreender como esse processo é possível na cidade.

Considera-se que há um imenso desafio em buscar novos pontos de vistas na análise da realidade da Amazônia e suas sub-regiões que se transformam de maneira complexa e rápida nas últimas décadas. Santos (p.22, 2012) aponta que:

Alguns estudos realizados recentemente sobre a Amazônia, em escalas diferentes, buscaram entender sua diferenciação regional interna seja: por meio de estratégias

¹ A superação da centralidade ambiental na Amazônia precisa se distanciar dos processos de homogeneização, dos estereótipos, do conceito de exotismo e da dicotomia limitadora inferno verde/paraíso tropical. A ideia é pensar essa porção de terra e sua gente como produtora de cultura, de linguagem, de pensamento (MENDES e QUEIRÓS, 2014).

de desenvolvimento em escala macrorregional (BECKER, 2004), da sucessão histórica de sistemas de ações e de objetos configurando uma rede estruturadora de fluxos (HUERTAS, 2009), da dinâmica territorial do estado de Roraima em função da primazia urbana de sua capital (SILVA, 2007), ou através de particularidades socioespaciais como critérios de formação de uma sub-região na Amazônia Oriental (TRINDADE JÚNIOR, 2009).

As observações revelam a possibilidade de compreensão da região tomando como partida partes desse todo amazônida. O recorte de região busca critérios definidos no processo de investigação, na construção de um recorte espacial, buscando a compreensão da Amazônia, que longe de ser homogênea, apresenta grandes diferenciações internas, naturais e sociais. A busca por um recorte regional servirá como mediação entre o que é comum e o que é específico em relação à produção do espaço de Pacaraima nos contextos amazônidas.

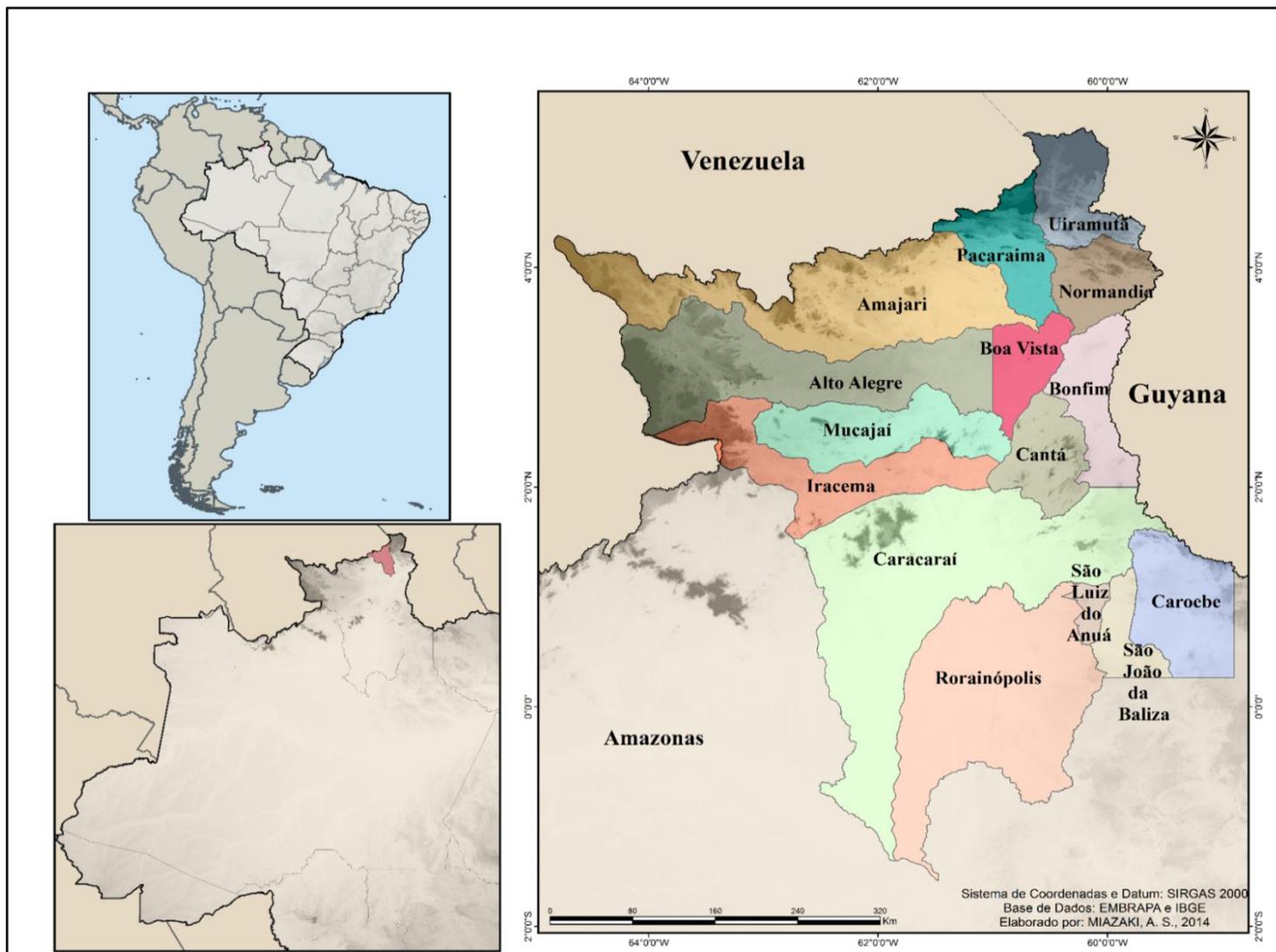
Espera-se que essa análise possa colaborar com a afirmação que a cidade de Pacaraima é um espaço diferenciado através das particularidades de suas redes geográficas, devido a sua formação socioespacial, traços culturais, que tiveram, sobretudo, pautadas em sua condição histórica de fronteira econômica, política e mais recentemente sua condição geopolítica com entrada da Venezuela no MERCOSUL².

A análise em curso propõe compreender o processo de produção espacial nessa cidade do Brasil e da Amazônia que possui uma privilegiada localização geoestratégica no âmbito das políticas nacionais e internacionais, numa região que cada vez mais é posta como em pauta dada a elevada riqueza em recursos naturais e enorme diversidade sociocultural de uma região única no planeta.

Utilizando atributos da regionalização e sub-regionalização buscar-se-á apreender a produção espacial da cidade de Pacaraima e sua inserção regional considerando a proposta de regionalização de Amazônia Legal, de Amazônia Caribenha e Amazônia Setentrional, considerando as forças de verticalidades e horizontalidades nessas classificações, bem como o estabelecimento do estado de Roraima, considerando os processos sociais e de seu sítio.

²A entrada da Venezuela no Mercosul como membro pleno aconteceu oficialmente a 31 de julho de 2012 como forma de retaliação ao golpe sofrido. Com exceção do Paraguai (suspensão do bloco após o golpe de estado sofrido pelo ex-presidente Fernando Lugo), que é o depositário dos documentos oficiais do bloco, que também conta com a participação da Argentina e do Uruguai. O golpe sofrido no Paraguai causou rompimento das relações diplomáticas com a Venezuela, Uruguai, Argentina e Brasil. Em agosto de 2013 os países retomam as relações diplomáticas e o Mercosul retira as sanções contra o Paraguai. Em dezembro do mesmo ano o Parlamento paraguaio ratifica a entrada da Venezuela ao bloco. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2014)

Figura 2 – Mapa Localização de Pacaraima em relação ao continente, país, região e estado.



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS, (2014)

2.1.1 Amazônia Legal

De acordo com o portal do governo brasileiro, com o dispositivo da Lei 1.806 de 06.01.1953, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal e foram incorporados à Amazônia Brasileira o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16°, latitude Sul). Como sugere a nomenclatura Amazônia “Legal” o imperativo posto, está muito mais ligado a uma necessidade política legislativa do que a um imperativo geográfico.

Em 1950 estabeleceu-se uma Conferência Técnico-Administrativa para estudar e debater assuntos relativos ao processo de desenvolvimento da Amazônia. A Conferência aconteceu em 1952 e resultou na Lei nº 1.806, sancionada em 06/01 do ano seguinte, na qual se instituiu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, que mais tarde se transformaria em SUDAM.

Inicialmente no período pré-militar em momento muito mais voltado a si mesma a SPVEA tinha como objetivos gerais: a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. Era subordinada à Presidência da República, teve sua sede oficialmente instalada em Belém do Pará, em 21/09/1953, abrangendo o Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Território do Acre, Território do Amapá, Território do Rio Branco-Roraima, Território do Guaporé-Rondônia.

Já durante o período militar que marcou a história do Brasil e da Amazonia associado à forte intervenção governamental e investimentos de recursos, em 1966 se estabelece a “Operação da Amazônia” com propósito de: 1) transformar a economia da Amazônia; 2) fortalecer suas áreas de fronteiras e 3) fazer a integração do espaço amazônico no todo nacional. Inicia-se nesse o contexto o delineamento da chamada Amazônia Legal que traz em suas raízes as forças da intervenção estatal, por meio de planejamentos e projetos, mediante o fomento de recursos técnicos e financeiros.

No mesmo ano, a SPVEA se transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguindo a SPVEA e criando a SUDAM com outros mecanismos para agilizar sua atuação e com uma estrutura

diferenciada. Na mesma ocasião, sancionou a Lei nº 5.174 dispondo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica. A Lei nº 5.174 era marcada pela liberalidade que conferia às pessoas jurídicas. Além da isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como, para bens doados por entidades estrangeiras.

A SUDAM, criada em substituição à SPVEA passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e, em seguida, passa a ser vinculada ao Ministério do Interior. É criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional. A SUDAM foi instalada em 30 de novembro de 1966. A partir de 1974, a gestão da instituição passa a ser realizada por civis e nesse ano inicia-se implantação da Zona Franca de Manaus.

A SUDAM atuou principalmente na atração de investimentos para a Amazônia, por meio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e dos incentivos fiscais. Ela atuou, ainda, na coordenação e supervisão, outras vezes, na elaboração e execução de programas e planos de outros órgãos federais. O seu estabelecimento define o que chamamos de Amazônia Legal e seu processo evolutivo e se deu por dispositivos legais apresentados a seguir:

- a) Lei nº 1.806 de 06.01.1953, art. 2º relata que a Amazônia brasileira abrangia a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso, a norte do paralelo 16º; a parte do Estado de Goiás, a norte do paralelo 13º e do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º.
- b) Lei nº 5.173 de 27.10.1966, art. 2º- A Amazônia para efeitos desta lei abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e, ainda, pelas áreas do Estado de Mato Grosso, a norte do paralelo 16º; do Estado de Goiás, a norte do paralelo 13º e do Estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º.
- c) Lei Complementar nº 31 de 11.10.1977, art. 45- A Amazônia, a que se refere o artigo 2º da lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, compreenderá, também, toda a área do Estado de Mato Grosso.
- d) Constituição Federal de 05.10.1988 (Disposições Transitórias), art. 13- É criado o Estado do Tocantins pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição, prevista no §

3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. Art. 14- Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

Os dispositivos legais mostram a evolução e a consolidação da região da Amazônia Legal ressaltando, mas uma vez, o seu estabelecimento e valendo-se de forte interferência dos poderes do governo federal. A Constituição Federal de 1988 culmina com a evolução dos dispositivos legais no estabelecimento da região e dos estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44º), como se observa na Figura 2.

Nesse processo de evolução da região da Amazônia Legal é observado o estabelecimento das sub-regiões da Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental. A Amazônia Ocidental é estabelecida pelo Decreto Lei nº 291 de 28.02.1967, que considerava a Amazônia Ocidental constituída pela área que abrange os Estados do Amazonas, Acre e territórios de Rondônia e Roraima e ratificado pelo Decreto 356 de 15.08.1968, estabelecendo por consequência a Amazônia Oriental, composta pelos estados Pará, Maranhão³, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

A Amazônia Continental também é definida no mesmo contexto e os países que compõem a Amazônia Continental são: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A SUDAM cuja criação estabelece, também, a Amazônia Legal em 24 de agosto de 2001, extinta, na medida provisória nº. 2.157-5 criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

Segundo o IPEA, a Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira.

3- O Plano Amazônia Sustentável - (PAS 2008), lançado em maio de 2008 pelo governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

Figura 3 – Mapa Amazônia Legal e Amazônia Internacional



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2014)

O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. Evidencia-se a cidade de Pacaraima nesse contexto.

2.1.2 Amazônia Caribenha

A área denominada Amazônia Caribenha, um território que agrega parte de cinco países, no nordeste da América do Sul, em uma região marcada por conflitos e disputas étnicas desde sua inserção na história moderna, ou seja, desde a chegada dos primeiros colonizadores que vislumbravam as hipóteses de obter tesouros e riquezas infinitas nas terras do “El Dorado⁴”.

Assim começa ser forjada a região que durante os séculos XVI, XVII e XVIII é ocupada pelos primeiros colonizadores europeus, em toda a região costeira do Atlântico Norte, entre o delta do Rio Orinoco e o Rio Amazonas, e margeando pelo Rio Orinoco, o canal do Casiquiare, o Rio Negro e o Amazonas (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Oliveira⁵ (2011) delimitada da Amazônia Caribenha, corresponde ao território pertencente ao Nordeste da América do Sul, com base em conhecimentos da experiência geográfica e da cultura indígena que faz uso dos aspectos físicos da natureza para definir territórios em suas perspectivas geográficas e visão geopolítica. A presença dos rios como limítrofes da região tida como Amazônia Caribenha, proposta pelo autor, evidencia a influência da cultura indígena na utilização do elemento água como demarcador de fronteira.

O conceito de Amazônia Caribenha é construído com base na historicidade do homem americano, habitante dessa imensa região, alinhando essa historicidade aos processos históricos produzidos a partir do contato que essas populações têm como o elemento europeu e o surgimento dos estudos com base na cartografia histórica, apoiada nas informações dos

⁴*El Dorado* trata-se da antiga lenda narrada pelos índios aos espanhóis que falava de uma cidade de ouro com tesouros incalculáveis, que poderia estar em algum ponto da região que se estende desde o Deserto de Sonora no México, abrangendo as nascentes do Rio Amazonas, a América Central, o Planalto das Guianas, a região entre a Venezuela, a Guiana e o Brasil no atual estado de Roraima.

⁵ Professor Doutor Reginaldo Gomes de Oliveira, do Departamento de História da UFRR tomou como base os dados historiográficos abordando a formação histórica e sociocultural desenvolvida na região denominada Amazônia Caribenha, na apropriação das redes interétnicas indígenas por parte dos holandeses na difusão, consolidando uma malha comercial da Amazônia Caribenha.

diferentes viajantes europeus: Terceira Viagem de Colombo (1498), Américo Vespúcio (1499), Vicente Pinzon (1500), Walter Raleigh (1596), Abraham Cabeliau (1598), entre outros, durante o processo de colonização amazônica (OLIVEIRA, 2011).

Destaca-se, nesse processo, a ação dos holandeses que se apropriaram dos conhecimentos e das redes dos nativos com claras intenções mercantilistas. Embora a região tenha sido palco de francas disputas étnicas, desde os movimentos de lutas e resistência do elemento indígena e do negro que foi introduzido pelo europeu, até as disputadas geopolíticas dos franceses, ingleses, espanhóis e portugueses, os que merecem destaque no estabelecimento do território da chamada Amazônia Caribenha são os holandeses e seus interesses mercantilistas nessas terras.

Pode-se dizer que, utilizando estratégias de cooptação, o campo de poder holandês estendeu-se ao longo da costa da Amazônia Caribenha e penetrou no interior da selva e da savana, por meio dos rios navegáveis e trilhas terrestres, a fim de intensificar e expandir tanto a rota comercial como o aumento dos lucros. Foi nesse campo de poder que os holandeses se mostraram, dialogou e se estabilizou pelas trocas, que se construíram rotas de poder socioeconômico e, nas alianças com os grupos indígenas, se constitui a imensa rede de poder geopolítico e de mercado amazônico caribenho. (OLIVEIRA 2011, p.163-4)

Observa-se que são os holandeses que dão um novo sentido as redes de comunicação inter-étnicas já estabelecidas na região que ignorava qualquer tipo de fronteira geopolítica, respeitando somente os marcos naturais, como os já citados corpos d'água. Observa-se, então, que a gênese da Amazônia Caribenha tem em início uma determinante cultural (redes inter-étnicas) própria do local, tratando-se, portanto, de um força horizontal na formulação do conceito de região caribenha.

Burgardt (2008) Defende as contribuições e a riqueza cultural dos povos indígenas como componentes culturais muito importantes na formação e no fortalecimento da identidade e construção da cultura caribenha. aponta que a chamada “cultura caribenha” e a expressão “caribe” estão diretamente relacionadas com presença dos povos de família lingüística *karib*, habitantes das ilhas localizadas no Mar das Antilhas, ter-se-iam dispersados, no passado, por todo o Norte da Amazônia; é o grupo na qual se insere a cultura Macuxi, primeiros ocupantes da região.

O autor afirma que mesmo com a invasão europeia e as ideias de apagar as marcas indígenas nesta identidade cultural, que emerge na região *guayano-amazônica*, com traços nitidamente híbridos, o Caribe já nasce indígena, explicitando que o termo caribe era como se referia aos canibais antilhanos na Europa do séc. XV. O Autor ressalta que estudiosos promoveram quase uma exclusão do índio nos domínios da cultura que proclamam ser

serras que formam uma espécie de muralha natural entre o interior e o litoral marcado pelo complexo planalto das Guianas, Tumucumaque e outras serras menores.

Como se observa, a Amazônia Caribenha é um território ao norte da América do Sul e no processo de colonização foi dividida entre cinco países amazônicos: Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e Guiana Francesa. Nota-se que em território nacional sua extensão abarca parcialmente terras dos estados do Amazonas e do Pará e a totalidade dos estados do Amapá e de Roraima, bem como, a cidade de Pacaraima, ponto focal dessa pesquisa.

2.1.3 Amazônia Setentrional

A identificação e tipificação da chamada Amazônia Setentrional nasce de um imperativo geográfico na definição de uma sub-região localizada a partir da margem esquerda do rio Amazonas, até as fronteiras mais setentrionais da Amazônia em uma área tida como longínqua e pouco conhecida que abarcam a totalidades de terras dos estados do Amapá e Roraima e parte dos estados do Amazonas e Para.

A gênese dessa sub-região amazônica esta ligada às práticas de geopolíticas na construção territorial de todo o país. Desde os portugueses a ocupação da Amazônia teve como objetivo o domínio geopolítico da região, atrelados a empreendimentos de exploração econômica como estratégias. O primeiro momento dessa prática é decorrido do processo de catequização e militarização. Enquanto as ordens religiosas tinham a finalidade de embutir os preceitos do mundo ocidental, a construção de fortes como ponto de apoio aos principais rios da região e as desembocaduras tinha o papel estratégico de proteção e controle do território (LIMA, SILVA E SOUZA, 2012).

Em Roraima é emblemática a construção do Forte São Joaquim e estabelecimento das Fazendas Nacionais como estratégia de aldeamento e dominação territorial dessa geopolítica. As missões religiosas e os fortes estimulam o primeiro adensamento⁶ populacional e o esvaziamento da região. O processo de desterritorialização⁷ e retorialização⁸ de indígenas, as chamadas guerras justas, em nome da religião e as ações missionárias são observadas nos processo de estabelecimento de vilas e de concentração populacional.

Salienta-se que os colonizadores holandeses exploraram as redes interéticas e a exploração da mão de obra indígena na instalação e intensificação das primeiras atividades comerciais na região de Roraima. Esta ainda sofreu os processos da ação missionária e os

⁶Estratégia de concentração da população indígena em grandes fazendas como ocorreu em Roraima, período que, segundo alguns pesquisadores começa a ser forjado o mito do vazio demográfico.

⁷ Perda individual e coletiva de território.

⁸ Redefinição do controle social sobre o território e seus recursos.

aldeamentos por meio do estabelecimento das fazendas que no caso da Fazenda São Marcos, por exemplo, promove a concentração da população indígena, ao passo que insere a região ao capitalismo comercial, na construção da incorporação da região pelo Estado português e mais tarde, pelo governo brasileiro.

Na apropriação da região e no adensamento e extermínios das populações indígenas, é o forjado o mito do vazio demográfico amazônida que servirá mais tarde de pretexto para o governo do período militar para criar novos Estados/Territórios Federais, cidades, estradas, projetos de assentamentos e estímulo à migração. Amazônia Setentrional embora se estabeleça de forma definitiva no período militar, seu desenho nasce pela ação governamental anterior à chegada dos militares ao poder, via governos civis.

Evidencia-se que a criação dos Territórios Federais do Rio Branco (depois Roraima) e do Amapá, na Amazônia Setentrional constitui obra do governo de Getúlio Vargas território. Criados com a justificativa de ocupar os espaços vazios do território nacional e em especial na Amazônia, seus estabelecimentos coincidem com período de ocorrência da Segunda Guerra Mundial e pela natureza desse trabalho, supõe-se que o estabelecimento de tais territórios podem ter sido motivado por busca de maior seguridade do território nacional.

A elaboração da Amazônia Setentrional se confirma então em 1943 com a criação dos territórios federais, mas sua dinâmica em relação à produção espacial da região amplia-se, somente, a partir de 1964 com o golpe militar que estabelece uma nova geopolítica nacional, afetando o território, considerando-se as forças centrípetas e centrífugas que passam a ser temários das preocupações geopolíticas de nosso país, no contexto internacional de Guerra Fria.

A Amazônia Setentrional e sua conformação se inserem num contexto local e internacional que reflete dois imperativos do período, um de caráter local, que o mito do vazio demográfico e o outro, internacional, que é o contexto das disputas territoriais entre o capitalismo norte americano e o socialismo soviético. Tais imperativos exigiam da racionalidade militar do período o desafio de demarcar e ocupar a região.

A estratégia preocupava-se em dinamizar a fronteira com a criação, em 1985, do Projeto Calha Norte (PCN) cuja meta do programa era a vigilância da fronteira, a implantação da atividade econômica, o estímulo à migração e aumento da presença do Estado na zona de fronteira. O PCN passa a ser, a partir de então, o dinamizador da sub-região da Amazônia Setentrional que passa a ser sua área de atuação nos estados e município (Figura 2).

Segundo ministério da Defesa, a Amazônia Setentrional, com 1,4 milhões de km², possui 17% do território do país. Ocupa parte do Estado do Amazonas, todo o estado de Roraima, parte do estado do Pará e todo o estado do Amapá. Sua população é de cerca de 2,7 milhões (menos de 2 habitantes por km²) e nela estão incluídos cerca de 25% dos indígenas do Brasil. Possui 7,4 mil km de fronteiras (com o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa¹). O PCN tem sido, em grande medida, responsável pela presença constante e efetiva do Estado brasileiro na Amazônia Setentrional conforme Figura 6.

Figura 5 - Os estados e a quantidade de municípios que compõem a área de atuação do PCN na Amazônia Setentrional

Estados	Amapá:	16 municípios
	Amazonas:	33 municípios
	Pará:	10 municípios
	Roraima:	15 municípios
Total	4 estados	74 municípios, destes 41 estão situados total ou parcialmente na Faixa de Fronteira entre eles Pacaraima

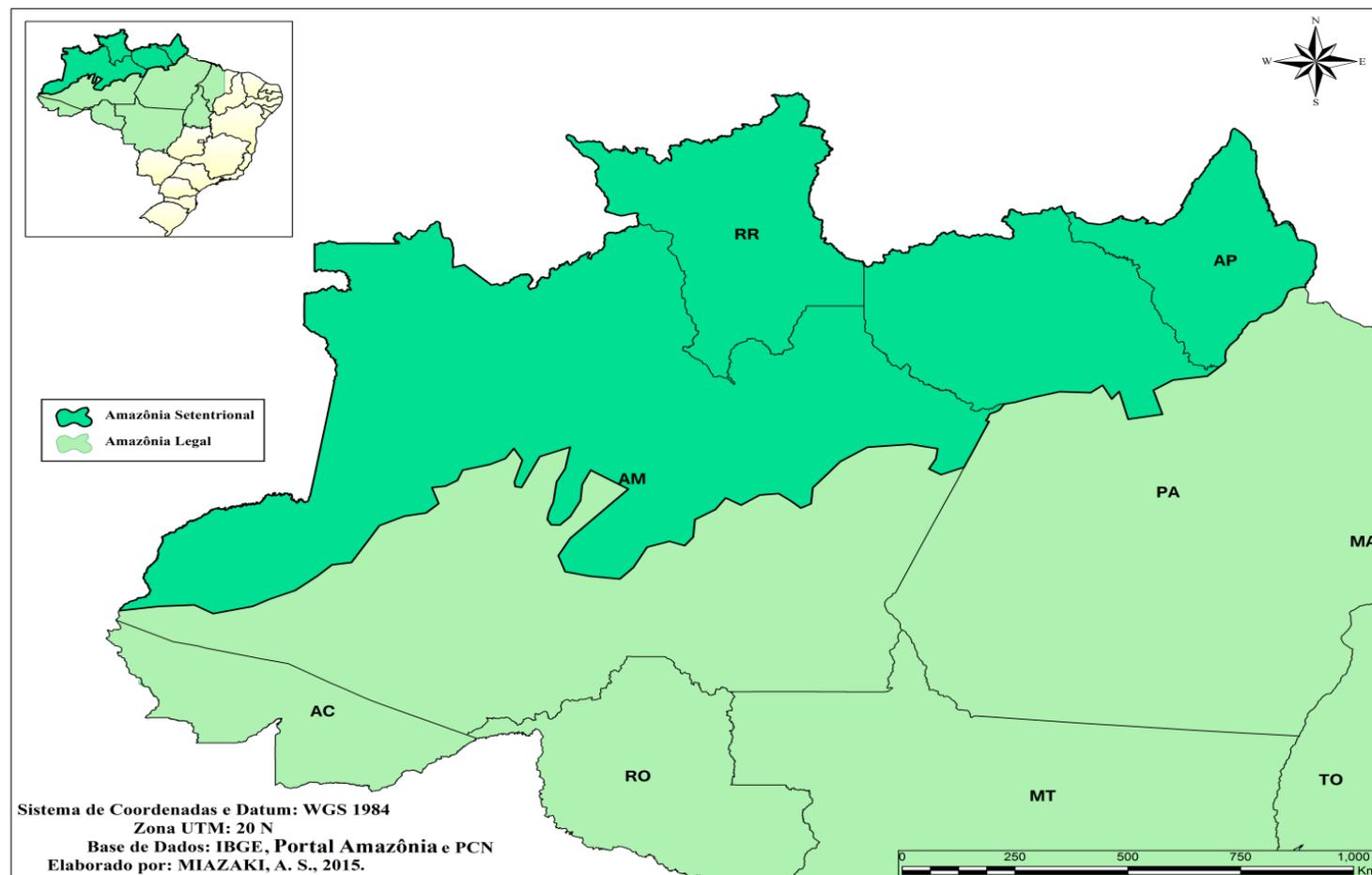
Fonte: MD (2008)

Essa presença se dá através da implantação e manutenção da infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira; do apoio aéreo; do atendimento às tribos indígenas e da assistência às comunidades carentes (educação e saúde, principalmente). Também é presente na manutenção e melhoria da infraestrutura de energia elétrica e transportes (construção e manutenção de portos, aeroportos e rodovias e segurança da navegação fluvial); e do apoio aos governos de seus 74 municípios, conforme exposto.

Assim, com as fortificações das fronteiras e estabelecimentos de agrupamentos militares surgem os estímulos à migração, com a construção de rodovias que nasciam já predestinadas a servir a lógica de ocupação facilitando a entrada de fluxo populacional. Os polos de desenvolvimento mineral e agrícola, também constituem essa lógica que estimulou a migração para região. Vale citar, também, a isenção fiscal e o seu papel no estímulo à migração. Um exemplo é a Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967 cuja criação potencializou a migração em direção a Manaus.

Nos últimos anos, o PCN que agia preferencialmente na Amazônia Setentrional passou a atuar também na Amazônia Oriental, integrando ações do território do sul do estado do Amazonas, em todo o território do estado do Acre e em todo o estado de Rondônia, ampliando, assim, o número de estados e municípios atendidos pelo o Programa.

Figura 6 – Mapa Amazônia Setentrional



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS

A Amazônia Setentrional corresponde a uma porção da Amazônia marcada por relevantes particularidades de ordem geográfica, como, por exemplo: o fato de grande parte de seu território situar-se no hemisfério norte; a existência de vastas áreas de floresta ainda bem conservadas, ou transformadas em grandes unidades de proteção ambiental e reservas indígenas; a baixa densidade demográfica contrapondo-se a elevados índices de urbanização; a constituição da rede urbana por pequenas cidades, com intensas primazias e macrocefalias urbanas e presença de uma extensa faixa de fronteira internacional (SANTOS, 2012).

Essa sub-região apresenta ainda vasta área de floresta, bem conservada ou transformada em grandes unidades de proteção ambiental e de reservas indígenas. Embora exista uma baixa densidade demográfica, há uma enorme diversidade cultural e elevados índices de urbanização sobrepondo uma urbanização constituída por pequenas cidades com intensas primazias⁹ e macrocefalia¹⁰ urbana na qual grande parte de seu território compõe a faixa de fronteira internacional.

2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE E A QUESTÃO REGIONAL

A cidade de Pacaraima se insere no contexto de Amazônia, mais especificamente, na confluência das sub-regiões da Amazônia Legal, Amazônia Caribenha e Amazônia Setentrional, conforme recorte analisado anteriormente que dota de especificidades a (re) produção espacial da cidade engendrando num processo maior que compreender toda a região norte do país.

Entende-se que a (re) produção socioespacial das cidades na região repercute os ciclos socioeconômicos vinculados à expansão capitalista mundial desde tempos mais remotos. Tais ciclos se justificam na ocupação de uma região dita como pouco povoada, preceito ainda bastante utilizado na atualidade e na exploração dos recursos naturais abundantes na região e resultam, quase sempre, em um processo de desequilíbrio e posterior devastação de biomas e culturas preexistentes.

Desde a utilização holandesa das redes interéticas para disseminar seus produtos manufaturados (OLIVEIRA 2011), passando por ciclos das “drogas do sertão” – e da “borracha” até as mais contemporâneas frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas, provenientes do Nordeste brasileiro, em 1920, intensificadas nas décadas de 50 e

9 Cidade que concentra maior parte de serviços, comércio, renda, atraindo políticas públicas e pessoas, Corrêa (2001).

10 Cidade que possui maior progresso tecnológico e tendências à concentração, acumulação seletiva de vantagens, concentração de investimentos públicos, elevação do coeficiente de capital e maior concentração de pessoas, Santos (2004).

60; e dos anos 1970 até hoje, a atuação do Estado brasileiro que toma a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento amazônico, vinculado a um novo padrão de inserção do Brasil numa ordem planetária (BECKER, 1998:11 e 12), considera-se que esses processos constituem importantes desencadeadores de tendências na produção espacial na região.

Figura 7 – Mapa Pacaraima em relação à Amazônia Legal, Setentrional e Caribenha



Conforme exposto, o processo de produção espacial e suas consequências de urbanização e de estabelecimento das cidades na região ocorrem em momentos distintos na história, desde o princípio da colonialização, com o estabelecimento dos fortes até a sua mais recente dinamização por força da expansão do capital moderno (Figura 3).

Figura 8 – Quadro da evolução da Estruturação Urbana na Amazônia (1850-2000)

PERÍODO	CONDICIONANTE	ESTRUTURA URBANA DECORRENTE
Séc. XVIII - 1850	Missões	Formação de vilas nas várzeas do Amazonas e afluentes por missionários, índios e colonos.
1851-1891	Exploração da borracha	Forma dendrítica da rede Proto-Amazônia.
1892-1912	Apogeu da borracha	Estrutura Urbana Primaz-Belém.
1913-1965	Declínio da borracha	Estagnação local e primazia de Manaus.
1966-1985	Intervenção do Estado	Grandes projetos de ocupação/urbanização regional.
1991 -1996	Migrações localizadas e pouco expressivas.	Macrozoneamento regional.
1997 – 2000	Descentralização do Estado.	Interligação das cidades com a rede urbana nacional e internacional.
2001-2005	Aumento da intervenção do capital privado.	Crescimento das cidades.

Fonte: BATISTA (2012)

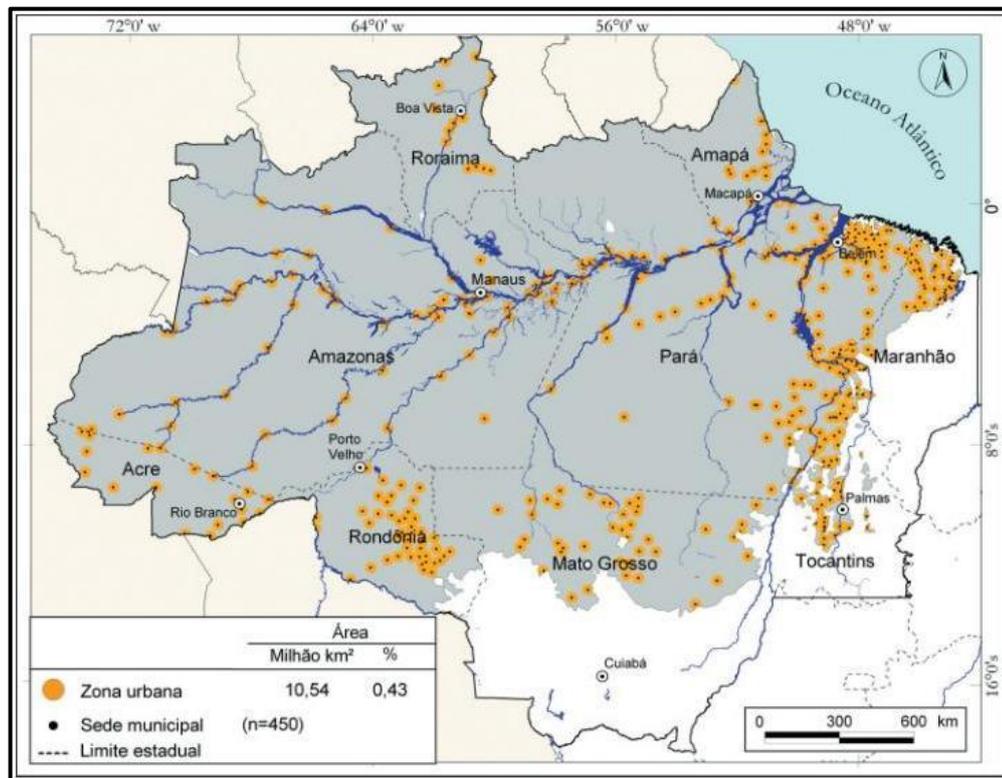
Silva (2007) indica a seguinte cronologia: instalação do Forte do Presépio em 1616, e surgimento de Belém no século XVII; expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias entre a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII; períodos de desenvolvimentos e de estagnações na segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX; período do *boom* da borracha que se estende de 1850 ao final da primeira guerra mundial; período seguinte de estagnação da borracha entre 1920 e 1960; um período atual que se iniciou em 1960, caracterizado por um processo de alterações na economia e no urbano, a partir da política de incorporação da região, passando a se constituir em fronteira do capital no Brasil.

2.2.1 Pacaraima na perspectiva da Amazônia Legal

No contexto de cidade inserida na Amazônia Legal, Pacaraima guarda similaridades e particularidades em relação às demais cidades, tanto da Amazônia Oriental e quanto da Ocidental e, até mesmo em contexto supranacional, no que abrange a chamada Amazônia Internacional. A lembrança faz-se necessária, frente ao sítio onde se localiza a cidade estudada aqui.

Enquanto que nas cidades da porção oriental da região o processo de produção espacial apresenta-se mais consolidado, com uma rede urbana mais dinâmica, com várias cidades médias e centros locais com poder de interação, em algumas porções da Amazônia Legal, superando o padrão dendrítico¹¹ de dispersão, as cidades da Amazônia Ocidental ainda apresentam um padrão que se assemelha ao dendrítico, sendo nesse contexto, não os rios, mas sim as estradas, as determinantes desse padrão de dispersão.

Figura 9 - Mapa Dispersão das sedes municipais e zonas urbanas na Amazônia



Fonte: Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – 2011.

A Amazônia Oriental e também a Amazônia Meridional apresentam maior dispersão de cidades pelo território, evidenciando a transposição da forma dendrítica da rede urbana predominante até meados do século XX, para uma rede mais complexa, nos moldes do capitalismo moderno com numerosas cidades e suas hinterlândias¹², demonstrando maior inserção espacial no mercado globalizado.

A partir dos anos 60, a integração da região no mercado nacional por meio da construção da rodovia Belém-Brasília e uma maior acumulação de capital propiciaram um

11 Padrão de dispersão das cidades ao longo dos rios na Amazônia Oriental e Meridional, até a década de 1960. O mesmo padrão ainda permanece em parte da Amazônia Setentrional, sendo as estradas o elemento de dispersão espacial.

12 Linhas diversas de conexão entre as cidades.

novo arranjo nas cidades que deixaram as margens dos rios e avançaram para além das várzeas. O papel preponderante dos rios no processo de dispersão urbana é substituído a partir do estabelecimento da SPVEA, em 1953 que num primeiro momento, procurou promover o desenvolvimento da infraestrutura de transporte, de comunicação e de saúde, que embora não tenha logrado êxito nos primeiros anos, constituiu bases para difusão econômica e surgimento de novas cidades na Amazônia Oriental.

Na Amazônia Ocidental observa-se a permanência do padrão dendrítico de dispersão de cidades, embora, diferentemente das cidades de várzeas que outrora assinalavam o padrão dendrítico, Pacaraima é uma típica cidade de Terra-Firme¹³ e sua dispersão se dá em virtude da BR 174.

Localizada, então, na porção mais ao ocidente da Amazônia Legal, a cidade de Pacaraima insere-se no contexto dessa região compondo uma rede dendrítica de estrada, num sítio geoambiental de terra firme, constituindo-se uma cidade com íntima relação socioeconômica com Boa Vista - capital de Roraima que exerce primazia no contexto de rede dendrítica no estado e, por outro lado, localizando-se na cabeceira de estrada e no limiar fronteiroço da nação, exerce uma ação primaz de segunda ordem, por ser o primeiro centro de controle político e militar no Brasil, por onde são distribuídos produtos, pessoas, capitais ideias, etc para as hinterlândias da Amazônia nessa porção do território.

Com base na conceituação debatida até aqui, considera-se que no contexto de Amazônia Legal, Pacaraima é uma cidade de colonização de processo acentuados a partir do final da década de 1960, onde foram empreendidos eixos de colonização e eixos de penetração rodoviários estabelecendo aglomerados urbanos.

Os padrões de urbanização adotados aqui para região correspondem ao modelo desenvolvido por Becker (1990), dentre os quais se buscam nesse trabalho, vieses de análise baseado em dois preceitos: o de urbanização dos grandes projetos e de urbanização tradicional. O primeiro trata-se de um processo de urbanização ligado a projetos de grande escala – os grandes projetos econômicos e de infraestrutura cuja dependência de uma base urbana para a instalação, residência de pessoal técnico, trabalhadores permanentes, atendimento de uma massa de trabalhadores temporários, faz desses espaços verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia.

¹³Correlato a dispersão dos biomas de igapó, várzea e terra-firme. Cidade longe da várzea.

E o segundo trata-se de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional à beira-do-rio (à beira da estrada) e com forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dendrítico.

Ousa-se dizer que, embora sejam esses padrões que mais se aproximam do contexto de produção de espaço da cidade de Pacaraima na Amazônia Legal, estes não se enquadram em sua totalidade para cidade em análise, que embora tenha nascido do empreendimento da construção de uma infraestrutura como a da BR 174, do 3ºPEF e do Programa Calha Norte, ainda se enquadra num padrão tradicional à beira da estrada. Pacaraima, embora apresente essas similaridades, guarda suas particularidades nas presenças ancestrais indígenas, da ação garimpeira, entre outros.

Na perspectiva de Amazônia Legal a cidade de Pacaraima possui características oriundas do que se pode chamar de características das redes urbanas amazônicas para a porção ocidental, marcada por uma série de impedimentos para os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, cabendo destacar: a) as grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades e vilas; b) a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em vastas porções do território amazônico; c) a grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais, decisivos para sua participação ativa nos diversos tipos de fluxos (SATHLER, 2009).

A cidade em seu contexto possui limitações aos fluxos de bens, pessoas e serviços entre os diversos níveis hierárquicos urbanos, mesmo sendo uma cidade à margem da estrada. Há carência de infraestrutura devido aos baixos investimentos nessa área. Ressalta-se que tais observações se estabelecem no contexto macrorregional, ou seja, em toda a Amazônia Legal.

2.2.2 Pacaraima na perspectiva de Amazônia Caribenha

A conformação do que se entende como Amazônia Caribenha com enfoque no pensamento de Oliveira (2006, 2011) e Burgardt (2007, 2008) que traçam perspectivas da dinâmica do estabelecimento dessa região ao longo da história e enfatizam o papel dos povos indígenas e suas influências na cultura e, porque não dizer, na economia Oliveira (2011) da utilização das redes interétnicas indígenas pelos holandeses para disseminar mercadorias ou ainda na produção do espaço.

Segundo os autores, o termo: Caribenha deriva dos antigos povos das Antilhas, que abarcam a porção Norte/Nordeste da América do Sul, compreendendo todo litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco, na Venezuela, e do rio Amazonas, no Brasil e se estende pela margem norte do rio Amazonas até a margem esquerda do Rio Negro, avançando pelo

Canal de Cassiquiare, entre o Brasil e a Venezuela, e à margem direita do rio Orinoco. Esse percurso fluvial e marítimo em tempos passados foi de fundamental importância no processo de colonização.

Mas suas linhas inserem, também, um território ancestral indígena pertencente a um modal pluricultural que com a presença do colonizador dinamiza ainda mais os contatos inter-étnicos entre os nativos da região e, ainda, introduz culturas e línguas como a holandesa, inglesa, espanhola, negras africanas e asiáticas. A Amazônia Caribenha começa a ser desenhada com o processo ancestral de migração dos povos tradicionais. A inserção da região e do mercado global no processo de expansão comercial europeu como em toda a América é marcada pela extrema violência.

A região surge da conformação cultural de múltiplas origens e não há uma continuidade histórica nesse processo, mas rupturas aterradoras, violentas e abruptas, comum em toda a América, a construção do Caribe se pautou por um caráter violento de conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial (HALL, 2003).

Essa pluricultura forjada por meios violentos tem como resultado a formação de uma sociedade de caráter híbrido. No caso de Pacaraima chama-se a atenção sobre o papel da cultura indígena na constituição e produção sociocultural local, considerando-se a produção da cidade. Burgardt (2008) aponta o fato de os estudiosos promoverem quase uma exclusão do índio nos domínios da cultura da qual proclamam caribenha, como se o Caribe tivesse sido formado e se constituído apenas por etnias originárias da Europa e da África, ignorando, por vezes, fatores muito importantes que compõem o complexo cultural do qual a cultura caribenha evolui, que por pertinência é lembrado na epígrafe deste texto.

Pacaraima no contexto de Amazônia Caribenha guarda suas profundas raízes indígenas, na qual, embora haja um debate que procure excluir estas culturas dos processos sociais, econômicos, culturais e políticos, por decorrência dos processos de produção do espaço geográfico e da cidade, seus desígnios encontram-se no contexto sócio-histórico e cultural.

O espaço da cidade na conjuntura regional ainda se configura com as forças centrípetas da cultura local em um fenômeno social de registro material da existência das experiências humanas. Aos moldes de Rolnik (2012) constitui uma escrita, uma materialização de sua própria história. Assim espera-se que a cidade cumpra também o papel social de ser o espaço donde as suas culturas constituintes possam promover suas estratégias de inserção e pertencimento.

2.2.3 Pacaraima na perspectiva de Amazônia Setentrional

A urbanização da Amazônia Setentrional e a produção dos espaços das cidades se processaram através de ocupações baseadas em estratégias especulativas, por vezes conflitivas, como em caso recorrentes para região. Outra vertente de produção de espaço das cidades pode ser verificada como é caso de Roraima e da construção das rodovias federais como a BR 174 (Pacaraima – Manaus); BR 401(Boa Vista – Bonfim) entre as décadas de 1970 e 1990, que contribuíram para o surgimento de novos municípios, gerando um grande fluxo migratório para o estado.

Esse evento constitui o processo dinamizador do Programa Calha Norte (PCN), que a partir de 1995, desenvolve uma metodologia específica para a gestão do programa, com o propósito governamental de integração de suas ações na Amazônia, pois reconhece as dimensões de suas ações para a Região. Essa metodologia se exprime na busca nascente da integração de esforços no âmbito da administração pública, articulando-a nos seus três níveis: o federal, o estadual e o municipal.

Segundo o Ministério da Defesa dentro dessa estratégia do PCN, deu-se início à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável para cada município, contendo diretrizes para investimentos nos segmentos, que representam as principais dimensões do processo de desenvolvimento nas infraestruturas sociais e econômicas.

A primeira visa melhoria do padrão de vida da população através da implantação de programas, projetos e atividades que propiciem a promoção e inclusão social e econômica, tendo como premissas de sustentação a permanente oferta de oportunidades para a qualificação do potencial humano, bem como, a racional utilização dos recursos ambientais. Assim, a educação formal, a reeducação de procedimentos quanto à utilização dos recursos naturais, a saúde e as ações de caráter comunitário e as associativistas, são as principais diretrizes operacionais do segmento.

E segunda propõe o fortalecimento das atividades econômicas municipais, mediante ações que promovam a agregação de valores econômicos qualitativos e quantitativos à produção local (rural e urbana), possibilitando a ampliação de oportunidades de investimentos, mediante o conhecimento das potencialidades econômicas que apresentam aceitação nos mercados local, regional e extrarregional (MD, 2002).

Nesse contexto Becker (1998) fala em uma “malha programada” da qual faz parte um conjunto de cidades, estradas, comunicações, na qual o Estado capta o controle da região.

As cidades têm como função serem sedes do *locus* político, concentradora de mão de obra e fornecedora atrativa para os fluxos migratórios, portanto, a denominação da Amazônia pela autora é de floresta urbanizada.

Pacaraima se insere nessa perspectiva de uma geopolítica e processo de ocupação urbana da região relacionada a objetivos militares. Isso permanece como herança do regime militar e seu Programa Estratégico de Governo que mantêm suas estratégias com objetivo de preservar as fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao todo nacional.

2.3 A CIDADE NO CONTEXTO ESTADUAL

A tentativa de realizar uma análise da macrorrealidade da região e do entendimento que se tem sobre o contexto no qual se produz o espaço do estado de Roraima e o espaço da cidade de Pacaraima explora-se a multiplicidade e a multidimensão desse espaço levando em conta os aspectos legais, culturais e geográficos na tentativa de maximizar os olhares sobre o processo de (re) produção do espaço na cidade de Pacaraima no contexto regional e estadual.

A observação de um estado numa ordem pluriregional pretendente evidenciar a complexidade de sua existência e as influências que tal complexidade repercute na produção do espaço geográfico, na (re) produção dos espaços das cidades e mais especificamente da cidade de Pacaraima. Roraima surge com o estabelecimento do território federal em 13 de setembro de 1943, num contexto de uma política macrorregional para Amazônia na garantia de assegurar posses e presenças nacionais as áreas mais remotas da região.

Roraima possui uma localização geoestratégica em relação ao contexto nacional e regional que remete a importância geopolítica do estado e de suas unidades municipais nessa área marcada por interesses difusos, incluindo os conflitos por territórios que apresenta particularidades no que diz respeito a distribuição de suas terras. O Estado tem 44,85% de sua área de terras indígenas, as maiores parcelas são as do povo Ianomâmi e das etnias que fazem parte da área Raposa Serra do Sol. São ao todo 30 povos indígenas em Roraima, algo como 60 mil pessoas de etnias específicas. São aproximadamente 11,9% de Unidades de Conservação, entre parques e estações ecológicas (SEPLAN, 2010).

Para entendermos essa divisão de Roraima (Figura 10), as unidades de conservação ou áreas do IBAMA, são compostas por três parques nacionais, três estações ecológicas e duas florestas nacionais, sendo que a última, criada no ano de 2005, denominada Floresta Nacional do Anauá, com uma área de 259.550 hectares, localiza-se no município de Rorainópolis, sul de Roraima, não está indicada no referido mapa.

O Parque Nacional do Monte Roraima foi criado em 1989, com uma dimensão de 116.000 hectares, perdeu parte dessa área quando se criou a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. O Parque Nacional do Viruá foi criado em 1998 com 227.011 hectares. O Parque Nacional da Serra da Mocidade, em 1998, com 350.960 hectares. A Estação ecológica de Maracá estabeleceu-se em 1981 com uma área de 101.312 hectares. E a Estação ecológica de Caracaráí, em 1982, numa área de 80.560 hectares. Estação ecológica do Niquiá criada em 1985 numa área de 286.600 hectares. Já a Floresta Nacional de Roraima, estabelecida em 1989 numa área de 132.000 hectares. Esses parques e estações totalizam 15.539,93 Km² ou 11,9% do território total de Roraima.

O Exército brasileiro inaugurou, em 02 de maio de 2002, o 6º PEF - Pelotão Especial de Fronteira, nesse último lugar citado, em áreas da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, que foi homologada em 2005. Porém, a presença militar em Roraima iniciou-se em 1752 quando se determinou a construção do Forte de São Joaquim, concluído em 1778. Em 1943, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, altera-se a estrutura da área e em 1952 se cria o 1º Pelotão de Fronteira, que teve essa denominação alterada para 9ª Companhia de Fronteira em 1961. Em 1969 criou-se o Comando de Fronteira de Roraima quando a 9ª Companhia de Fronteira foi transformada em 2º Batalhão Especial de Fronteira. Em 1991, cria-se a Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista.

Tabela 1 – Áreas Territoriais de Roraima em %.

ÁREAS	%
FUNAI	44,85
IBAMA	5,85
EXÉRCITO	1,22
Áreas alagadas	5,95
Áreas montanhosas	2,64
Áreas livres	39,49
Total	100

FONTE:MD (2004).

Verifica-se que mais da metade da área do estado de Roraima é ocupado com reservas indígenas, unidades de conservação ambiental e áreas do exército. A análise dos dados permite apontar que somando os percentuais com as Áreas de Proteção Permanente e as Reservas Florestais Legais, Roraima tem aproximadamente 70% de seu território indisponível para agricultura, expansão de cidades, implantação de grandes parques industriais, etc. Indicando certa insegurança jurídica quanto à posse e ao uso das terras para o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas as formas capitalistas de produção.

A produção da cidade de Pacaraima se insere nesse contexto, mais precisamente na terra indígena São Marcos no topo de planalto na serra de mesmo nome da cidade. A cidade localiza-se no centro da pretendida interlocução da tríplice fronteira e suas demandas de integração exigindo da mesma uma postura que assuma em âmbito local e macro regional responsabilidades de ordem socioeconômicas, políticas, e socioambientais com objetivo claro da integração regional.

Como observado no mapa, as diferenças do uso territorial dos espaços do estado constituem desafios de ordem estadual, em formular um estado que abarque a diversidade de sua materialidade e os desdobramentos que essa materialidade representa para suas populações, sejam elas as comunidades indígenas, os ribeirinhos roraimenses, os assentados e/ou as comunidades assentadas nas quinze sedes municipais de Roraima.

No âmbito estadual, expõem-se as demandas de coexistirem nas cidades de Roraima processos que conjuguem desenvolvimento, inclusão e respeito às diversidades étnico-culturais e naturais presentes no estado. Este possui em seus domínios territoriais uma enorme diversidade natural marcada principalmente pela presença de dois biomas amazônicos: a floresta e a savana e ambos, nos últimos anos sofrem enormes pressões pelo uso de seus recursos.

A posição geográfica, aliada a certa porosidade entre o estado e os dois países vizinhos, ressalta o importante papel político de Roraima nas relações internacionais, inicialmente, entre o Brasil com a Venezuela e a Guiana, mas num aspecto mais amplo de integração dentro da América do Sul, incluindo seus setores sul e norte, como o caso do recente ingresso da Venezuela no MERCOSUL, ampliando os diálogos diplomáticos e econômicos entre os países.

Considerando ainda a sua geografia e o contato de fronteira, as relações fronteiriças são estratégicas para a sobrevivência econômica do Estado, pois, como mencionado, ele estabelece relação mais frutífera com os países próximos à Região Norte do que com o sul do Brasil e constitui-se num elo entre a América do Sul, o Caribe e a América Central, representando o Brasil como liderança para essa parte do continente americano.

A realidade dos fatos geopolíticos e econômicos do estado associado à realidade territorial, social e ambiental vislumbra-se o potencial de Pacaraima num projeto de desenvolvimento posto ao estado, em que se considerem as potencialidades e fragilidades ambientais, as limitações de uso das terras disponíveis, evocando valores de sustentabilidades de coexistência com a diversidade sociocultural.

Na perspectiva do Plano de Desenvolvimento Local e Integrado-PDLI do PCN e orientada quatro ações governamentais para atraírem investimentos para Roraima: 1 - ações integradas voltadas para os setores produtivos; 2 - ação estruturadora, através da consolidação e ampliação da infraestrutura e desenvolvimento institucional; 3 - integração produtiva, através da consolidação da matriz produtiva; revisão das estruturas fiscais, extra-fiscais e creditícias e reestruturação das atividades econômicas regionais, dinamizadas pelos eixos: saída Sul, área de influência da BR-174, no trecho divisa de Roraima com o Estado do Amazonas até Boa Vista; saída Norte pela BR-174, no trecho entre Boa Vista e Pacaraima, divisa com a Venezuela; saída Nordeste pela BR. 401, no trecho entre Boa Vista- Normandia-Bonfim, divisa com a Guiana e sua ligação através do Arco Norte, com Paramaribo, Guiana Francesa e o Estado do Amapá; 4 - integração social, através de promoção de oportunidades para o fortalecimento e geração de novos empregos; modernização da infraestrutura social; demografia e aspectos fundiários (PCN 2001).

O mesmo PDLI de Pacaraima no contexto estadual aponta o potencial de desenvolvimento de atividades econômicas concentrado na criação de gado bovino de corte e na agricultura baseada nos produtos básicos - arroz, feijão, milho, mandioca, abacaxi, banana e laranja. Segundo o PDLIS o município apresenta uma boa produção de tomate, pimentão,

couve-flor, cenoura, beterraba, chuchu, repolho, mamão, morango e maracujá. Evidencia ainda que o clima também é propício ao cultivo de hortaliças e plantas ornamentais.

A criação bovina é a de maior importância na pecuária de Pacaraima, sendo seu excedente vendido na capital e outras cidades do estado. O sistema de criação é o extensivo, porém, existem criadores que realizam a subdivisão de pastagens, para melhor aproveitamento do rebanho. O plantel é formado por bovinos, suínos, equinos, caprinos, galinhas e frangos. A atividade de comércio e serviços também possui importante papel na dinâmica de cidade com mercearia, comércio de artigos do vestuário, material de construção, restaurante, lanchonete, bar, agência de venda de passagens, locadora de vídeo.

Na análise contextual observa-se o grande potencial turístico do município podendo citar Pedra Pintada com suas inscrições rupestres; a cachoeira do Macaco; urnas funerárias; Pedra do Perdiz; Monte Roraima; aldeias, lendas e artesanato indígenas; cavalos selvagens e a Micaraima (carnaval fora de época, durante três dias). Festa tida como tradicional envolvendo a população local e de todo o estado atraindo ainda turistas internacionais sobretudo venezuelanos, na medida em que existe uma ativa integração de Pacaraima com a cidade de Santa Elena de Uairén (Venezuela).

Outro aspecto no contexto existencial do estado é o histórico político que gera uma geopolítica local baseada no centralismo da atuação das forças estatais. Uma geopolítica que alimenta formas clientelistas num jogo político complexo que marca a produção do espaço no estado de Roraima e na cidade de Pacaraima.

2.3.1 O Jogo Político no Estabelecimento da Cidade

O prefácio do livro: Pacaraima um olhar geográfico, aponta que os estudos geográficos sobre as cidades partem da análise de dois conceitos centrais: sítio e situação. Enquanto o primeiro incide sobre os aspectos de localização e as suas características físicas, o segundo aborda o processo de relação da cidade ao seu contexto geográfico, sendo fatores importantes a acessibilidade, distância de recursos naturais, posição em relação a outros centros urbanos e fronteiras nacionais e internacionais, dentre outros.

A situação da cidade de Pacaraima desde a sua gênese revela os contornos complexos em torno de seu estabelecimento conforme toda sua trama histórica. No final da década de 1980 a falta de clareza sobre a política indigenista por parte do Conselho de Segurança Nacional e o Projeto Calha Norte associado a vários fracassos e insucessos da

Fazenda São Marcos, desde a década de 1920, configura o pano de fundo que faz florescer a já emergente Vila de BV-8.

Nesse período Andrello (2010) aponta:

Insinuava-se transformar em colônias as terras habitadas por indígenas supostamente aculturadas e assim promover o povoamento das fronteiras do norte do país. Nesse contexto, São Marcos era certamente a mais forte candidata, uma vez que já carregava essa palavra em seu nome e *via crescer a vila de Pacaraima dentro de seus limites, no ponto extremo da BR 174, na fronteira com a Venezuela, bem como a chegada dos novos posseiros que iam se instalando as margens dessa rodovia* (p.80-1; GRIFO NOSSO)

A política de povoamento da fronteira apontada pelo autor nasce em meio ao jogo político com regras e objetivos ainda nos dias atuais a serem esclarecidos. Se de um lado havia a pretensão de atrair um novo contingente populacional para o local, de outro exercitava um desprezo ao enorme contingente populacional indígena que nesse período reivindicavam direitos de posse e uso da terra habitada.

O Divisor, da Vila de BV-8 e da Vila de Pacaraima¹⁴, que viria ser mais tarde, a cidade de Pacaraima revela-se desde o início, em um espaço pautado por disputas no qual ideologias, poderes e forças políticas centrípetas e centrífugas, em um primeiro momento corroboram na definição em um de seus aspectos mais marcantes, a dicotomia da cidade na terra indígena. Revela assim o jogo das forças empenhadas pela confusa política do governo federal de um lado e as forças oportunistas da elite política local de outro e no meio disso tudo, encontram-se populações indígenas e não indígenas da cidade.

Desde a década de 1970, segundo Santilli (1997) o governo federal começa adotar as primeiras iniciativas para regularização jurídica administrativa das terras dos Macuxi, mas enquanto fazia isso, abria estrada que atraíam posseiros. Em meio a essa confusa política para a área, havia uma elite oportunista que via o momento como oportuno às suas aspirações de poder.

O estado demarcava, mas abria estrada, cadastrava posseiros para tomar providências, enquanto o governo de Roraima estimulava a invasão de terras (ADRELLO – 2010). Assim a vila de BV-8 começa a compor um cenário mais amplo da produção de espaços urbanos que resultam em mais um fixo territorial, por onde fluxos locais, regionais, nacionais, internacionais e intranacionais realizarão suas influências, integrando a produção do espaço a contextos e conjunturas mais amplas.

¹⁴ Ao longo da pesquisa identificamos que a região da cidade já teve os seguintes nomes: “Divisor”, em alusão à divisa entre dois países e também entre as grandes bacias do rio Amazonas no Brasil e Orinoco na Venezuela, “Vila de BV-8” em alusão ao marco de fronteira número 8, “Vila de Pacaraima” definida em Lei nº 105/84, do Município de Boa Vista e por fim Pacaraima de acordo com a Lei Estadual n.º 96 de 17.10.95.

Em 1989 foi formada uma comissão mista com membros da FUNAI, do INCRA e de representantes do estado de RR para fazer a demarcação de uma gleba de terra na região São Marcos, que foi homologada em 1991. Em 1992 houve a homologação da área urbana dentro da terra indígena. No mesmo ano a Assembleia Legislativa de Roraima aprovou uma Lei nº 002 de 11.04.1992 que dispôs sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências, gerando uma grande mobilidade dos políticos locais e candidatos a prefeituras na efetivação dessa lei.

Em 1994 foi realizado o plebiscito não atingindo o mínimo de eleitores previsto em lei. No período o CIR - Conselho Indígena de Roraima e a APIR - Associação dos Povos Indígenas de Roraima questionaram a legalidade da instalação de sedes municipais em terras indígenas, como Uiramutã e Pacaraima. No mesmo ano, a Assembleia Legislativa de Roraima, aprovou um projeto de Lei Complementar n. 07 que, modificou a redação da Lei Complementar anterior, onde estabelecia o contingente mínimo de 30% de eleitores para a emancipação de uma nova unidade municipal reduzindo, a partir de então, para apenas 10% de eleitores o contingente necessário à criação de novos municípios no estado.

Houve novo plebiscito e o município é criado em 1995 e em 1996 a FUNAI e o CIR entram com o mandato contra a criação do município conseguindo através de liminar a suspensão temporária do processo de implantação de Pacaraima, após alguns meses a liminar foi cassada e levada ao Tribunal Superior Federal, o qual julgou a favor da criação do município.

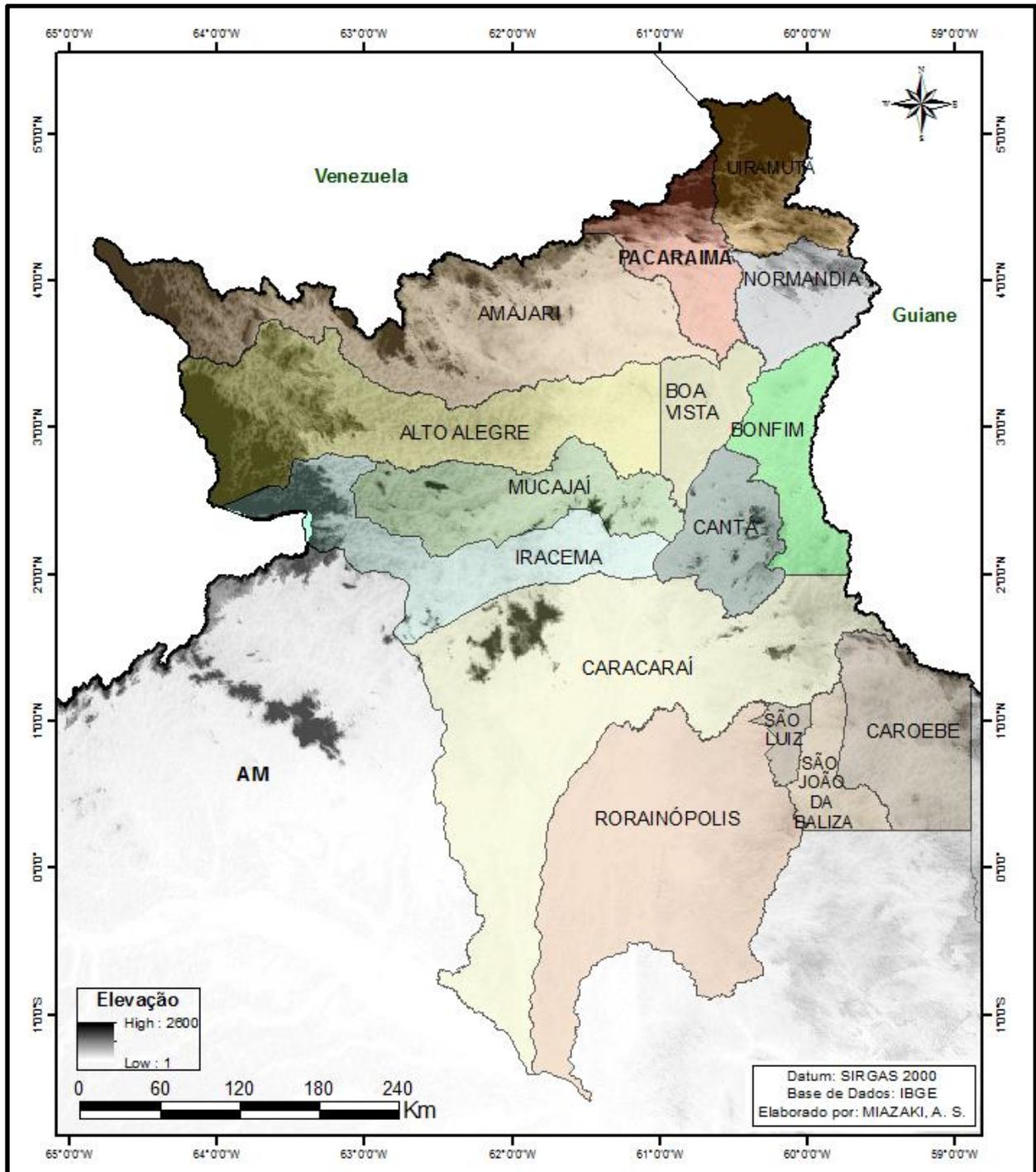
A estruturação da cidade de Pacaraima decorrente da vila de BV-8 segue uma lógica regional, donde a urbanização não decorre necessariamente de processos agropecuários e/ou industriais como ocorre ou ocorreu com boa parte das cidades brasileira. A estruturação da cidade compreende um processo deliberado e estratégico por parte de forças estatais, na qual afirmações e negações políticas fomentam a ocupação da terra. A seguir apresenta-se a cidade de Pacaraima como espaço geográfico inserido nas múltiplas dimensões estadual e regional.

2.4 APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO PACARAIMA COMO ESPAÇO AMAZÔNICO

O fenômeno da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, que se encontra às margens da rodovia BR-174, na fronteira com a Venezuela, como cidade sede do município, foi criado em 17 de outubro de 1995, por Decreto Lei nº 096. A população estimada em toda a extensão municipal para 2013 é de 11.423 habitantes (IBGE 2013). O

município se insere num contexto municipal que se limita ao norte com a Venezuela; ao sul com Boa Vista e Amajari; a leste com Normandia e Uiramutã e a oeste com o município de Amajari, distante de Boa Vista a 214,8 km pela rodovia BR-174.

Figura 11 – Mapa Municípios de Roraima



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015)

A área territorial do município é de 8.028,43km² estendendo-se sobre a Terra Indígena São Marcos e Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Predomina o clima tropical

chuvoso com pequeno período seco e a temperatura média anual é de 22°C. A precipitação pluviométrica é de 1.750 mm, devido às condições de relevo mais elevado que garante, ao longo do ano, médias térmicas mais amenas e melhor distribuição de chuvas entre os meses do ano, se comparados aos demais índices pluviométricos e térmicos do estado.

Dados apontam que a ocupação da área por comunidades humanas é bastante ancestral, porém a ocupação por comunidades ditas não tradicionais na região intensificam-se partir da criação do pelotão de fronteira e a criação da vila de BV8, como era conhecida a região antes de se tornar sede municipal em 1995.

A compreensão desse processo inicial consiste em objetivo a ser perseguido, no qual se propõe analisar os principais agentes da produção desse espaço e os processos mais importantes que definiram a estruturação do espaço interno dessa cidade, compreendendo o momento e a conjuntura em que se deu esse processo e as relações dessa estruturação urbana com o plano político para região e as influências e dinâmicas sob as quais a cidade foi produzida.

Enquanto o município se estende pelo território das duas TI já apontadas, a cidade de Pacaraima se insere no chamado Planalto das Guianas¹⁵. Está incluída na Terra Indígena São Marcos, território das etnias Macuxi¹⁶, Wapixana¹⁷ e Taurepang¹⁸ (SEPLAN 2012). O tipo climático corresponde à classificação de Koppen “Am”; para Barbosa et al. (1997), este se estabelece em um corredor florestal que sofre influência das savanas, das florestas úmidas e dos altos relevos do norte de Roraima. É um clima intermediário entre Aw e o Af, com estação seca bem definida. O relevo da região caracteriza-se por ser elevado, com altitudes que ficam acima de 250 metros chegando a atingir 1100 metros (COSTA E FALCÃO 2006).

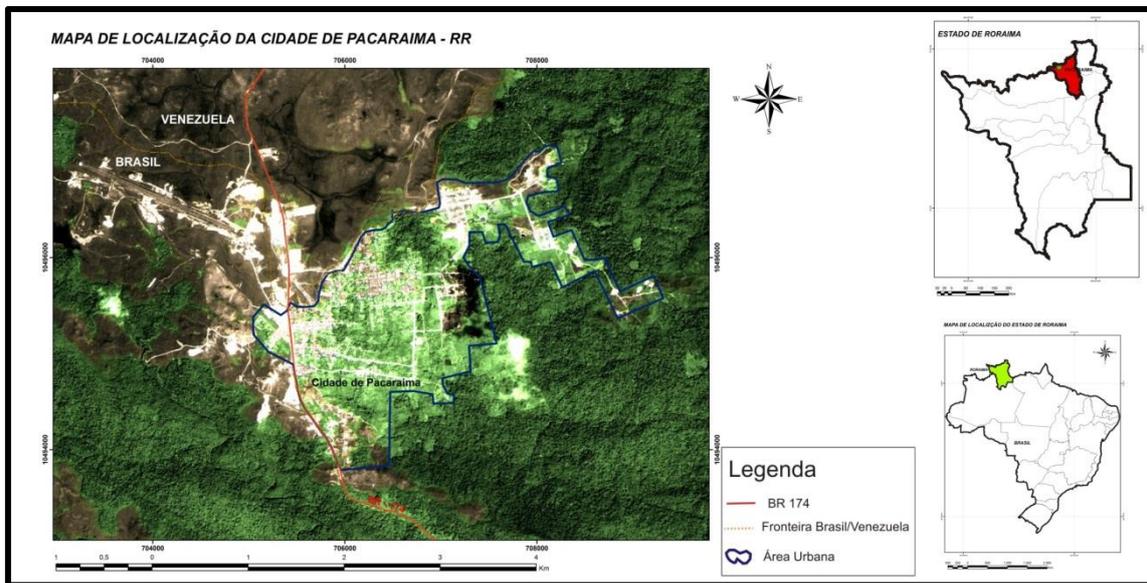
15Os planaltos são constituídos basicamente por terrenos cristalinos antigos pré-cambrianos. O Planalto das Guianas prolonga-se do Brasil até à Venezuela e às Guianas na fronteira entre esses países e o Brasil. O planalto é constituído por formações das serras do Imeri, Parima, Pacaraima, Acaraí e Tumucumaque. É na região serrana que se encontram os pontos mais altos do Brasil, como o pico da Neblina, na serra do Imeri, nas imediações do extremo norte do estado do Amazonas, com 3.014 metros de altitude. No caso da cidade, fala-se especificamente das serras de Pacaraima que também dá nome a cidade.

16Etnia indígena pertence à família linguística caribe. Falam a língua macuxi e habitam a região compreendida entre as cabeceiras dos rios Branco e o rio Rupununi, território partilhado entre o Brasil e a Guiana. Santilli (1997) e Farrage (1997).

17Etnia indígena pertence à família linguística Aruak. Ocupa o vale do rio Tacutu, coabitando territórios com os macuxi. Santilli (1997), Farrage (1997) e Frank (2002).

18 Etnia indígena pertence à família linguística caribe a habitam a região compreendida entre as cabeceiras do rio Branco. Santilli (1997), Farrage (1997) e Frank (2002).

Figura 12 – Mapa Localização da cidade de Pacaraima



Nota: Localização da área de estudo no mapa do estado de Roraima e no destaque a área urbana de Pacaraima. Imagem CBERS 2B CCD integrada com HCR, órbita 176-95, ano 2010.

A figura 9 apresenta a área de estudo na qual é possível observar a localização do município no contexto nacional e estadual, evidenciando o fato de que esta área está inserida em um contexto de fronteira internacional, posição geopoliticamente estratégica o que pode orientar compreensões sobre interesses políticos exercidos no extremo norte do país.

Abordar-se-á a seguir a história da cidade de Pacaraima, enfocando sua gênese e os processos que desencadearam os primeiros assentamentos, no âmbito da criação da cidade e suas implicações sociopolíticas e espaciais. Considera que embora seja de amplo conhecimento que a cidade se iniciou atrelada ao processo de instalação do pelotão de fronteira, cuidar-se-á aqui, de buscar uma compreensão da trajetória desse processo com vista a esclarecer e colaborar com a construção em torno do debate oficial arraigado na memória e mentalidade influenciando até mesmo a produção acadêmica sobre Pacaraima.

A análise de Pacaraima nos contextos regional e sub-regional visa contribuir com um debate mais elaborado, pormenorizando os processos de produção do espaço dentro de suas especificidades regionais e espaciais, com perspectiva de romper com generalizações ou até vias centralista de análise que quase sempre privilegiam apenas um aspecto da constituição regional.

Utilizando atributos da regionalização e sub-regionalização buscou-se apreender a produção espacial da cidade de Pacaraima e sua inserção regional considerando a proposta de regionalização de Amazônia Legal, de Amazônia Caribenha e Amazônia Setentrional,

considerando as forças de verticalidades e horizontalidades nessas classificações bem como o estabelecimento do estado de Roraima, considerando os processos sociais e de sua localização.

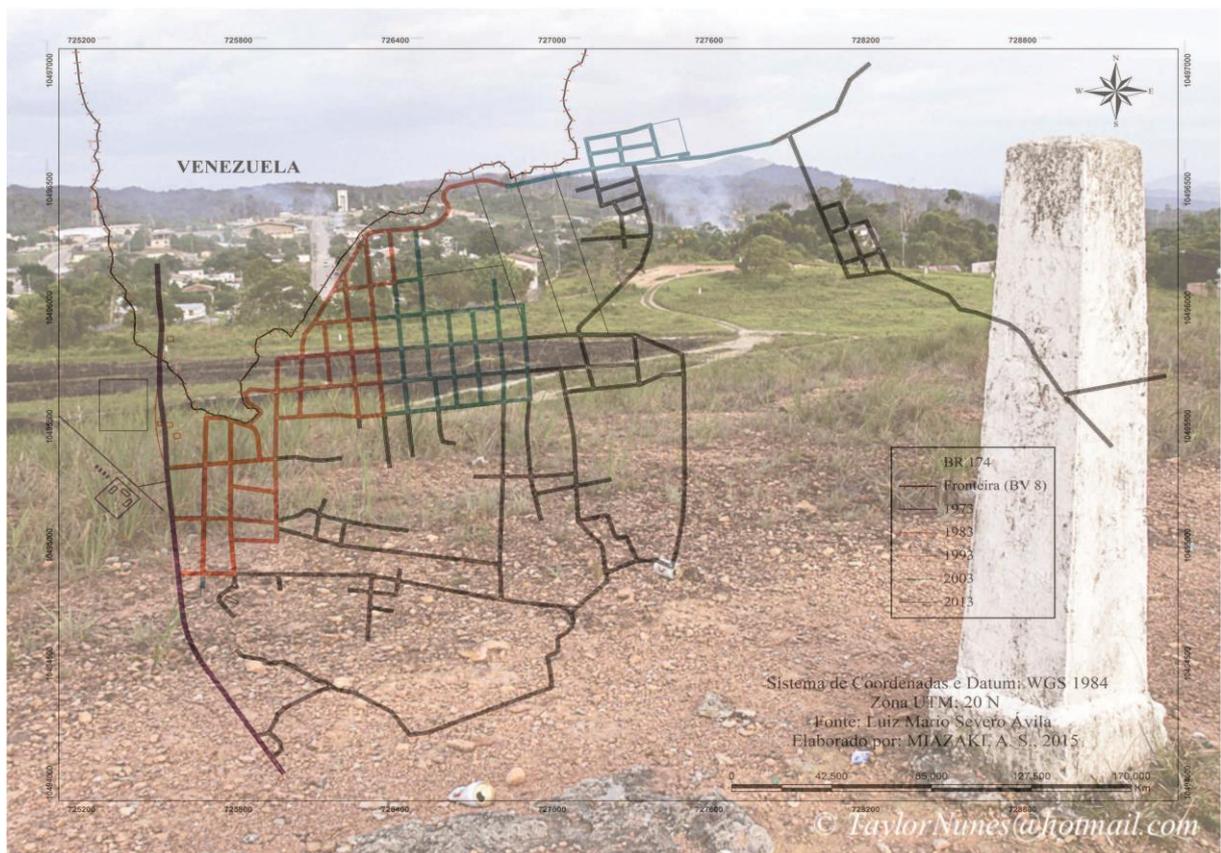
No contexto de Amazônia Legal, Pacaraima se insere na Amazônia Ocidental e constitui uma cidade integrante de uma rede com padrão dendrítico de estrada e de terra-firme com características marcadas pelas grandes distâncias entre as cidades; carência de infraestrutura de transporte e comunicação, por exemplo e carências materiais, educacionais, acarretando uma série de dificuldades que colaboram para um fraco e ineficiente fluxo de pessoas, mercadorias, conhecimentos, serviços, entre outros.

No contexto de Amazônia Caribenha, Pacaraima guarda a suas profundas raízes indígenas, embora haja um debate que procure excluir essas culturas dos processos sócio-econômico e cultural-político, que em decorrência dos processos de produção do espaço geográfico e da cidade, seus desígnios se encontram no contexto sócio-histórico e cultural. Assim, considera-se que Pacaraima cumpra também o papel social de ser o espaço na qual as suas culturas constituintes possam promover suas estratégias de inserção e pertencimento.

No contexto de Amazônia Setentrional, Pacaraima se insere em uma geopolítica em que o processo de ocupação urbana da região está relacionado a objetivos militares. Área de atuação do PCN, a cidade cumpre a função de assegurar a presença pátria na fronteira que pressupõe articulação entre os três níveis: o federal, o estadual e o municipal. No estabelecimento da cidade como áreas de atuação do PCN assegura a ela a ferramenta de um planejamento estratégico, podendo ser considerado um plano diretor – plano estratégico – plano diretor.

Considera-se que a análise de produção do espaço da cidade de Pacaraima, analisada em uma escala regional e sub-regional permite abstrações reveladoras de sua constituição capaz de pormenorizar as análises desse fenômeno na Amazônia. Esse olhar de fora para dentro constitui uma pretensa intenção de apreender a produção socioespacial e suas especificidades internas e externas, bem como os processos de inter-relação e integração a um contexto mais amplo.

AS HORIZONTALIDADES E AS VERTICALIDADES NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA



3 AS HORIZONTALIDADES E AS VERTICALIDADES NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA

Objetiva-se com o presente capítulo uma abordagem da (re) produção do espaço da cidade de Pacaraima que buscará a compreensão dos contextos pré-gênese, com objetivo de promover um debate que possa possibilitar a reflexão acerca das influências das forças e dos grupos de agentes que colaboram para seu estabelecimento.

Buscar-se-á compreender o processo de ocupação/ou (re) ocupação do espaço onde se localiza a cidade de Pacaraima, abordando sua geografia histórica da produção de seu espaço, considerando os primeiros habitantes da região e, buscando os significados da produção espacial no contexto desses habitantes e suas contribuições ao processo de gênese e espacialização da cidade.

O sítio da cidade, o local onde se localiza hoje, guarda uma ancestralidade de ocupação e habitação que configura uma experiência geográfica de culturas nativas que ali se estabeleceram e se mantêm até os dias atuais, como é caso do povo macuxi e do tauperepag. Essa ancestralidade constitui-se como um dos elementos primórdios da produção do espaço para a região. Cabe ressaltar que a disposição espacial da população indígena macuxi permanece praticamente inalterada desde os primeiros registros historiográficos disponíveis para a região do vale do rio Branco, o que evidencia tal população como agente reprodutora de espaço no contexto.

Considera-se que a principal contribuição das culturas e povos ancestrais deu-se em um primeiro momento na escolha do “sítio da cidade” como espaço de vivência, como espaço conhecido, vivido e experienciado. Também, que a experiência ancestral serviu de substrato às entradas de novas culturas na região onde se localiza a cidade, como é o caso de movimentos de garimpeiros e, posteriormente, o estabelecimento do povoado da vila e da cidade em uma dinâmica das forças horizontais, nas relações da produção do espaço até a chegada da estrada e do exército.

Ainda no capítulo, analisar-se-á a dinâmica das forças verticais nas relações de produção do espaço e a atuação do estado com a criação do 3º Pelotão de Fronteira e as mudanças espaciais na fronteira a partir de sua instalação e a abertura da BR174.

Ao pormenorizar as etapas da instalação do referido 3º Pelotão de Fronteira e da construção da BR174, pretende-se alinhar os acontecimentos locais ao contexto nacional e a pretensões políticas da época, na qual as duas obras apresentam facetas da mesma política

militarizada, que com claros desejos de ocupar e defender promoveu a sedimentação de forças militares na fronteira e ainda possibilitou a inserção da região na economia nacional.

Assim, compreende-se a cidade como resultante da conjugação das forças de horizontalidades e as forças de verticalidades que determinam a gênese e o desenvolvimento socioespacial da cidade até o presente. Constituem-se em forças estruturantes marcadas por lógicas distintas que contribuíram para constituição da materialidade da cidade.

3.1 PACARAIMA GÊNESE E PROCESSOS

A apreensão do espaço e do que ele representa nos oferece desafios que perpassam pela compreensão de suas formas e seus significados no momento de sua gênese e para a posteridade. A confrontação do espaço, herdeiro de formas e práticas pretéritas, algumas delas constituídas como rugosidades (SANTOS, 2006), que ainda pesam sobre a sua estruturação, dando-lhe contornos ou atributos, impõe ao pesquisador a necessidade de entender essa geografia histórica da produção do espaço e a história dessa geografia do espaço e de sua produção, sua estruturação, seus agentes históricos, que até hoje constituem elemento explicativo dos rumos da expansão horizontal da cidade, ao que se somam processos e lógicas atuais, dotados de novas racionalidades, novas práticas, novos agentes e novos interesses.

As forças dos processos socioeconômicos e sociopolíticos de tempos pretéritos e atuais, somando-se à lógica atual da produção do espaço, praticada pelos agentes produtores de espaços no município de Pacaraima confirmam o pensamento de Milton Santos de que o espaço é acumulação desigual de tempos. O sentido que esse espaço pode preservar traz à tona sua gênese, seus processos históricos, suas temporalidades, rupturas e continuidades, trazendo em sua história a conformação do real e do atual, na definição do futuro da cidade.

É fundamental dessa forma, compreender como se deram os primeiros assentamentos humanos na região para, a partir disso entender a chegada do elemento não indígena e o estabelecimento da cidade. Busca-se assim amparo em perspectivas e trabalhos de historiadores, antropólogos e sociólogos que possam colaborar com a pretensa periodização sobre a ancestralidade do processo de produção dos espaços.

Na sequência debate-se a busca na compreensão da lógica da gênese do espaço da cidade e das formas de produção de seu espaço e subespaços, explicando as diferentes forças e fases da estruturação e os processos que a conformaram, o que é importante para que no capítulo 5 possa o leitor compreender a origem do federalismo, como agente de produção do

espaço da cidade, esperando explicitar os atuais processos de produção do espaço, podendo quem sabe, compreender os desencadeamentos futuros desse processo contínuo.

Abre-se um debate que a partir do qual se acredita ser possível uma compreensão mais ampla do processo de produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima oferecendo elementos pormenorizados que definiram a estruturação atual da cidade. Salienta-se, ser oportuno empreender tal debate sobre a geografia histórica, uma vez que a sua negligência possa significar lacunas e perdas e na compreensão do fenômeno do processo de produção do espaço da cidade na atualidade.

3.2 GEOGRAFIA HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE PACARAIMA

Na busca por compreender o processo de produção do espaço da cidade de Pacaraima na fronteira Brasil-Venezuela evidencia-se a necessidade de abordar tal espaço sob a ótica da geografia, considerando as dimensões, os processos e as estruturas de sua conformação. Isso dado às especificidades do estabelecimento de tal espaço em um contexto de múltiplos interesses e perspectivas.

A cidade é o produto de um processo histórico-espacial e possui suas raízes decorrentes dos primeiros habitantes do local, que materializaram suas vidas por meio do emprego da técnica e do trabalho. Trata-se, portanto, da dimensão material, do espaço construído da área de assentamento enquanto que o urbano está ligado à subjetividade e às práticas típicas da vida em comunidades de cidades ou áreas ligadas a elas.

Assim, o fenômeno de produção espacial na fronteira do extremo norte do Brasil demanda debates que possibilite a apreensão acerca dos processos de produção do espaço geográfico local e os problemas socioambientais decorrentes. O debate pretende também ampliar a compreensão sobre o conjunto de elementos político-administrativos, socioeconômicos e culturais que possibilitou e possibilita tal produção.

Evidencia-se que, para apreender a dinâmica socioespacial da cidade de Pacaraima, coloca-se a complexidade de sua genética como ponto de partida, devido favorecer o entendimento de parte dessa dinâmica e de sua estrutura atual, levando em conta que a cidade se insere nos inúmeros núcleos de povoamento, em áreas de fronteira de ocupação e fronteira de modernização, ambas, produtos da globalização. Surgiram, de fato, novos núcleos de povoamento em unidades federadas como Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Pará, Roraima, Mato Grosso do Sul e Bahia (CORRÊA, 1999).

A criação de cidades, como é caso apresentando corresponde a três motivos possíveis: econômicos, políticos e defensivos (BEAUJE-GARNIER 1997; ROCHA e SILVA 2012). Os autores apontam que tais motivos marcam, em alguns casos, de maneira indelével a cidade, desde a sua origem, devido à sua escola inicial. A cidade estudada traz na sua conformação marcas determinadas pelas conjunturas econômicas, assinaladas por processos de garimpos, política abertura da BR174 e projetos de assentamentos defensivos, como a criação do pelotão de fronteira.

A constituição dos espaços urbanos em Roraima decorre de assentamento de populações que outrora habitavam as aldeias, as fazendas, as corrutelas e os povoados (ROCHA e SILVA 2012). A constituição da Vila de BV 8, analisada por Rocha e Silva (2012) aponta duas vertentes de análise, a primeira apoiada em Macagi (1976) e Souza (1969) que evidenciam uma total ausência de aglomerado urbano na região do marco de fronteira entre Brasil e Venezuela (BV 8), até o princípio dos anos setenta do século XX.

A outra vertente de análise feita pelo os autores, baseados em Freitas (1993), Silveira e Gatti (1988) e Santilli (2001), indicam que a partir de 1964, Roraima conseguiu a implantação das rodovias Manaus – Boa Vista – Marco BV-8 e cinco anos mais tarde foram distribuídas unidades militares ao longo da fronteira, com instalação da base militar no marco de fronteira originando um pequeno povoado instalado, no que seria hoje, Pacaraima.

Os autores, então, informam por meio das vertentes explicitadas que o processo de surgimento de Pacaraima está relacionado ao período de militarização do Brasil, entre 1964 e 1985, quando o Estado traça um plano estratégico que objetivava a integração da Amazônia à economia nacional. Nesse período é que a gênese da cidade se configura, fazendo surgir os primeiros equipamentos urbanos, corroborando com um novo arranjo espacial na fronteira marcada, nesse período, pela porosidade e circulação de pessoas.

Apontamos que a região, desde o processo de definição da fronteira, sempre foi marcada pela circulação de pessoas (OLIVEIRA 2011). Baseado em Andrello (2010) informa que a partir da década de 1940 surgem rumores de atividades de contrabando de mercadorias para a fronteira da Venezuela, tal atividade econômica perpassava pelos Campos da Fazenda São Marcos, até a cidade de Santa Elena.

Tal atividade parecia ser remunerada com ouro dos garimpos existentes naquela região e vinha contatando com o apoio do administrador de São Marcos que cuidou de construir um depósito e outras instalações no retiro do Xiriri, lá colocando também algumas cabeças de gado com claro intuito de proporcionar uma base no local para o trânsito de caminhões que começavam a ocorrer por aqueles campos. (ANDRELO, p.78, 2010)

Essa perspectiva sinaliza os novos ordenamentos espaciais¹⁹(questão do Xiriri Sururmu) que viriam ocorrer na região, evidencia também, a força da atividade econômica dos garimpos, tanto no Brasil com na Venezuela e como força capaz de proporcionar atividades de suporte que possibilitaram novos arranjos espaciais na área da Fazenda São Marcos com equipamentos e subespaços de suporte técnico e logístico à atividade nascente.

A atividade garimpeira é apontada por Mário Valero como promotora do surgimento da cidade de Santa Helena do Airem, na Venezuela, em 1923, sendo um dos seus motivadores a descoberta de ouro e diamantes na região da Gran Sabana onde se localiza Santa Helena do Airem.

Se levanta en medio de la avanzada aventurera de quienes en las primeras décadas de siglo XX penetraron la Gran Sabana con diferentes propósitos, algunos formaban parte de misiones evangelizadoras, otros atraídos por la explotación de oro y diamantes, (VALERO, p. 13, 2009).

Concorda-se com Rocha e Silva (2012) ao informar que o processo de surgimento de Pacaraima está relacionado ao período de militarização do Brasil entre 1964 e 1985, quando o Estado traça um plano estratégico que objetivava a integração da Amazônia à economia nacional, por meio da instalação do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira, autorizada em 1975 pelo Ministério do Exército Brasileiro e a abertura da rodovia BR-174, também na década de 1970, intensificaram seu processo de ocupação.

As evidências apontadas por Varelo (2009) e Andrello (2010) apontam que esse processo é anterior a esse período, deslocando-se por pelo menos duas décadas anteriores, indicando um incremento de maior circulação de mercadorias na região onde se estabelece Pacaraima, decorrentes de comércio relacionando às atividades de garimpo nos dois países.

No entanto as contribuições de Andrello apontam que a atividade pecuária na Fazenda São Marcos começou entrar em decadência desde o ano de 1934, período que segundo o autor, a fazenda estava completamente abandonada, citando as ruínas de suas instalações e equipamentos. Seria esse o período de um deslocamento econômico e logístico que levaria posteriormente à gênese da atual cidade de Pacaraima?

Batista e Veras (2012) apontam que a “gênese de Pacaraima-RR data do período colonial, quando se instala na região a Fazenda Real, com o intuito de garantir a posse lusitana das terras localizadas ao norte do Vale do Rio Branco”. Entendendo esse momento como o início de uma ocupação baseado em um “aldeamento” das populações indígenas do

¹⁹Ordenamentos espaciais na fazenda São Marcos

local (SANTILLI 1997 e FARAGE 1997). Reforça-se aqui a concordância com Rocha e Silva (2012) e considera-se a atividade garimpeira como gatilho dessa gênese urbana.

A área da cidade de Pacaraima, então, pertencia à Fazenda Real São Marcos que se transformou em colônia indígena e posteriormente em terra indígena de mesmo nome. Nascida da vila denominada BV-08 (Marco de Fronteira Brasil Venezuela de número 08), habitada principalmente por militares e seus familiares que ali se instalaram dentro da política de ocupação da fronteira (SILVA 2007). A Vila Pacaraima ascende à condição de cidade sede de município em 1995.

Salienta-se que em 1991 houve a homologação da Reserva Indígena São Marcos e a emancipação política de Pacaraima em 1995. A sobreposição de datas e acontecimentos mostra o paradoxo da atuação das forças que agem na gênese municipal, revelando as ações de verticalidade de demarcação das terras indígenas e as horizontalidades das relações políticas locais que demandam poder. Tal paradoxo revela as forças centrípetas e centrífugas que articulam o arranjo espacial na região.

A criação e independência do município geraram uma grande mobilidade de pessoas, entre eles, políticos locais e candidatos a prefeituras na efetivação dessa lei e resistência do CIR - Conselho Indígena de Roraima e a APIR - Associação dos Povos Indígenas de Roraima que no ano de 1994, questionaram a legalidade da instalação de sedes municipais em terra indígena, como é o caso de Pacaraima. Considera-se a existência de manobras políticas e legais em seu estabelecimento.

Pacaraima foi elevada à condição de município em 17 de outubro de 1995 (Lei nº 096), tendo sido desmembrada de área pertencente ao município de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Foi implantada efetivamente a partir do dia 01 de janeiro de 1997, com a posse do primeiro prefeito, Senhor Hiperion de Oliveira. Essa nova configuração nascida com a criação do município faz da cidade o local da materialização das já citadas forças de verticalidades e horizontalidades.

A cidade de Pacaraima, concentra uma população de 4.514 pessoas (IBGE, 2010), apresentando-se como um pequeno aglomerado, assentado no norte do município estando limitado ao norte pela linha divisória do Brasil com a Venezuela, concentrando as funções burocráticas de uma cidade da fronteira, sendo a primeira cidade para quem entra por rodovia no Brasil, proveniente da Venezuela e a última para quem sai pela rodovia BR-174.

Levando em consideração a localização de Pacaraima, em área geoestratégica em situação de fronteira internacional, e na perspectiva de Rocha e Silva (2012) compreende-se que tal contexto, merece uma análise pormenorizada, em face do processo de integração,

superando as formas tradicionais dos conceitos de fronteira, enquanto recortes de nacionalidade, de corte ou divisão. A seguir abordar-se-á a cidade em momentos distintos de preponderância de horizontalidades e verticalidades.

3.3 FRONTEIRA ABERTA: FORÇAS DE HORIZONTALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA

A área geográfica que hoje compreende o espaço da cidade de Pacaraima resguarda uma ancestralidade de domínios territoriais que remontam a própria história da colonização da América pelos antigos povos tradicionais. Desde os grandes movimentos migratórios marcados pela travessia do estreito de Bering até movimentos do século XV, XVI e XVII grupos humanos sempre habitaram a região.

Embora Sartori e Bethônico (2011) admitam que as incertezas sobre esse tema possam eleger duas possibilidades de abordagem, buscaremos o viés que nos levará a compreender a ocupação humana da região, como forma de construir um substrato histórico que cumpra com a função de alicerçar o debate proposto de produção do espaço no município de Pacaraima, sem negligenciar a ancestralidade desse processo e o papel das etnias indígenas na estruturação do mesmo.

A não ocorrência de processos de colonização, anterior à chegada do elemento não indígenas e/ou a possibilidade que esses processos se deram pela chegada de indígenas em fuga dos espanhóis recém-ancorados na América central no século XV e mais tarde pela chegada de não indígenas à região. (SARTORI e BETHÔNICO, 2012) nos guiará na elaboração do presente tópico que visa construir um ponto de partida donde se inicia o nosso debate, construindo, assim, o início de nossa periodização, montando um texto a partir dos primeiros assentamentos humanos na região.

Os mais antigos habitantes da América pré-Colombo chegam ao continente no período compreendido entre 28 mil e 10 mil anos a.C., encontram um espaço natural passível de ocupação. Teorias apontam que vieram da Ásia, através do Estreito de Behring (SARTORI e BETHÔNICO, 2012; MENTZ RIBEIRO 1997 e ADAS, 1982).

As passagens e os processos migratórios teriam ocorrido nos períodos glaciais do Pleistoceno onde houve congelamento de rios e recuo do mar que possibilitaram a travessia de um continente para o outro. Ao que tudo indica, segundo a teoria de Bering, a ocupação se iniciou pelo noroeste da América do Norte, estendendo-se gradativamente pelo continente, incluindo a Amazônia e a área do atual estado de Roraima (MENTZ RIBEIRO 1997).

Embora não haja evidências para precisar a ancestralidade da ocupação humana na região de Pacaraima, acredita-se que o processo possa ser semelhante a de outras áreas do continente que sofreram, segundo Mentz Ribeiro (1997), duas ondas de ocupação de culturas adaptadas a áreas abertas e de culturas adaptadas a áreas fechadas.

Estima-se que esses primeiros habitantes desenvolvessem atividade de caça, coleta e pesca, ou seja, eram coletores e não produtores de alimentos, provavelmente, em decorrência do caráter nômade dessas populações, com adaptações distintas de acordo com ecossistemas escolhidos como espaços de vivências.

Mentz Ribeiro (1997) afirmando a falta de evidências aponta em um artigo de resultados de pesquisa antropológica e arqueológica que os materiais encontrados em sítio arqueológico localizado ao norte do estado, próximo à BR-174, às margens do rio Parimé são materiais da cultura Macuxi, concordando com os estudos desenvolvidos por Betty J. Meggers e Clifford Evans (1960), na área de cerrado guianense que atribuíram aos Macuxi e Wapichana os materiais lá encontrados.

O autor concorda em parte com Evans e Meggers (1960), ao atribuir os materiais aos Macuxi e ainda considera que a arte rupestre encontrada em Roraima é bastante semelhante aos petróglifos²⁰ encontrados no lavrado de Roraima, tendo pelo menos mais de 2.000 anos. Quanto à possível confusão sobre a área territorial pesquisada ser uma área Macuxi ou Taurepang, como sugerem alguns estudos, adotamos as posturas dos próprios Mentz (1997) e de Frank (2002).

Mentz e Frank (2002), com base em Koch-Grunberg e em uma publicação – 1989 e 1990 – de dois folhetos “histórico-antropológicos” da Diocese de Roraima, orientam sobre a possibilidade de os Taulipáng e/ou os Taurepang serem uma autodenominação de uma tribo do norte de Roraima, que seria, para os dois autores, facção regional dos Macuxi.

As evidências apontadas até aqui abrem a especulação da possibilidade de os Macuxi e Wapichana estar ocupando o atual território do município e cidade de Pacaraima há pelo menos 2.000 anos, o que nos leva à reflexão sobre a perspectiva de significados territoriais e do lugar como espaço de vivência capaz de assegurar a experiência geográfica de habitar.

Retomando nossa tentativa em estabelecer um conjunto de apontamentos que possam colaborar com a compreensão sobre a ancestralidade de Pacaraima, Sartori e Bethônico (2012), orientados por Frank (2007), indicam que prováveis migrações são mencionadas na literatura há aproximadamente dois mil anos. Oriundos da parte central do escudo das

²⁰Petróglifos são rochas com registros gravados, esculpidos das formas culturais ancestrais difere dos pictogramas que são registros pintados como também ocorre na área. Ex: Pedra Pintada.

Guianas, os ancestrais Pemon-Kapon ocupam os espaços compreendidos como região circun-Roraima, nos arredores do Monte Roraima.

Embora as teses sobre ocupação da região em tempos remotos sejam extremamente fascinantes, demandam um extenso estudo que deve superar o *orientalismo*²¹ (FRANK, 2002. grifo nosso) criticado pelo autor, para uma compreensão realista, admitindo que os processos de comunicação interétnica são processos que materializam o espaço, que passam a ser (re)produzidos e a ter significado, transformando-os em territórios que também recebem sentidos e significados distintos por aqueles que os produzem.

A área que hoje é ocupada pela cidade de Pacaraima se insere nessa ancestralidade de ocupação e habitação que configura uma experiência geográfica, que na nossa perspectiva constitui os primórdios da produção do espaço da região. A disposição espacial da população indígena Macuxi permanece praticamente inalterada desde registros historiográficos disponível para a região do vale do rio Branco no século VXII (SANTILLI 1997).

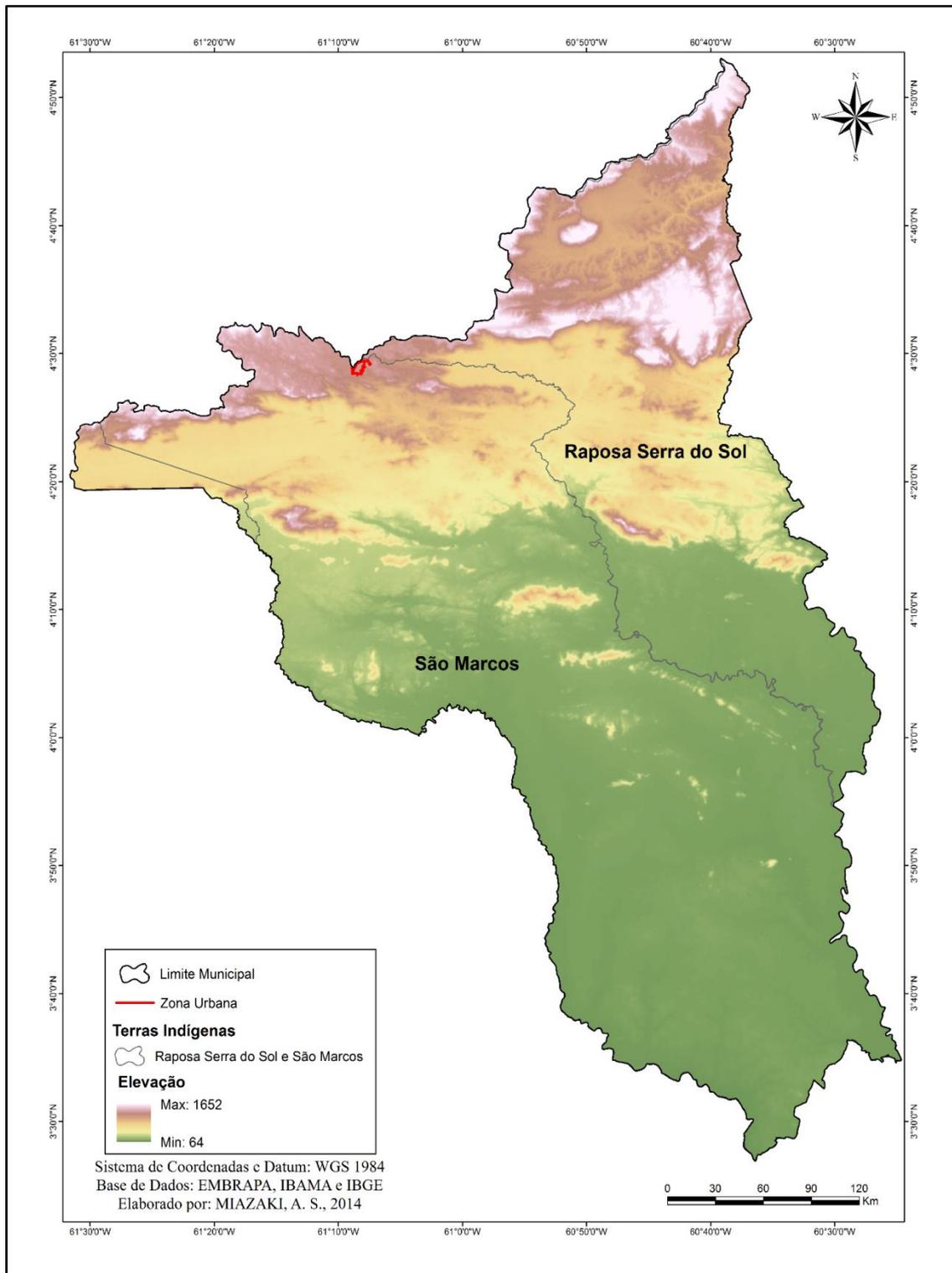
Inserida na fronteira porosa e aberta, o local da cidade de Pacaraima constitui forças centrípetas fortemente marcadas pelas horizontalidades da dinâmica das relações sociais indígenas, ancestralmente estabelecidas nos diversos grupos sociais que povoaram e povoam a localidade.

O mapa apresenta o recorte territorial do município de Pacaraima e sua extensão sobre as terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol. Salienta-se que a cidade está inserida somente na Terra Indígena São Marcos. Ao lado, na porção noroeste do mapa é possível observar uma parte do município que está fora das demarcações das duas terras indígenas.

Consideramos que uma análise da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, mesmo nascendo de disputas, traz em sua conformação, heranças de culturas e de povos ancestrais que em um primeiro momento escolheram este “sítio” como espaço de vivência conhecido, vivido e experienciado. Esse é um importante fator que entre outros concorreram para o estabelecimento da cidade de Pacaraima.

21 é um termo comumente utilizado para definir o estudo por cientistas e intelectuais das culturas eurocêntricas do conjunto histórico e cultural teoricamente constituído por todas as sociedades fora do contexto da cultura europeia. O orientalismo serviu com uma ferramenta legitimadora da exploração colonial, pautado na inferioridade racial e cultural de todas as civilizações não europeias. Aponta-se numa perspectiva crítica que o objetivo presumido era e é para aqueles que lançam mão dessa perspectiva, buscar justificação do processo imperialista, através do discurso de redenção dos primitivos, inferiores e subdesenvolvidos.

Figura 13 - Mapa Terras indígenas no município de Pacaraima



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS

3.3.1 Ancestralidade indígena como elemento da produção espacial

Há um debate de que a ancestralidade da cultura indígena na região e sua permanência representam uma horizontalidade da dinâmica local da produção do espaço de Pacaraima e a permanência dessa forma ancestral constitui um substrato essencial e de necessário reconhecimento como um prelúdio de um dinâmico processo socioambiental na região.

Os seres humanos, por sua condição anatômica e pelos seus sentidos são naturalmente seres orientados. Os primeiros ocupantes da região se enquadram na descrição de Claval (2010), que orienta que desde a origem dos tempos, todo homem é geógrafo. O autor exemplifica a afirmação por meios dos camponeses das sociedades tradicionais que segundo ele “*desenvolveram conhecimentos impressionantes, extensos e precisos, sobre o seu meio ambiente*” (p. 11).

Nosso corpo é orientado: a nossa frente se estende aquilo que nosso olhar descobre. Apenas através dos rumores e dos odores que nos chegam dali, apreendemos o que está atrás. Do lado direito e do lado esquerdo, há zonas nas quais os olhos detectam os movimentos mas captam mal as formas, um ligeiro movimento com a cabeça basta para descobri-las. Há ainda o acima da linha dos olhos para o alto, e o abaixo, da linha dos olhos para o chão. O tato completa, na zona de proximidade, aquilo que nossos olhos, ouvidos e nariz nos ensinam (CLAVAL 2010, p. 15).

Assim, o autor afirma que todo homem se utiliza de seus sentidos para se orientar, definindo pontos de referência e culminância para apreensão do meio ambiente, essa experiência embora seja apreendida pelo uso dos sentidos, o processo de orientação não é individual. É imitando os antepassados que a criança apreende os elementos do ambiente que deve memorizar sendo, portanto, uma experiência geográfica social.

Muito antes de ser o espaço que materializa conflitos nacionais e internacionais, interesses políticos e econômicos, a área onde se estruturou o espaço urbano de Pacaraima constituiu espaço de vivência e fonte da experiência de habitar, tida por Claval (2010) como uma experiência geográfica fundamental, carregada de experiências e subjetividades que qualificam o espaço como habitável ou não.

Tais experiências transformadoras do espaço no qual os grupos humanos se inserem geram entendimento e apreensão que percebidos por meio dos sentidos, ganham significados e transformam em território habitado. Dotado de significado percebemos e nomeamos nosso espaço de vivência, colocamos uma etiqueta em cada lugar conhecido de modo que possamos nomeá-los, (CLAVAL, 2010). A partir do conhecimento proporcionando pela experiência

geográfica de habitar desenvolvemos habilidades e práticas que se traduzem em práticas do viver.

A experiência geográfica de habitar, das populações indígenas ancestrais no local onde se (re)produz a cidade de Pacaraima compõe um substrato cultural formado pelos grupos étnicos do passado que apreenderão o lugar como espaço de vivência e por força de seus hábitos e de sua cultura o qualificou como ideal. Tal qual as orientações de Claval, a presença das elaborações²² espaciais e as rugosidades da cultura indígena permanecem ainda hoje nomeando rios, (Uraricoera, Parime, Auaris, Amajari, ect.) e formas de relevo (serra de Parima e Pacaraima).

A produção espacial na aérea da Terra Indígena São Marcos, embora tenha sido palco de encontros, desencontros e confrontos étnicos mais intensivos e evidentes nos últimos cinco séculos, salienta-se que esta produção já estava em curso muito antes do contato desses povos com os europeus; ao se afirmar isso, apoiamos-nos nos estudos de Oliveira (2011) que aponta a comunicação interétnica e a formação de redes e de lógica existentes entre os indígenas foi um atributo aproveitado e explorado por holandeses para inserir manufatura nessa rede e circuito.

Recorda-se do conceito de rede desenvolvido por Santos (2006) de que esta se configura como uma infraestrutura, no caso social, de fixo e fluxo por onde se realizavam contatos interétnicos entre os indígenas e, apropriada pelo os holandeses na expansão comercial. A rede em questão evidencia a produção espacial ancestral da área da cidade estudada.

É importante considerar a presença das culturas indígenas, suas territorialidades e o que elas geram e fazem coexistir no processo de estruturação do espaço da cidade de Pacaraima que traz em seu DNA as fortes influências de componentes das culturas tradicionais, que à primeira vista, embora se apresentem destoantes e polarizadas em debates contra ou favor, a cidade revela sua face multiétnica que suscita por inclusão.

3.4 FRONTEIRA FECHADA: VERTICALIDADES E A CONSTRUÇÃO DA BR174 E DO PELOTÃO DE FRONTEIRA

O debate que se apresentará aqui aborda o poder das forças centrífugas das verticalidades que impõem ao espaço local uma lógica estadual, nacional e, porque não dizer,

²²A topofilia está presente na identificação dos habitantes com o lugar e no conhecimento pessoal de cada um em relação ao que representa esse local. Corresponde a relações de afetividade, plena de lembranças íntimas produzidas pelo meio ambiente natural, que dá sensação de abrigo, Claval (2010).

global, que produz o espaço de modo capitalista, donde emanam as modernas formas de poder.

A produção do espaço onde se localiza a cidade de Pacaraima é bastante ancestral e marcada por circulação de pessoas e suas redes de fluxos. Em outros termos podemos falar de uma fronteira porosa, devido à marca pelo contato entre culturas diferentes, mesmo em períodos pré-colombianos que levou tempo para ser estabelecida oficialmente.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores - MRE a constituição da fronteira entre os dois países nasce com Tratado de Limites, de 1852 perpassando pelo Tratado de Limites e Navegação, de 05/05/1859, Primeiro Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 09/12/1905, Segundo Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 09/12/1905, Terceiro Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 29/02/1912, Quarto Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 24/07/1928 até os acordos entre os dois países para demarcação da fronteira em 07/11/1929, 15/10/1938 e 27/05/1939 (MRE, 2014).

O processo iniciado em 1852 sobre a fronteira Brasil e Venezuela é a linha e a delimitação de seus territórios é confirmada pelo Protocolo de 1929 e materializado pelos Acordos de 1938 e 1939. Na região estudada a linha de fronteira é delimitada por “marcos” no caso específicos da cidade o Marco de BV-8.

Podemos salientar algumas coincidências em datas bem próximas ocorrendo na fronteira: em 1923 a cidade Santa Elena de Uairen é fundada (VALERO, 2009); em 1929 é estabelecido o Acordo de Demarcação da Fronteira (MRE, 2014); em 1934 a fazenda São Marcos entra em forte decadência (ANDRELLO, 2010) e na década de 1940 tem-se início a atividade garimpeira na região (ANDRELLO 2010 e VALERO 2009). As ocorrências desses eventos acrescidas da forte circulação de pessoas e mercadorias e, mais tarde de mudanças provocadas pelo golpe militar de 1964 geraram as condições necessárias para o estabelecimento de novas dinâmicas na produção do espaço regional.

Em meados da década de 1970, alinhando às transformações em curso em todo território nacional, a geografia do antigo território passa por forte transformação, que marca de forma definitiva os territórios e as territorialidades a partir de então. Nesse período a construção do Pelotão de Fronteira e a abertura, da estrada federal BR-174 que, partindo da cidade de Manaus, chegou até o Marco BV-8, nos limites com a Venezuela, tornou-se o principal eixo longitudinal de integração do Estado de Roraima fomentando polo de assentamento na região (SILVA e MOURÃO, 2012; ROCHA e SILVA, 2012).

Andrello (2010) aponta que a fazenda “São Marcos passou pela exclusão de uma parcela de terra de cerca de 1000 hectares na fronteira para implantação de um pelotão do

Exército em 1975, pela demarcação física em 1976 e pelo primeiro levantamento sistemático de ocupantes não indígenas em 1979 (2010, p 81)”. Já a BR 174 decorre do convênio com o DNER, em 26 de fevereiro de 1970, no qual o 6º Batalhão de Engenharia e Construção 6º BEC assumiram a construção da BR rumo ao BV- 8, na fronteira com a Venezuela.

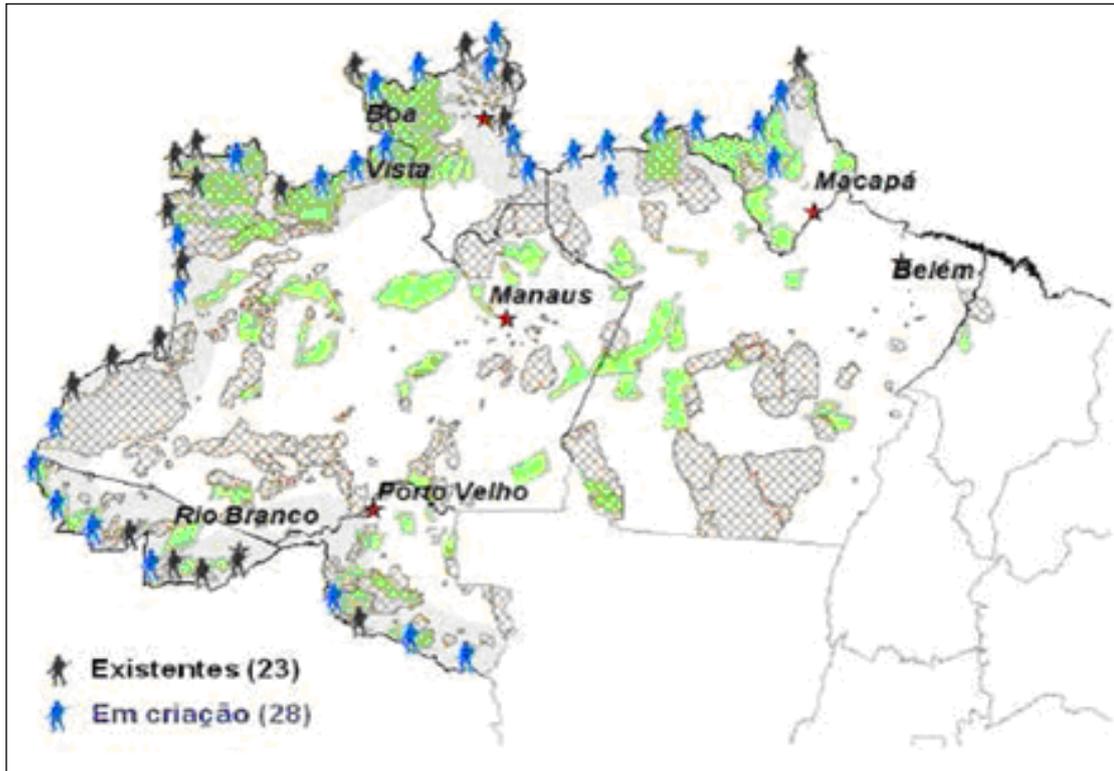
A construção do Pelotão Especial de Fronteira e a construção da BR 174 constituem em verticalidades que materializam suas forças no espaço da fronteira, consolidando no extinto território o estabelecimento de forças belicosas e cumprindo com a segunda e terceira fase do estabelecimento de limites entre os países, segundo o MRE a densificação e inspeção.

A densificação corresponde à fase pós-demarcação que objetiva melhor caracterizar o limite com a implantação de novos marcos, conforme as necessidades consequentes das ocupações populacionais ao longo das fronteiras. Inspeção: atividade de manutenção, que visa inclusive à reparação e reconstrução de marcos danificado. Essa atividade pode ser desenvolvida unilateralmente, desde que não inclua a reconstrução do marco. Objetiva, também, o estudo sobre trabalhos a serem propostos e aplicados na densificação.

Tais verticalidades colaboraram com a intensificação de circulação de pessoas e a região disputada por fazendeiros criadores de gado, passa a receber inúmeros posseiros ao longo da rodovia na parte norte com o surgimento da Vila BV-8 e a implantação de uma colônia de agricultores em uma vicinal próxima ao rio Samã, com 51 lotes distribuídos pela Secretaria de Agricultura do ex-território. Tais eventos, motivados pela construção do Pelotão Especial de Fronteira e a BR 174 culminarão, mais tarde, com a cidade e município de Pacaraima (ANDRELLO, 2010).

Atualmente, o papel das Forças Armadas ainda apresenta alguns programas e projetos que visam aumentar a participação de profissionais qualificados para atender às necessidades das fronteiras e combater o crime organizado por meio de ações preventivas e repressivas. Por ser uma região primordial para a segurança brasileira, implementam-se pelotões especiais de fronteira, como apresenta o mapa a seguir.

Figura 14 – Mapa Pelotões Especiais de Fronteira– PEF



Fonte: BRASIL (2012).

Atrelado ao PPF (Programa de Proteção de Fronteira) de Pacaraima, outros programas e projetos aparecem nas delimitações do Livro Branco (2012), como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON. De acordo com o que pede a Estratégia Nacional de Segurança, o SISFRON vem atender à necessidade de aumentar a presença estatal e monitorar as regiões de fronteira. Constitui um sistema de "comando e controle, comunicações, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento que visa dotar a força terrestre de meios habilitados a uma presença efetiva na faixa de fronteira" (ZIMERMAN, 2013, p. 74).

Essa missão de controle das fronteiras visa combater antigas e novas ameaças e ainda lidar com forças irregulares que atuam na região. Sua operacionalização obedecerá a diferentes escalas, com a utilização de lanchas, radares e ainda veículos aéreos não tripulados (VANTs). Sua área de atuação envolve toda a faixa de fronteira.

Ao pormenorizar as etapas da instalação do referido Pelotão de Fronteira e da construção da BR174 pretende-se alinhar os acontecimentos locais ao contexto nacional e a pretensões políticas da época. Percebe-se que as duas obras apresentam facetas da mesma

política militarizada, que com claros desejos de ocupar e defender promoveu a sedimentação de forças militares na fronteira e ainda possibilitou a inserção da região na economia nacional.

Ainda dentro do contexto da política internacional ligada à fronteira, por meio do decreto nº 98.452 foi promulgado o acordo para o estabelecimento de uma Zona Non-Aedificandi em 30 de Novembro de 1989. O acordo rege o estabelecimento de uma Zona "*Non-Aedificandi*" na fronteira, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Venezuela, com claro objetivo de aperfeiçoar e desenvolver harmonicamente as relações de boa vizinhança entre os dois países.

Entre as premissas reconhece-se a necessidade de preservar e conservar o divisor de águas e os demais acidentes geográficos que servem de referência para a identificação de linha fronteira; evitar a dificuldade na materialização da linha fronteira; adotar medidas que assegurem a intervisibilidade entre os marcos, considerando que o crescimento populacional em certas áreas da fronteira comum pode dificultar a consecução dos objetivos mencionados.

O acordo se estabelece ao longo da fronteira entre os dois países, e de ambos os lados desta, uma zona "*Non-Aedificandi*" e de características especiais indica que a referida área tem 30 metros de largura para cada lado da linha fronteira, não sendo possível nessa zona, realizar nenhum tipo de atividades e obras. Adiante, verificar-se-á que o presente acordo é desrespeitado em toda extensão da cidade na fronteira.

3.4.1 A Criação do município e o dinamismo espacial

A atual configuração política administrativa de Roraima começa a ser definida a partir do distrito de Boa Vista do Rio Branco, que era parte dos municípios de Moura e Barcelos pertencentes ao Amazonas. Em 1943, a área se transforma em Território Federal do Rio Branco, com dois municípios: Boa Vista e Catrimani; este segundo, jamais foi instalado e em 1955 foi formalmente extinto, criou-se então, o município de Caracaraí.

Por volta do mesmo período, o desenvolvimento da atividade pecuária nas fazendas locais, localizadas às margens dos diversos rios que cortam a região do lavrado constitui elementos que são responsáveis pela ocupação e urbanização local (FREITAS, 2009). Em 1943 a cidade de Boa Vista tornou-se capital do Território Federal do Rio Branco.

No ano de 1962 o Território Federal do Rio Branco passou a ser denominado Território Federal de Roraima, como forma de não haver confusão com Rio Branco, capital do Território Federal do Acre. Em 1982 criam-se os municípios de Alto Alegre, Bonfim, e Normandia, com terras desmembradas do município de Boa Vista. Também foram criados os

municípios de Mucajaí, São João da Baliza e São Luiz, com terras desmembradas do município de Caracará. Com a promulgação da constituição de 1988 o então Território Federal de Roraima ganha o *status* de Estado, ente federativo do Brasil.

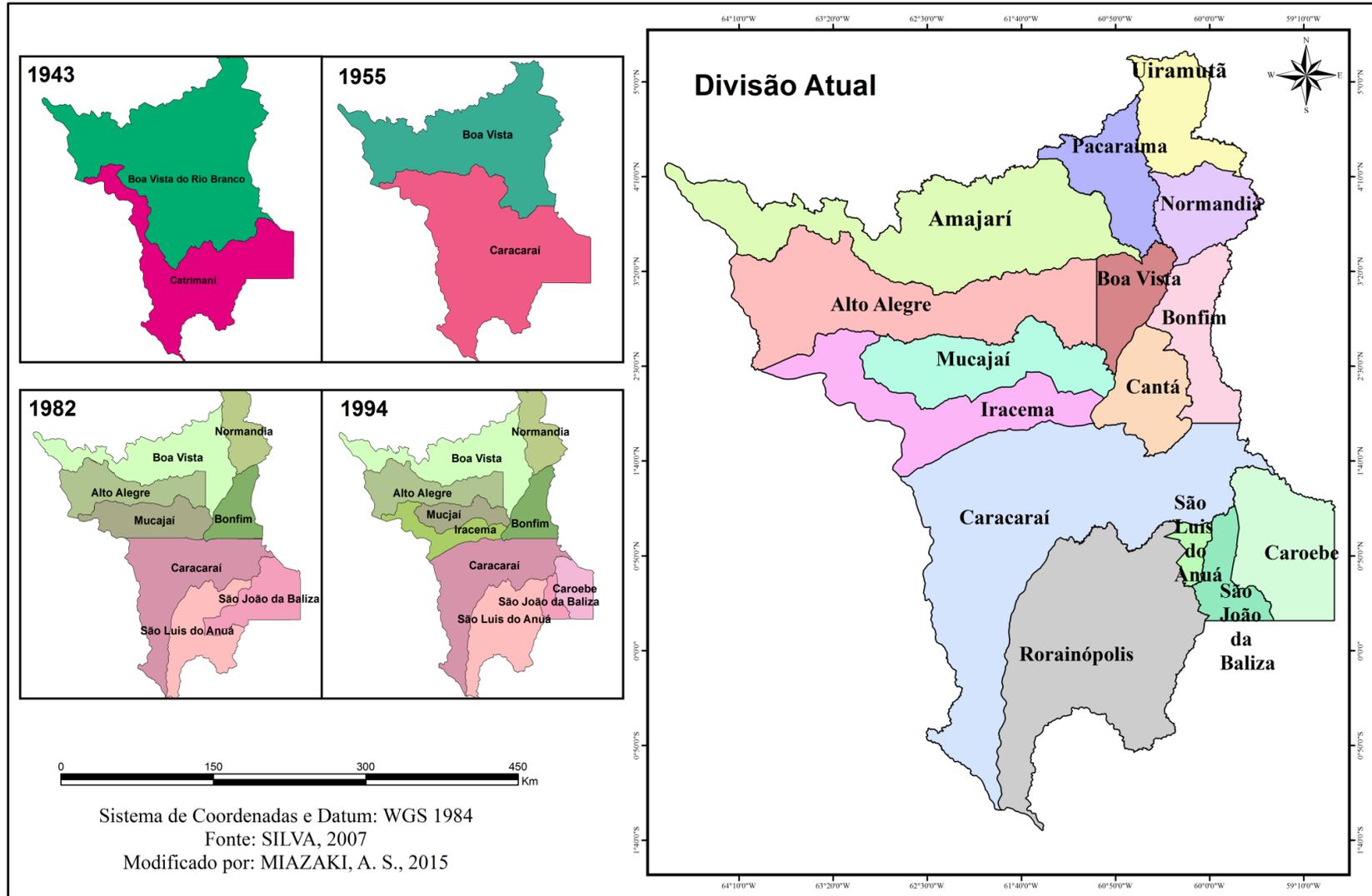
No ano 1994, é criado o município Caroebe, com terras desmembradas dos municípios de São João da Baliza e o município de Iracema, com terras desmembradas do município de Mucajaí. Em 1995 criam-se os municípios de Pacaraima e Amajari, com terras desmembradas do município de Boa Vista; município do Uiramutã, desmembrado do município de Normandia; município do Cantá, desmembrado do município de Bonfim.

Quanto ao surgimento dos municípios do Estado de Roraima, observa-se que Boa Vista, Caracará e Bonfim tiveram como determinantes de sua gênese, as atividades pecuárias nos séculos XVIII, XIX e XX. Porém, os municípios de Mucajaí, Cantá e Alto Alegre nasceram através de instalação de colônias agrícolas.

Os municípios de Uiramutã, Normandia e Amajari foram determinados pela atividade do garimpo; os municípios que surgem com programas para integração na Amazônia com as construções de rodovias e os projetos de assentamentos. Na BR 210 constam: São Luiz, São João da Baliza e Caroebe e na BR 174, Rorainópolis e Iracema. O município de Pacaraima teve como determinante a instalação dos pelotões de fronteiras (SILVA, 2007).

Embora sua última determinante seja a instalação do Pelotão de Fronteira a gênese de Pacaraima remonta ao período colonial, no momento de criação da Fazenda Real, com o propósito de assegurar a posse e a presença lusitana nos rincões do extremo norte das terras localizadas à margem setentrional do Rio Branco.

Figura 15 – Mapa Evolução política do estado de Roraima.



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015)

Ocupada originalmente por povos indígenas das etnias Macuxi, Wapixana e Taurepang a área sempre despertou interesses difusos de diferentes grupos de agentes sociais que embora houvesse a ocupação do território por parte de indígenas, as terras da região sempre foram alvo de interesse notadamente fazendeiros, posseiros, grileiros, garimpeiros entre outros agendes.

Decorrente do interesse de ocupar a região associado a um processo de apropriação das terras indígenas, ocorreu formação do município de Pacaraima, que inicialmente era apenas uma vila que começou a se dinamizar em meados da década de setenta, com a BR 174, que proporcionou aumento do fluxo de ocupação.

O Município de Pacaraima situado na região de fronteira do Brasil com a República Bolivariana da Venezuela foi criado nos termos da Lei Complementar n.º 002/92, de 11.04.92, na qual a Assembleia Legislativa aprovou e o governador do estado de Roraima sancionou a Lei n.º 096, de 17/10/1995. Assim, a Vila Pacaraima elevada à categoria de município com a Lei Estadual n.º 96 de 17.10.95, que em seu art. 3.º dispõe: “Art. 3.º A sede do Município será a Vila Pacaraima e sua instalação ocorrerá no dia 1.º de janeiro de 1997, com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores eleitos em 03 de outubro de 1996”.

Portanto, a sede do município passou a ser a Vila de BV-8 ou de Pacaraima e a sua instalação ocorreu no dia 01/01/97, com a efetiva posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores eleitos anteriormente, no dia 03.10.1995. Analistas e estudiosos apontam que a instalação da sede municipal constitui uma estratégia dos parlamentares roraimenses contra o processo de demarcação de terras indígenas. A ação é considerada uma tentativa de manutenção de não índios nas áreas passíveis de demarcação e homologação.

A criação da sede do município de Pacaraima nasce num franco processo de disputas históricas pelo domínio do uso da terra. Indivíduos e instituições expressam suas intenções no interesse de se inserir no território, transformando e (re) produzindo espaço donde insere a cidade de Pacaraima.

O princípio do parcelamento da terra na cidade de Pacaraima guarda profundas relações com a situação de fronteira e o período de militarização do Brasil (1964-1985) que de forma autoritária traçou e executou um plano de estratégias que pretendeu a integração da Amazônia à economia nacional. Assim, as primeiras parcelas constituíram em instalações de prédios públicos da Secretaria da Fazenda, Postos Fiscais e Policiais.

A ideia da criação do município tem como consequência o “adensamento populacional” provocado, inicialmente, pela instalação de base militar na região e de um povoado militar e aduaneiro. Esse adensamento surge proporcionando uma inédita

organização socioespacial, favorecendo o surgimento da cidade às estratégias políticas, em aproveitamento do processo de adensamento populacional (SANTILLI 1997 e SILVA 2007).

Uma característica importante dessa ocupação do espaço de Pacaraima consiste no processo de urbanização. Pode-se dizer que somente após a década 1970 é que se desencadeia o processo de existência de aglomerado urbano, sendo o período marcado pelo início do processo de urbanização de Pacaraima (SILVA 2007). O período também é marcado pelo início dos movimentos pela demarcação da Terra Indígena São Marcos.

Em princípio o processo de urbanização é impulsionado pela implantação de órgãos públicos federais e estaduais como Exército Brasileiro e Secretaria da Fazenda, Postos Fiscais e Policiais e posteriormente órgãos municipais tais como prefeitura, secretarias municipais, câmara dos vereadores, creches, escolas municipais, entre outros, que demandam por profissionais capazes de suprir carências nas áreas da saúde e educação, bem como nos setores técnicos da prefeitura, propicia a migração de mão de obra para o local.

Assim o parcelamento da terra urbana na cidade de Pacaraima evidencia o poder da intervenção do governo nas três esferas. Os governos federal e estadual atuam em uma superestrutura ficando evidente o Pelotão Especial de Fronteira, e postos de fiscalização e o governo municipal no estabelecimento de uma burocracia demandante de aparelhos, tais como as secretarias municipais.

Assim outras instituições vão sendo implantadas ligadas à administração municipal e a outros serviços públicos necessários aos cidadãos, observa-se a implantação de agências bancárias e empresas federais como a agência dos Correios, delegacia, entre outras. A presença de tais instituições gera substrato que atrai a iniciativa privada, que possibilita a ampliação da oferta de bens e serviços ao investir na criação de pontos comerciais, cultivos de produtos orgânicos, produção de farinha e outros produtos destinados à comercialização.

As populações produtoras desses espaços são, portanto, servidores públicos militares e civis, comerciantes e produtores rurais. Entre os produtores rurais se identificam os migrantes atraídos por projetos de assentamentos e os indígenas. Ressalta-se a dinâmica e porosidade da fronteira como local que atrai aventureiros, desbravadores, comerciantes de ilícitos, prostitutas e etc. População distinta com interesses difusos que na horizontalidade da dinâmica social geram dinâmicas sociais solidárias no processo de produção da cidade, em sua aurora.

A complexidade da produção do território na área urbana da cidade de Pacaraima propicia o adensamento populacional que demanda vias de participação dos povos indígenas levando em consideração sua área territorial de 8.029km², sendo 98,81% das terras

pertencentes à reserva indígena. Portanto, é extremamente importante que as comunidades indígenas participem do processo de desenvolvimento local, incorporando a cultura e valores destas comunidades.

A produção do espaço e o estabelecimento de Pacaraima no contexto territorial de Roraima revelam as forças e os agentes que orientam sua materialização e condicionam as reações sociais que produzem e criam espaços e subespaços geográficos, como os aparelhos e equipamentos urbanos que definem “fronteiras” em uma região conflitante e que envolve uma eclética área de livre comércio (BATISTA, VERAS 2012).

Em consonância com Santos (1998), Batista e Veras (2012) este espaço possui uma dinâmica própria e traz as contradições que envolvem a dialética da organização socioespacial, inserida, portanto, nas contradições da moderna sociedade capitalista.

A instalação e a dinâmica do município de Pacaraima inicialmente é motivada e vinculada ao processo de instalação de Pelotão Militar de Fronteira, um dos principais condicionantes de aglomeração e assentamento humano, que emprestam suas qualidades à cidade de Pacaraima. Aliado a esse processo, leva-se em conta a construção da rodovia federal, instalação de órgãos públicos federais, estaduais e municipais como condicionantes de sua gênese e das práticas urbanas que se instalam na região.

Figura 16 – Forças de Verticalidades e Horizontalidades na produção do espaço de Pacaraima.

Horizontalidades	Verticalidades
1. A ancestralidade indígena	1. Abertura da BR174
2. Atividade garimpeira	2. Criação do Pelotão Especial de Fronteira
3. Situação de fronteira	3. Demarcação da Terra Indígena
Caraterísticas	Caraterísticas
1. Forças centrípetas	1. Forças centrífugas
2. Lógica endógena	2. Lógica exógena
3. Tende a gerar relações dialógicas	3. Tende a gerar contradições
4. Demandante de poder	4. Exerce o poder
5. Práticas sociais definidoras de territorialidades	5. Território definidor de práticas sociais
6. Solidariedade	6. Competição
7. Processo antigo	7. Processo recente

Fonte: RAPOSO e SENHORAS 2015

Pacaraima traz em seu cerne a questão das verticalidades e das horizontalidades, ainda entendidas como uma dualidade no processo de produção do espaço conforme quadro-figura 4. Assim, a compreensão da materialidade da cidade de Pacaraima deve ser entendida

como um elo de uma nova conjuntura regional que decorre de influências governamentais e novos fluxos estabelecidos por forças do planejamento estatal para a região.

As verticalidades em cidades presentes em áreas de fronteira possuem dupla função: constituem pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça e definem zonas de contato fronteiriço com países vizinhos, com a dualidade de contato e separação. As ações das forças de verticalidades e horizontalidades configuram elementos centrais no processo de produção do espaço da cidade, pois suas ações com os seus agentes representam convergência de anseios e interesses que se materializam em equipamentos fixos que dão fluxo ao tecido da cidade em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

Assim, a instalação do município no extremo norte de Roraima expõe alguns impasses aos agentes produtores de espaços (públicos e privados), sobretudo aos administradores políticos dessa área de fronteira internacional e de domínio indígena, que merece ações que levem em conta questões estruturais e conjunturais do território na busca de efetivação de políticas públicas voltadas ao planejamento social, econômico e cultural.

3.5 REABERTURA DA FRONTEIRA: CONFLUÊNCIA DAS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE

O espaço da cidade de Pacaraima se insere na definição de espaço geográfico, formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá, pois a natureza provê as “coisas”, as quais são transformadas em objetos pela ação do homem por meio de técnicas e processos (SANTOS, 2002).

Por meio da técnica, a produção do espaço pressupõe a transformação das “coisas” em objetos que, geralmente, atendem as intenções e intencionalidades sob um referencial de forças que gera um conjunto de meios instrumentais que possibilita a reprodução da vida e por consequência, a reprodução do espaço em um processo dinâmico e contínuo.

O processo de reprodução do espaço da cidade possui determinações históricas no qual a técnica, sendo possuidora de uma dimensão concreta com formas, funções e estrutura, faz a mediação de processos que envolvem práticas sociais e espaciais, em consonância com os autores a seguir:

Figura 17 – Autores e considerações sobre a produção do espaço

AUTORES	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ESPAÇO
GOTTIDIENER 1993 CORRÊA 1997	As forças políticas e ideológicas são igualmente importantes; Condicionado e reflexo da sociedade, ou seja, do modo pelo qual predominam os interesses de apropriação e uso da natureza e da produção de bens materiais;
CORRÊA 2000	O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço;
SPOSITO 2003	Diferentes grupos historicamente se apropriam do território, produzindo espacialidades e temporalidades urbanas que diferem entre si e expressa a cidade como o espaço das diferenças, dos conflitos e da reprodução do capital.
CARLOS 2008.	Produto do processo de produção num determinado momento histórico recorrente à reprodução do capital, que se dá por meio da divisão espacial do trabalho;
LEFEBVRE 2008	1° Algo puro, matemático e essencialmente um “lugar de números e proporções”, concebido como algo fechado, mensurável e controlável, pelo qual a técnica orienta suas estruturas de funcionamento. 2° Resultado da divisão do trabalho e produto histórico, o qual vai se condicionar ao grau de organização cultural, econômico e das forças produtivas. Nesse sentido é reflexo do modo como os agentes promotores do espaço atuam na produção e reprodução do espaço seja na forma horizontal ou vertical. 3° Instrumento de mediação, político, controlável pelo Estado e pela classe dominante, unidades de consumo vinculadas às unidades de produção. 4° Espaço não é objeto nem mercadoria, não sendo o lugar da produção de coisas, mas da reprodução das relações sociais, onde aparecem os diversos outros espaços da cidade, como de trabalho, lazer, educativo, etc. Portanto, nele há uma unidade de poder na fragmentação.
HARVEY 2005	Considera que essa produção é resultado das relações de classes e de mercado, pois envolvem práticas espaciais materiais (fluxos, transferências, interações físicas, entre outros), de maneira a garantir a sua reprodução social por meio das práticas espaciais, visíveis na setorização da cidade, bem como expressa no seu vocacionamento; Produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento” ou seja resultado das condições materiais determinadas em cada momento
CARLOS 2011	Considera que a sociedade produz-se no espaço, produzindo-o, como lhe é próprio, haja vista que a produção do espaço se relaciona à lógica da produção capitalista que transforma a produção em mercadoria. Assim, na medida em que a produção expande-se espacialmente sob a lógica do capital, torna o espaço mercadoria dado o valor de troca sob o de uso.

Fonte: RAPOSO e SENHORAS 2015

A produção do espaço da cidade de Pacaraima está relacionada ao jogo de poder e de interesses entre os diferentes agentes, em consonância com os autores supracitados. O jogo das relações travadas no processo das práticas sociais resulta em objetos que podem não atender a todos e, conseqüentemente, gerar segregação para uns e privilégios para outros.

Assim o jogo das práticas sociais com seus diferentes agentes e intenções revelam suas ações sob a égide da ordem econômica dominante. Estado, proprietários de terras, donos dos meios de produção, comerciantes, empresários e funcionários públicos são agentes motrizes da produção espacial, agindo cada um dentro de sua esfera, mas num único ritmo ditado que é a lógica da reprodução capitalista.

Nesse processo, o poder público atua como mediador entre a sociedade e o capital, que é o articulador das forças que agem no espaço e, se converte como o principal promotor da produção do espaço. É o poder público na figura do Estado que se converte em maior dinamizador da produção espacial, cabendo a ele também, a responsabilidade de todos os processos decorrentes da produção, tais como a diferenciação, a segregação e a fragmentação espacial.

O Estado como um importante dinamizador da produção-reprodução do espaço, revela o poder dos processos políticos que junto com os processos econômicos e sociais fazem da cidade um fenômeno decorrente de práticas de inter-relações produzidas por homens e natureza, que, por um lado, implica a necessidade de instrumentos normativos e, por outro, nos resultados do modo de organização produtivo. Em ambas as situações “a produção do espaço é o resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 2000, p. 64).

Nessa concepção, ao Estado fica a responsabilidade de elaboração de políticas públicas que orientam os rumos da produção espacial e esta, deveria ser participativa e democrática, na qual os cidadãos fossem reconhecidos como iguais, minimizando os efeitos de fragmentação espacial e exclusão do processo de produção do espaço, que nas cidades são processos e apropriações sociais com significado de pertencimento.

Proprietários de terras, donos dos meios de produção, empresários e comerciantes tendem a gerar processos produtivos que apontam para a fragmentação e a segregação do espaço urbano, como resultado da interferência dos promotores imobiliários, que alimentam o jogo da ganância por consumo, inclusive, de espaço e de força de trabalho.

A produção do espaço por esses agentes exclui pessoase segrega seus espaços numa perversa articulação com os poderes públicos, no qual o trabalho e o emprego da técnica geram espaços que passam a ser encarados como mercadorias. Esse processo configura uma parte importante do que se chama urbanização, que é materializado por meio do planejamento e de políticas públicas que são formas de ampliar, facilitar e determinar tempo de produção, circulação e consumo do capital do espaço urbano, o qual implica a concorrência entre diferentes agentes que atuam na transformação do espaço urbano (LOJKINE,1997).

Nessa perspectiva, subespaços são forjados nas cidades, resultados de disputas territoriais gerando diferenças entre os bairros, áreas comerciais, residenciais, de lazer, de produção econômica, entre outras. Esses subespaços constituem produtos e condicionantes da sociedade na cidade, quando essa é analisada sob a lógica da produção histórica e econômica.

Para Carlos (2011, p. 30) “em todos os níveis a produção do espaço assume papel central para o entendimento da reprodução da sociedade” pelo que também “o processo de urbanização realiza-se como processo de reprodução da cidade”, aspectos que permitem compreender a cidade como *locus* da reprodução do capital.

O processo de produção do espaço urbano deve ser entendido por meio da apreensão das questões econômicas, comerciais, morfológicas, ideológicas, culturais, sociais, políticas e legais. Numa ordem complexa e realista de uma segunda natureza das cidades. A produção do espaço da cidade de Pacaraima surge como espaço criado como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada (SANTOS, 1990, BATISTA; VERAS, 2012).

Posicionada na fronteira mais setentrional do Brasil, na retaguarda da região amazônica, a cidade de Pacaraima possui como traço marcante a determinação das forças estatais no processo de sua gênese, promovendo sua inserção em um contexto macrorregional de produção de espaço. Sobre a cidade são exercidas forças de verticalidade oriundas de processos governamentais de instância federal e ou estadual e forças de horizontalidade próprias das demandas locais (ROCHA; SILVA, 2012).

Existe uma confluência de forças centrípetas (processo de horizontalização) e forças centrífugas (processo de verticalização) que tornam nítidas as relações de poder nesse território urbano (BATISTA; VERAS, 2012). A esse respeito pode-se compreender a estrutura urbana de Roraima como proveniente das iniciativas do Estado, desde a sua gênese e formação territorial, pois nasceu de uma política de ocupação e exploração, no período de colonização, dotando esse espaço como uma área estratégica de grandes interesses geopolíticos, culminando, por exemplo, com o surgimento de Boa Vista no século XVIII (SILVA, 2007, 2009 e 2012).

O fenômeno urbano na fronteira setentrional do Brasil é estudado por Silva (2007) que explicita a complexidade da apreensão desse fato que não possui uma definição clara, difícil de ser mensurado e constitui um dos principais fenômenos da sociedade atual. As cidades são os processos espaciais condicionantes do sentido de urbano.

Produto de um complexo processo socioespacial a cidade configura como uma materialidade física da produção de capital em uma lógica sócio-econômica articulada entre o

local, o nacional e o global. Sua integração econômica, territorial e social com dinâmica do capital pressupõe a formação de redes de integração e ordenação do espaço, principalmente da rede urbana (SANTOS, 1996; SILVA, 2012).

A cidade pertence a uma lógica que extravasa análises convencionais e simplistas, sua existência faz parte de um complexo modo de produzir espaços da sociedade atual. Assim, a cidade de Pacaraima e seus subespaços não podem ser vistos apenas em função dos aspectos étnico-culturais e/ou comerciais, mas, sim, em função da dinâmica espaço-tempo das políticas de desenvolvimento adotadas ou impostas (BATSITA; VERAS, 2012).

As mudanças impostas pelas tecnologias e seus desdobramentos políticos econômicos e sociais geram uma modernidade que avança sobre as cidades que se transformam em tempo recordes, antes nunca percebidos num ritmo ditado pela economia global, que impõe suas forças transformando as cidades com maior velocidade nas últimas décadas, fazendo com que as regiões se modifiquem, de maneira a conduzir a uma menor duração.

Tais modernidades incrementam o processo de urbanização na região que sofre forte influência estatal decorrentes de políticas de planejamento e ocupação em área de interesses específicos como é a cidade de Pacaraima. Tais influências decorrem de sua localização, de sua posição geoestratégica na região sul-americana, urgindo debates pormenorizados em face ao processo de integração de novos significados para o termo fronteira (SILVA, 2007).

Assim, a compreensão da materialidade da cidade de Pacaraima deve ser entendida como um elo de uma nova conjuntura regional que decorre de influências governamentais e novos fluxos estabelecidos por forças do planejamento estatal para a região. As cidades presentes em áreas de fronteira possuem dupla função, constituem pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça e definem zonas de contato fronteiriço com países vizinhos (SENHORAS, 2013).

As cidades em áreas de fronteiras constituem-se de pontos fixos de limitação e contenção de um contexto baseado por uma geopolítica conflitiva até a naturalização de estímulos de contato e integração baseado em uma geopolítica cooperativa. Ao mesmo tempo são núcleos de adensamento de poder nacional e pontos contenciosos de interesses internacionais (SENHORAS, 2013).

Assim, a cidade adquire a função de territorializar os interesses nacionais, como no caso de Pacaraima que por meio de verticalidades visa, segundo Senhoras (2013), a difusão sistêmica de uma lógica geopolítica, baseada na normatização de regimes políticos especiais de contenção fronteiriça através de *zonas* ou *faixas de segurança* (grifo do autor).

A cidade, assim, expressa por meio de seus bairros, avenidas, ruas, comércios, casas, edificações, formas e contextos a presença de uma soberania que materializa suas pretensões e aglutina sentidos e sentimentos pátrios, donde emerge, em meio aos residentes dessa remota cidade, o sentimento de pertencimento a um modal cultural de língua, costumes, etc.

Ela se insere em estado eminentemente urbano, de um processo integrado presente em todos os estados amazônicos. Tipicamente de fronteira constitui um polo de investimento e desempenha papel de destaque quanto à articulação resultante das relações sociais do tipo capitalista (SILVA, 2007). Becker (2006) aponta que a fronteira já nasce urbana como uma estratégia de ocupação utilizada pelo Estado.

A produção do espaço da cidade de Pacaraima resulta de ações deliberadas do Estado, como forma de criar condições para atender ao interesse da ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira e está vinculada a uma rede urbana em curso e, em processo de consolidação. Há uma confluência de forças que ditam as relações e a dinâmica de espaçamento de Pacaraima e sua relação com sua malha urbana.

Após a instalação do município, a produção do espaço sofre certo incremento ante as instituições públicas municipais que passam a determinar os contornos e delineamos da cidade. As instituições realizam suas ações por meio de seus agentes sociais ou *stakeholders*²³, ou seja, grupos de indivíduos, classes sociais ou instituições que atuam intencionalmente na produção do espaço da cidade, de maneira direta ou indiretamente, efetuando um processo marcado por relações complexas e conflituosas em seu contexto.

Os agentes produtores de espaço, segundo Corrêa (2000), os quais produzem o espaço e disputam territórios se classificam em cinco grupos: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e seu aparato jurídico-legal e técnico e os grupos sociais excluídos - aqueles que estão à margem do capitalismo.

Para esse autor, entre esses grupos, pode-se considerar que os três primeiros produzem e consomem o espaço, mediante negociações dos acúmulos e produção de excedentes, o quarto atua como força de mediação, embora procure favorecer os três anteriores e o último grupo representa aqueles que consomem os excedentes.

A presença desses agentes na produção do espaço de Pacaraima resulta de ações deliberadas em políticas públicas, quando se analisa a preponderância da ação do Estado em

²³São grupos sociais ou instituições que exercem pressões e forças na dinâmica social, não sendo apenas agentes físicos, mas instituições e ações (LIMONAD, 2004; HAESBAERT, 2004; MOREIRA, 2004)

seus diferentes, níveis na conformação da cidade atrelada a ações de proprietários privados e empreendedores imobiliários.

Esses atores se configuram em elementos centrais no processo de periodização da produção do espaço urbano do município de Pacaraima, pois suas ações como agentes públicos representam convergência de anseios e interesses que se materializam em equipamentos fixos e fluxo do tecido urbano, em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

Ressalta-se a falta de um planejamento consolidado para o urbano em Pacaraima, no entanto, os trabalhos de campo e pesquisas bibliográficas nos revelam que há uma forma tácita de ordenamento do território ligado ao mandatário que estiver na vez, conforme veremos nos próximos capítulos. Considera-se que o planejamento urbano é um processo dinâmico pelo qual se determinam objetivos, estratégias e ações do município para determinada região e/ou território, com a participação de diferentes agentes sociais, mediante técnicas e funções normativas.

Esse instrumento de política pública orienta a produção e consumo do espaço que sofrem influência das intencionalidades das ações dos diferentes agentes sociais com suas diferentes perspectivas e interesses que cada agente ou grupo social têm sobre o território, utilizando forças; quer seja por meios coercitivos e de resistência, ou por meios harmônicos e ora contraditórias; mas são essas que vão implicar a configuração espacial urbana e estabelecer o uso e as funções dos espaços.

Por ser um instrumento de negociação entre contrários, que ao mesmo tempo permite o diálogo entre os contraditórios, esse instrumento orienta a produção-reprodução do espaço e observa a formação de espaços distintos e fragmentados quanto à distribuição, formas de uso e ocupação e organização deste, haja vista que os atores sociais na formação dos lugares, determinam as localizações que são consequências da dinâmica do capitalismo.

Considera-se que mesmo sendo essencial, o plano não pode ser considerado uma panacéia para a cidade que o realiza. Os espaços das cidades refletem a sociedade que o produz, assim como as características socialmente construídas materializam o espaço gerando uma morfologia clara e evidente dos condicionantes sociais de cada cidade.

O artigo 182 do Estatuto da Cidade dispõe que a política urbana é responsabilidade do município e deve garantir as funções sociais da cidade e o desenvolvimento dos cidadãos. Estabelece, ainda, que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, devendo definir qual deve ser o uso e as características de ocupação de cada porção do território municipal, fazendo com que todos os imóveis cumpram sua função social.

Mas mesmo não estando inserido em qualquer desses critérios, o município precisa ter seu plano diretor para que possa planejar seu futuro e melhorar as condições de vida de sua população. Esse não deve ser visto como um plano de governo, mas traduzir os anseios de todos os cidadãos sobre o desenvolvimento municipal. Assim sendo, deve ser elaborado através de um processo com ampla participação dos diversos setores da sociedade civil e da iniciativa privada, no qual as bases do planejamento possam ser pactuadas democraticamente.

Rolnik (2012) em sua essencial contribuição para a temática afirma que desde sua origem a cidade significa ao mesmo tempo uma forma de organizar o território e uma relação política. Ampliando o debate a autora explicita o caso das cidades-estados do mundo grego, na qual a *polis* é a cidade que mais claramente expressa a dimensão política do urbano. A *polis* na concepção que a autora esclarece, para além de um espaço geográfico, significa prática de vida política exercida pela comunidade e seus cidadãos.

Pacaraima não possui uma legislação específica para do zoneamento urbano da cidade, por isso tem uma deficiente organização territorial, ou seja, a política voltada ao planejamento urbano do município está em processo, havendo apenas ações isoladas de reordenamento espacial do território, no qual se verificam edificações construídas de forma irregular e, suscita-se assim, um sentido de *polis* para o urbano e a cidade, no qual seus moradores possam ser protagonistas locais de práticas de vida política como orienta Rolnik.

3.5.1 Desenvolvimento socioespacial de Pacaraima e acoplamento à cidade de Santa Elena do Uairén

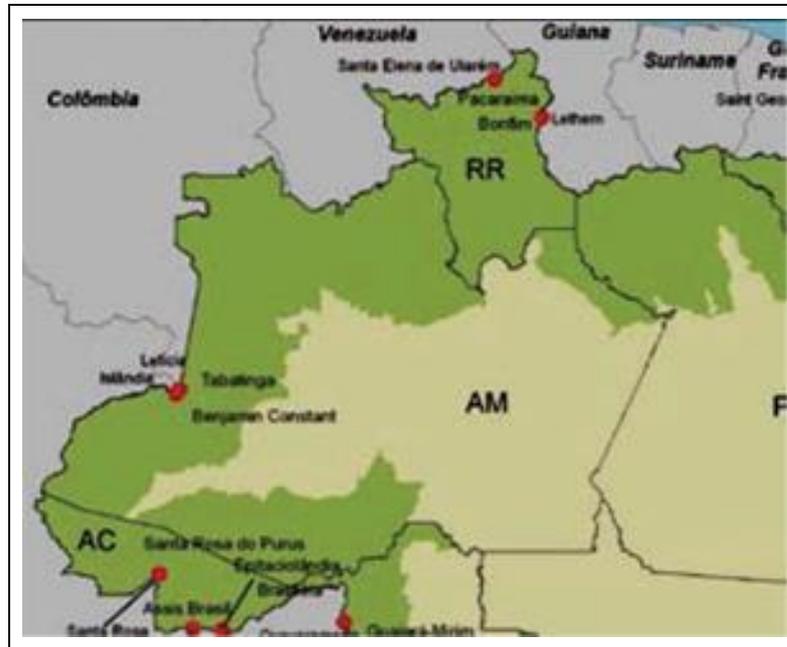
A estruturação do espaço da cidade de Pacaraima traz consigo a complexa relação de estruturação de espaço em situação de fronteira, marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que atrai e repele (SENHORAS, 2013), materializando no tecido urbano lógicas destinadas a confluência de interesses econômicos, políticos e sociais que abarquem os interesses sobre o espaço.

Embora não nasçam juntas, a cidade de Pacaraima e a cidade de Santa Elena de Uairén formam uma zona híbrida de forças centrípetas e centrífugas que pode ser melhor observada, principalmente, naqueles pontos fixos de interação mais intensa como as *cidades-gêmeas* (SENHORAS, 2013, *grifos do autor*). Tais cidades são características por possuir dinâmicas específicas e aparelhos urbanos típicos das práticas sociais desenvolvidas nessas áreas marcadas por espaços nos quais se afirmam e constroem territorialidades.

Aduanas, fortes, quartéis barreiras entrepostos, entre outros são aparelhos que marcam de forma explícita o tecido urbano de cidades em fronteira como é o caso de

Pacaraima. Para além das formas explícitas que materializam nos espaço geográfico da cidade, pretende-se elucidar que outros fatores são colaboradores da estruturação do espaço urbano de Pacaraima.

Figura 18 - Mapa Localização da cidade gêmea na faixa de fronteira da região Norte



Fonte: MI (2005)

A figura acima do Ministério da Integração Nacional (2005) mostra a localização das cidades gêmeas na Amaônia e as consideram adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira (fluvial ou seca), articulada ou não por obra de infraestrutura, apresentando vetores convergentes a partir do grande potencial de integração econômica e cultural, assim como vetores divergentes, oriundos de problemas característicos da fronteira, que adquirem maior densidade, afetando diretamente o desenvolvimento regional e a cidadania.

Assim, a compreensão e o incremento de seu espaço materializado em Pacaraima devem ser entendidos como um elo de uma nova conjuntura regional que decorre de uma estreita e complementar relação com sua cidade gêmea na Venezuela. No âmbito das políticas públicas instrumentalizadas, as cidades presentes em áreas de fronteira possuem dupla função e constituem pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça, definindo zonas de contato fronteiriço com países vizinhos (SENHORAS, 2013).

As cidades em áreas de fronteiras constituem de pontos fixos de limitação e contenção de um contexto baseado por uma geopolítica conflitiva até a naturalização de estímulos de contato e integração baseados numa geopolítica cooperativa. Ao mesmo tempo são núcleos de adensamento de poder nacional e pontos contenciosos de interesses internacionais (SENHORAS, 2013).

A porosidade da fronteira entre Brasil e Venezuela constitui um fenômeno bastante ancestral, pode-se afirmar que o fluxo entre os dois países sempre ocorreu, desde as redes interetnias. Os fixos das cidades de Santa Elena de Uairén e de Pacaraima representam pontos de dinamismo das relações sociais e econômicas na fronteira, ressaltando a cidade como produto produzido, produto político de complexas intenções e intencionalidades.

Consta-se que o dinamismo na fronteira começa a evoluir em 1943 com a criação de Santa Elena de Uairén, que a partir de sua implantação configurou importante entreposto que assegura infraestrutura à atividade garimpeira. Com a abertura da BR 174 e o estabelecimento de assentamentos surgem possibilidades de controlar o fluxo na fronteira e oficializar os fluxos comerciais normatizando também as relações sociais.

No entanto, a entrada e saída de pessoas transportando mercadorias de um lado para o outro, marca o cenário das atividades informais que acaba por dominar o panorama da fronteira, por meio da realidade do chamado comércio formiga. Este constitui relações comerciais de pequenas quantidades de mercadorias, que embora representem pequenos volumes individualmente, no bolo comercial constitui uma prática econômica que colabora com a produção do espaço da cidade. Os produtos mais procurados são os alimentos em geral, que suprem a cesta básica, produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza e a carne bovina, esse comércio ilegal ganha destaque, ltimamente, devido ao preço baixo oferecido no país vizinho.

O comércio formiga é regulamentado pela Lei n.º. 104/84, definido como comércio de subsistência das populações fronteiriças e possui cotas definidas, exceto àqueles não permitidos ou proibidos. Essa interação fronteiriça é marcada pela troca: compra e venda de produtos de sobrevivência (produtos da cesta básica e eletrodomésticos, entre outros) adquiridos nas cidades limítrofes.

Esse comércio de subsistência aquece as relações entre as cidades, gerando um acoplamento na produção espacial das mesmas. Os aparelhos citadinos incrementam espaços de comércio aquecido pelo fluxo de sacoleiros e, estes utilizando da liberdade de ir e vir nas cidades fronteiriças trazem produtos livres de impostos estendendo para além das cidades da linha da fronteira. Salienta-se que o não cumprimento da lei no comércio formiga, configura em crime tipificado como descaminho²⁴, contrabando²⁵ e contrafação²⁶.

24 Adquirir ou exportar mercadorias e sonegar os impostos devidos. As pessoas que praticam crimes de descaminho são punidas de acordo com o Código Penal brasileiro. O Art. 334 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

As práticas dessa modalidade de comércio legal e das modalidades ilegais produzem os espaços por meio das ações dos indivíduos que processam a dinâmica na fronteira. Os comerciantes, sacoleiros, familiares e contrabandistas correspondem aos agentes de difusão de fluxo comercial, trazendo dinâmica à relação entre as cidades e são forças horizontais. As forças estatais de controle são contentoras do processo e constituem fixo na produção do espaço. Por força de sua verticalidade, elaboram formas espaciais no estabelecimento de suas instituições, por exemplo: Receita Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, etc.

As práticas de comércio vêm sofrendo, há mais de uma década, os impactos da crise na economia venezuelana, pois esta possui a inflação mais alta da região (chegou a 56,2% em 2013). O governo do país adotou medidas como congelamento de preços da cesta básica e controle cambial, a fim de frear a saída de recursos do país e aumentar os preços. No entanto, tais medidas tiveram alguns efeitos colaterais como o desabastecimento - em supermercados e no comércio, além do surgimento do mercado negro (tanto de mercadorias, como de câmbio), o que agravou a situação.

Além da crise há de se considerar o endividamento do governo, a dívida pública externa e a dívida da PDVSA (estatal de petróleo e gás) gera escassez de produtos, escalada da violência e descontentamento da sociedade. Essa crise profunda e complexa acaba afetando as relações comerciais entre as cidades na fronteira, diminuindo de forma considerável o fluxo de comércio.

2.5.2 Desenvolvimento socioespacial de Pacaraima e a questão das terras indígenas

Embora haja uma política restritiva e bastante conflituosa sobre os processos que estruturam e promovem desenvolvimento socioespacial em Pacaraima, não se pode negar que esse espaço se amplia desde sua criação oficial e pode ser observado como fenômeno que traz em seu cerne a questão das terras indígenas.

Consideramos para efeito do entendimento pretendido não nos pautarmos apenas por polarizações e dicotomias sobre os debates: social, político, étnico, cultural e econômico sobre Pacaraima. Mais do que isso, pretendemos estabelecer a construção de um texto que ilustre o

25Crime característico de mercadorias ilegais que adentram os países vizinhos através das fronteiras. As pessoas que praticam crimes de contrabando são punidas de acordo com o Código Penal brasileiro. O Art. 334 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

26O crime de contrafação está pautado no art. 184 da Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003. Crime de violação dos direitos autorais, ou seja, a falsificação de uma obra, uma marca, uma música, um filme etc, que na linguagem popular é conhecida também como pirataria.

fenômeno urbano pacaraimense como um espaço no qual as materializações não neguem sua ancestralidade, mas se afirme em práticas de urbanidade.

O contexto da cidade apresenta certa complexidade em relação à integração regional, marcada por diferentes conflitos e interesses que afetam inclusive o setor imobiliário (ROCHA; SILVA, 2012). A produção socioespacial revela, assim, os meandros da relação entre os indivíduos e agentes sociais, incluindo a população indígena residente, que embora produza parte de sua vida nos arredores da cidade, imprimem na urbe traços e elementos de sua historicidade.

A Figura 19 aponta a situação das terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos com suas respectivas populações e áreas de ocupação. Do total de terras destinadas ao município de Pacaraima, 97,94% delas estão em áreas indígenas, o que gera impasses, inclusive em relação ao aumento da malha urbana.

Figura 19 - Terras indígenas, área total, população indígena (estimada) e municípios abrangidos.

Terra Indígena	Grupo Indígena	Município	Superf. (Ha)	Situação	Ato Legal	População Indígena
Raposa Serra Do Sol	Macuxi Wapixana Ingaricó Patamona Taurepang	Normandia Uiraumtã Pacaraima	1.743.464	Demarcada	PD 534 - 15.04.05	20.488
São Marcos	Macuxi Wapixana Taurepang	Pacaraima Boa vista	654.110	Registrada	DH 312 - 29.10.91	1.835

Fonte: SEPLAN/CGEES (2012)

A cidade passa por um processo de expansão e os problemas que dele decorrem, marcam os bairros que crescem sobre áreas que oferecem risco aos seus habitantes, ficando evidente a falta de um planejamento que oriente o espaçamento da cidade. Segundo Filho e Souza (2012), o sítio urbano apresenta um relevo acidentado. O solo pouco consolidado e os impactos sofridos com desmatamento e queimadas expõem parte da população que se torna vulnerável em sua periferia.

A população estimada para 2013 é de 11.423 habitantes, mas trabalharemos com dados oficiais do censo demográfico 2010 do IBGE, publicado em 2011. Ancorado na afirmação acima, indicamos que a população do município é de 10.433 habitantes em 2010 e uma densidade demográfica de 1,30 hab/km². Desse total destaca-se que a composição de

homens é de 51,84% contra 48,16% de mulheres. Ao longo dos anos de 2000, 2007 e 2010, houve um predomínio numérico de população rural em relação à população urbana.

Tabela 2 - População no município por situação de domicílio e sexo

Ano	Urbana			Rural			Total
	Homem	Mulher	Subtotal	Homem	Mulher	Subtotal	
2000	1.436	1.324	2.760	2.207	2.023	4.230	6.990
2007	1.844	1.738	4.032	2.423	2.114	4.608	8.640
2010	2.304	2.210	4.514	3.104	2.815	5.919	10.433

Fonte: Adaptado do IBGE: Censo 2000 e 2010. Elaboração SEPLAN/CGEES (2012).

Os indicadores demográficos expressam os níveis e os padrões da composição populacional e sua distribuição espacial. A população residente de Pacaraima está concentrada na zona rural: 60,52% em 2000, 53,33% em 2007 e 56,73% em 2010. O município possui a menor densidade do Estado de Roraima.

O município possui uma taxa de urbanização de 43,27%, que uma razoável taxa no Estado de Roraima. Comparativamente, a taxa de urbanização de Pacaraima é superior ao município de Uiramutã que possui a menor taxa do estado, de 13,59%, porém, apresenta taxa inferior à capital Boa Vista (97,71%) e o município de Iracema (46,90%) que apresenta a maior taxa depois da capital. Assim, também, a taxa de urbanização do município é menor que a taxa média do Estado de Roraima, da Região Norte e do Brasil, que são respectivamente: 76,41; 77,90 e 84,40% (SEPLAN, 2012).

O processo de urbanização demanda espaço em sua elaboração, o que vai de encontro aos territórios de indígenas. Há uma restrição na produção dos equipamentos da cidade que assegure uma infraestrutura mínima de funcionamento municipal, tais como área de expansão de moradias, áreas de serviços como aterro sanitário, de lazer, áreas verdes entre outras.

Como exemplo se observa a ausência de um aterro sanitário na cidade por falta de definição de uso e ocupação do solo, um problema que está diretamente ligado ao fato de cidade estar dentro de uma terra indígena, e ainda de um cemitério, que além da questão da titularidade da terra, envolve questões físicas e químicas do solo, que segundo populares, não consegue decompor os corpos enterrados na área, nas proximidades da cidade. Quanto à

questão dos resíduos produzidos, são depositados a céu aberto promovendo um enorme impacto ambiental.

O espaço da cidade conforma e inclui as práticas de vida das populações tradicionais no incremento urbano de Pacaraima. Também é possível observar nativos indígenas ocupando cargos públicos de relevância no contexto municipal. Como afirmado acima pretendemos alavancar o debate na compreensão e apreensão de tais práticas de forma a colaborar na reflexão sobre a malha urbana no município estudado.

A dinâmica local traduz horizontalidades que produzem o espaço dotando-o de especificidades únicas em relação às demais cidades da Amazônia Setentrional. Tais horizontalidades formam um tecido espacial, conformado por relações de proximidade e vizinhança, solidarizando as relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Uma dessas especificidades é o aparente processo de reurbanização percebido nos espaços urbanos com áreas, nas quais, práticas tidas como rurais, são desenvolvidas no meio urbano.

Esses processos colaboram com a expansão urbana e evidenciam o papel dialógico das relações sociais e culturais que somam em práticas de produção espacial, produzindo suas vidas e culturas, onde os contraditórios se comunicam. É possível notar no incremento do espaço urbano nas feiras de trocas, hortas com cultivos orgânicos, bazares de artesanatos, restaurantes de comidas típicas, entre outros.

Ainda no âmbito da produção da cidade em terras indígenas há uma iniciativa por parte das autoridades locais, em fazer uma permuta jurídica entre as terras onde se localiza a cidade de Pacaraima com as terras que ficam a noroeste da terra indígena São Marcos, como uma alternativa de solução para a questão jurídica de uso e posse do solo urbano na cidade.

A estruturação do espaço da cidade de Pacaraima traz consigo a complexa relação de espaço em situação de fronteira, marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que atrai e repele (SENHORAS, 2013), materializando no tecido urbano ógias destinadas a confluências de interesses econômicos, políticos e sociais que abarquem os interesses sobre o espaço.

A complexidade da produção da cidade propicia o adensamento populacional que demanda vias de participação dos povos indígenas levando em consideração que sua área territorial de 8.029km² tem 98,81% das terras pertencentes às reservas indígenas. Portanto, é extremamente importante que as comunidades indígenas participem do processo de desenvolvimento local incorporando a cultura e valores destas comunidades.

A cidade assim, expressa por meio de seus bairros, avenidas, ruas, comércios, casas, edificações, formas e contextos a presença de uma soberania que materializa suas pretensões e

aglutina sentidos e sentimentos pátrios, donde emerge em meio aos residentes dessa cidade, o sentimento de pertencimento a um modal cultural de língua, costumes, etc.

As ações das forças de verticalidades e horizontalidades configuram elementos centrais no processo de periodização da produção do espaço urbano da cidade, pois suas ações como a de seus agentes representam convergência de anseios e interesses que se materializa em equipamentos fixos e fluxo do tecido da cidade em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

A produção do espaço da cidade de Pacaraima resulta de ações deliberadas do Estado, como forma de criar condições para atender ao interesse da ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira e se insere em uma rede urbana que permanece em curso em processo de consolidação, há uma confluência de forças que ditam a as relações e a dinâmica de espaçamento de Pacaraima e sua relação com sua malha urbana.

As forças horizontais lhe conferem características únicas em relação às outras cidades da macrorregião amazônica e paradoxalmente as verticais lhe conferem atributos, formas, dramas, subespaços, enfim características muito próximas a de outros espaços urbanos na Amazônia.

Paradoxal e complexa, a cidade expressa a presença de uma soberania trazendo em sua materialidade a expressão de uma brasilidade mediada pela implantação do Pelotão de Fronteira fator desencadeador das cidades na região. O aparelho militar em seu sítio e a geoconjuntura de fronteira, conferem a Pacaraima o sentido de *cidade-estado*. Cidade da força de contenção na qual as forças verticais da federação materializam o espaço da urbe lhe confere sentido.

Enquanto as verticalidades tendem a gerar um padrão homogêneo, semelhante a outras cidades em contextos parecidos, as horizontalidades imprimem ritmos, cores e sabores, dão essência ao que é comum, tornando-o algo singular próprio do lugar. As horizontalidades se expressam por meio do conflito de surgimento da cidade em terras das reservas indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol e pela presença de culturas Macuxi, Wapichana ,entre outras, indígenas e não indígenas.

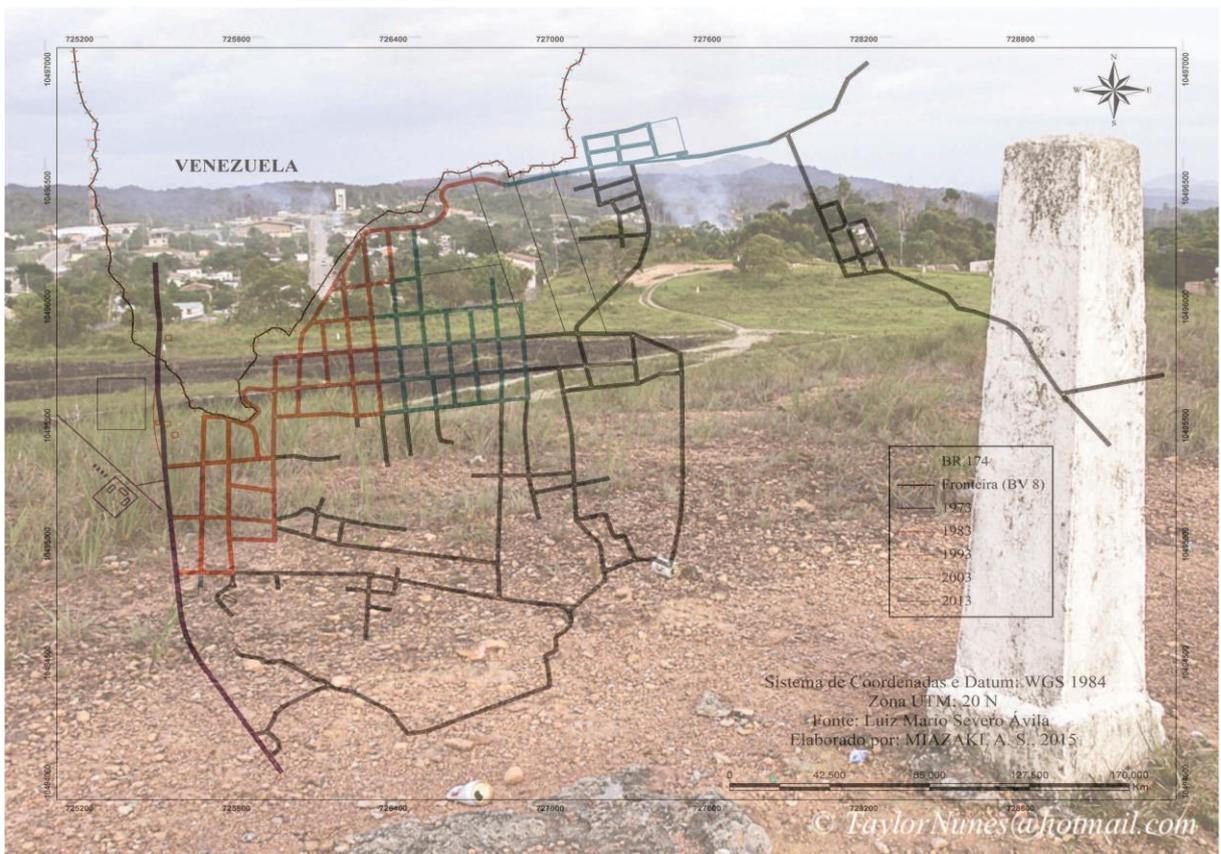
Ainda na peculiaridade dos processos horizontais, Pacaraima é cidade irmã de Santa Elena de Uairén, com a qual mantém intensas relações comerciais, ampliando ainda mais o caldeirão cultural marcado por culturas que expressam suas *práxis* sobre um mesmo território de significados distintos.

A produção do espaço na fronteira Brasil-Venezuela e o sentido de cidade em Pacaraima evidenciam a necessidade de construir um aparelho cidadão que assegure aos

residentes e aos que a utilizam, condições básicas de habitar, circular e produzir suas vidas, conferindo uma urbanidade que observa e respeita as diferenças existentes e as necessidades de desenvolver prática de vidas baseadas em relações dialógicas.

Para os que habitam as áreas mais abastadas, ou as áreas mais críticas, a *polis* pacaraimense carece de competências de diferentes agentes locais, regionais para que possa oferecer à sociedade qualidade de vida sustentável, capaz de se desenvolver de forma sustentável. Os conflitos que materializam no espaço da cidade merecem atenção, soluções rápidas e inéditas, acompanhadas de uma política de planejamento que contemplem as forças verticais e horizontais que constituem o fenômeno de cidade.

PACARAIMA – 1973 a 1995



4 PACARAIMA – 1973 a 1995

No presente capítulo apresenta-se uma periodização da espacialização da cidade de Pacaraima. Para tanto, faz-se uma abordagem da localidade considerando os seus estágios de evolução, abordando nesse processo inicia três categorias: A Currutela do Divisor, O Povoado de BV8 e a Vila de Pacaraima.

A construção da periodização feita no presente se inicia considerando a abertura da BR174 e a instalação do 3º PEF em 1973, na localidade marcada pela existência de uma pequena currutela de garimpo que subsidiava as ações e atividades dos garimpeiros que atuavam na extração de ouro e diamante na região, nos dois lados da fronteira marcada pela porosidade.

A chegada dos militares, o estabelecimento da infraestrutura da cidade e a instalação das dependências do 3º PEF marcam um período de “institucionalização” da fronteira devido à presença militar que assegura a consolidação de um perímetro de segurança e serviços à comunidade que transitava no local. A chegada do exército e sua infraestrutura faz com que a Currutela do Divisor se transforme no povoado de BV8.

O povoado se estabelece, então, desde a inauguração das dependências do 3º PEF em 1973 até a década de 1983. Durante esse período a área do povoado era uma zona predominantemente militar que embora não fosse formalmente considerada como um povoado militar, eram as práticas sociais deles que determinavam a dinâmica local.

Em 1983 é criada a Vila de Pacaraima pela Prefeitura Municipal de Boa Vista - PMBV e começa, assim, a transição de uma área militar para uma área de domínio civil. Essa fase é marcada pela atuação de 9 administradores em 10 períodos de administrações distintos. Os administradores constituíam servidores públicos nomeados pela PMBV cumprindo funções administrativas previstas em lei.

Far-se-á, então, uma abordagem dos períodos e dos estágios de evolução da localidade, destacando o papel de seus agentes, desde a ação garimpeira, perpassando pela infraestrutura militar e suas ações até a análise da atuação dos administradores da Vila de Pacaraima do período de 1983 a 1996. O município foi criado em 1995, mas a localidade só terá verdadeiramente *status* de cidade com uma administração formalmente estabelecida em 1997.

4.1 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DA EVOLUÇÃO DO ESPAÇO DE PACARAIMA – 1973 a 1995

A estruturação do espaço de Pacaraima perpassa pelas categorias de povoado, vila e finalmente cidade. O Povoado do Divisor como era conhecido a localidade, surgiu inicialmente em função da atividade garimpeira que fazia do local um entreposto de suporte logístico da atividade de extração de ouro e diamante nos dois países.

O adensamento populacional do povoado é tido por Azevedo como embrião das cidades brasileiras, visto que a maioria delas começou assim. O autor compreende que no Brasil, a mais elementar das formas de aglomerações humanas costuma ser designada pelos vocábulos de significação idênticas: povoado e povoação, podendo variar conforme a região (AZEVEDO, 1957, p. 31).

Os povoados podem ter as seguintes denominações:

Povoados foram os *arraiais* da época da mineração do ouro (séculos XVII e XVIII), como são as *corrutelas* das atuais áreas diamantíferas do Brasil Central. Na Bahia e no Nordeste, os povoados são muitas vezes designados pelos nomes de *comércio* e de *rua*, de maneira a acentuar a diferença existente entre eles e as habitações isoladas da zona rural. Em São Paulo, o *bairro* rural contém quase sempre um povoado (AZEVEDO, 1957, p. 33).

Azevedo lista “embriões de cidade” encontrados no Brasil: “1. os lugares fortificados e os postos militares; 2. as aldeias e os aldeamentos de índios; 3. os arraiais e as corrutelas; 4. engenhos e usinas, fazendas e bairros rurais; 5. os patrimônios e os núcleos coloniais; 6. os pousos de viajantes e as estações ferroviárias” (AZEVEDO, 1957, p. 35).

Por fim, referindo-se aos embriões de cidade, Azevedo lembra que “não constitui tarefa muito fácil caracterizá-lo, porque são grandes as diferenças que podemos encontrar, conforme a região em que se acha ou o fator que lhe deu origem.” (AZEVEDO, 1957, p. 33). Assim, baseado em Azevedo considera-se que a cidade de Pacaraima desde os seus tempos remotos guarda as matizes das categorias de aldeamento da fazenda São Marcos, passando pela Currutela do Divisor - de garimpeiros de diamante e ouro; pela chegada da fortificação militar; pela criação do Povoado de BV8 até o estabelecimento da Vila de Pacaraima e, posteriormente, da cidade.

4.1.1 A currutela, a abertura da BR 174 e a chegada dos militares

Como explanado, o sítio onde se localiza a cidade de Pacaraima remonta a uma ancestralidade que tem seus testemunhos na forte presença das ricas culturas indígenas, com destaque para o povo Macuxi e Wapichana. Considera-se que tal presença marca, também, os

primórdios da produção espacial da região por meio de suas redes interétnicas, as quais descreviam caminhos que foram avidamente apropriados por colonizadores europeus no passado e, mais recentemente, por garimpeiros.

Do processo ancestral das redes interétnicas que materializavam caminhos no espaço em (re) produção, foram os garimpeiros os agentes da primeira materialização de um fixo espacial na faixa da fronteira, em uma área que irá receber, mais tarde, a implantação do Pelotão Especial de Fronteira. Não precisamos o momento exato do início da atividade garimpeira na região, mas as pesquisas realizadas apontam que tal atividade associa-se ao estabelecimento da cidade de Santa Elena de Uairén, fundada em 1923, na Venezuela, conforme aponta Valério:

Se levanta en medio de la avanzada aventurera de quienes en las primeras décadas de siglo XX penetraron la Gran Sabana con diferentes propósitos, algunos formaban parte de misiones evangelizadoras, otros atraídos por la explotación de oro y diamantes. Los conflictos y las disputas por el control territorial fue una constante en el siglo XX que se extiende a la primera década del nuevo siglo (MARTINEZ, 2009 p. 10)

O ciclo de exploração de ouro e diamante na região atrai os olhares e as práticas socioeconômicas dos dois lados da fronteira. O surgimento da cidade de Santa Elena de Uairén coincide com o processo de decadência dos serviços da SPI, na fazenda São Marcos e ressalta o importante papel de Santa Elena de Uairén na influência de novas práticas no território brasileiro que culminarão na currutela de garimpeiros na região.

Andrello aponta que o surgimento da cidade na Venezuela provoca fortes mudanças nas relações socioeconômicas no Brasil, mudando o foco da criação de gado da Fazenda São Marcos para as atividades de suporte aos garimpos.

Ainda assim, a partir dos anos de 1930, há indícios de decadência dos serviços que vinham sendo desenvolvidos pelo SPI. Já no início da década de 30 ressurgem denúncias de roubos e desvios do gado existentes nos retiros da Fazenda São Marcos e para década de 40 temos as primeiras notícias que uma nova atividade econômica que passa a ser desenvolvida nos campos de São Marcos: o contrabando de mercadorias para a fronteira da Venezuela onde o governo desse país investia para implantação da cidade de Santa Elena. Tal atividade parecia ser remunerada com ouro dos garimpos existentes naquela região e vinha contando com o apoio do administrador de São Marcos (ANDRELLO, 2010; p 78).

Assim, entende-se que os novos ciclos socioeconômicos motivados pelo surgimento da cidade de Santa Elena de Uairén, em 1923, perpassando pelo o fracasso nas décadas de 1930 e 1940 e os novos rumos que se anunciavam naquela época, a Fazenda São Marcos, que por força do fim do SPI em 1967 e o estabelecimento da Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos, em 1969, promove reordenamentos e mudanças no espaço da fronteira.

A mediados de la década de los 70 se produjo un acelerado incremento de explotaciones indiscriminadas de oro por los llamados garimpeiros procedentes básicamente del fronterizo estado de Roraima, y de migrantes de otras lugares de Venezuela, cuyas incontroladas incursiones en zonas mineras han causado gran impacto ambiental (VALLERO, 2009, p.11).

O autor acima indica as mudanças em curso, no início da década de 1970, que anunciavam profundas mudanças. Andrelo (2010) aponta que ao se estabelecer a Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos em 1969 e a criação da Ajudância Autônoma de Boa Vista em 1972, subordinada à 1ª delegacia da FUNAI em Manaus, garantia-se aos índios que ali habitavam a posse permanente e usufruto exclusivo dos recursos naturais existentes. O mesmo autor aponta que nesse período ocorria um novo tipo de invasão com a criação da BR 174 e o estabelecimento de propriedades de sítios e chacaras.

Para além da polarização do debate de invasor e invadido, a análise dos processos de reordenação espacial aponta a concomitância das ações dos agentes (re) produtores de espaço, do período do início da década de 1970, com o início dos serviços de topografia na BR-401 e BR-174, realizados pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro, atrelado a uma prioridade governo federal que era ocupar e desenvolver a Amazônia.

Esse processo previa a integração da Amazônia com o restante do país, contava com o acordo firmado entre o presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici e o da Venezuela Rafael Cordero. O tratado do Uairén, como ficou conhecido, previa a construção de uma rodovia que deveria ligar Brasília a Caracas e ao oceano pacífico. Nesse acordo o Brasil se comprometeu em pavimentar mais de 4 mil quilômetros de rodovias federais, entre elas, a BR 174.

Em depoimento ao chefe da missão Luiz Mário Severo Ávila, a serviço 6ºBEC, que havia recebido a incumbência de construir rodovias entre Boa Vista e Manaus e Guiana e a Venezuela declarou:

“Após dois anos buscando o melhor traçado para a rodovia BR-174, chegou à Boca da Mata, este trabalho que já era difícil, devido ao acesso ao terreno, agora teríamos mais dificuldade além da vegetação (mata alta) teriam que procurar o melhor local as menores rampas para um espaço pequeno vencer o desnível de mais de quinhentos metros entre a Boca da Mata e o BV-8.”

O militar responsável técnico pela abertura da estrada BR 174 documentou os trabalhos de abertura da estrada desde seu início na fronteira com o estado do Amazonas até a fronteira com a Venezuela, como pode se observar nas fotos gentilmente cedidas pelo pioneiro (Figura 20).

O Sr. Ávila conta que chegou ao marco de BV e, até a cidade de Santa Elena no ano de 1972:

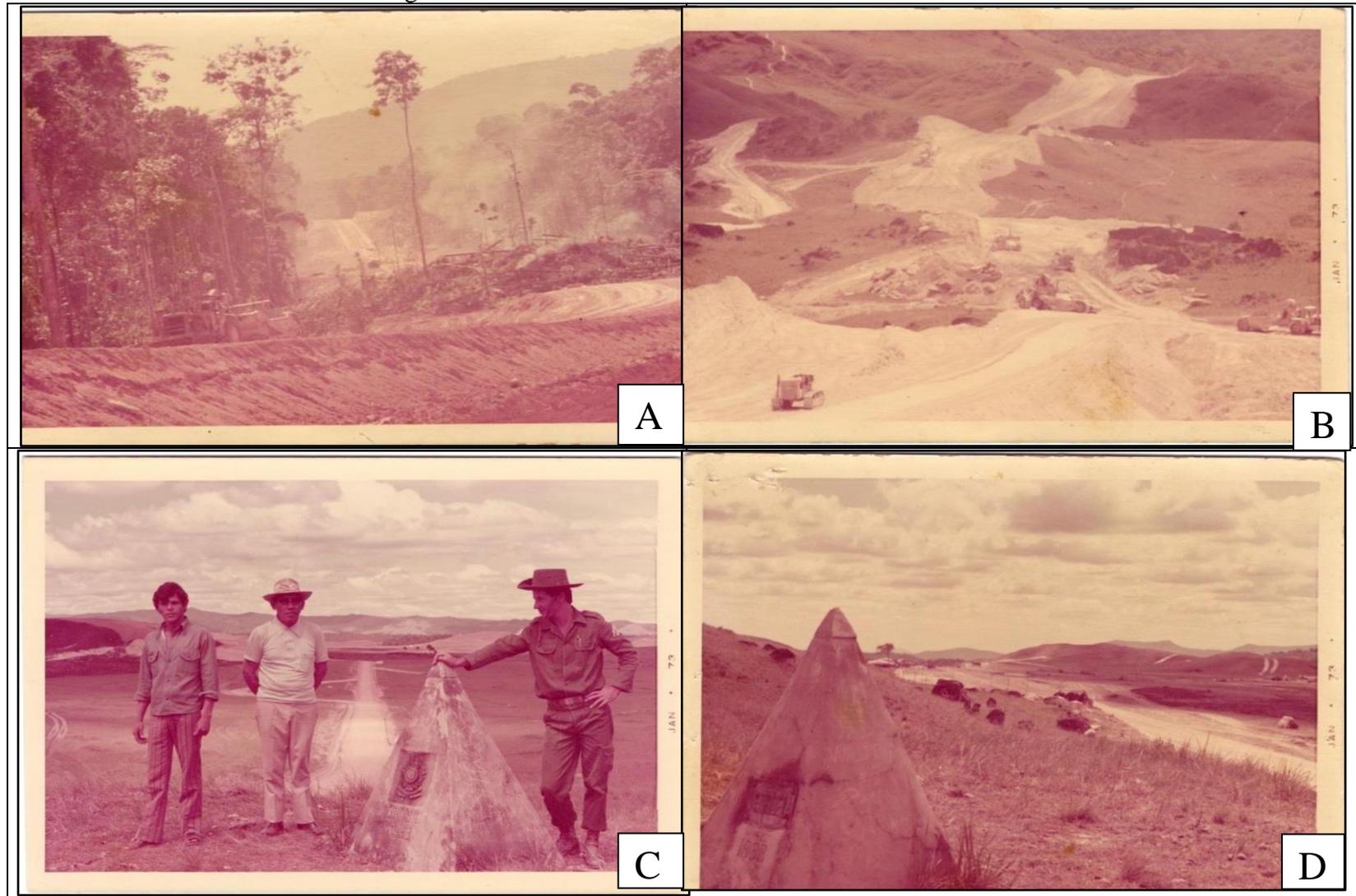
“Em maio de 1.972, minha equipe chegou pela primeira vez de carro ao alto da Serra de Pacaraima, era uma tarde de início de inverno, mas mesmo assim, naquele dia fez questão de levar a nossa camioneta, uma Pic Up F-75 da Ford a Santa Helena, e mostrar o nosso feito. Para os brasileiros que ali viviam como garimpeiros e para os Venezuelanos (Santa Helena também era isolada) que também sonhavam com a saída do isolamento, foi uma festa inesquecível. Mesmo assim ficou retido por algumas horas até a sua liberação pelo Ministério do Interior da Venezuela, era a primeira vez que um carro brasileiro chegava à Venezuela e a Guarda Nacional não sabia como proceder.”

O Chefe da missão relata que no sítio onde se localizava o ponto inicial da cidade havia uma currutela contendo as precárias instalações de uma pequena casa que servia de entreposto aos garimpeiros e outros viajantes. Contava com alguns suprimentos e serviços de radiofonia em solo brasileiro.

No Divisor, havia, naquela época, uma casa de taipa pertencente à Guarda Territorial, uma taberna que atendia os garimpeiros e uma pista de pouso construída à picareta. O entrevistado nos conta que ele e sua equipe passaram a projetar e demarcar as obras militares, o pelotão do Exército, as obras públicas – CAER-CER e TELAIMA e o início de um embrião do que é hoje a cidade de Pacaraima.

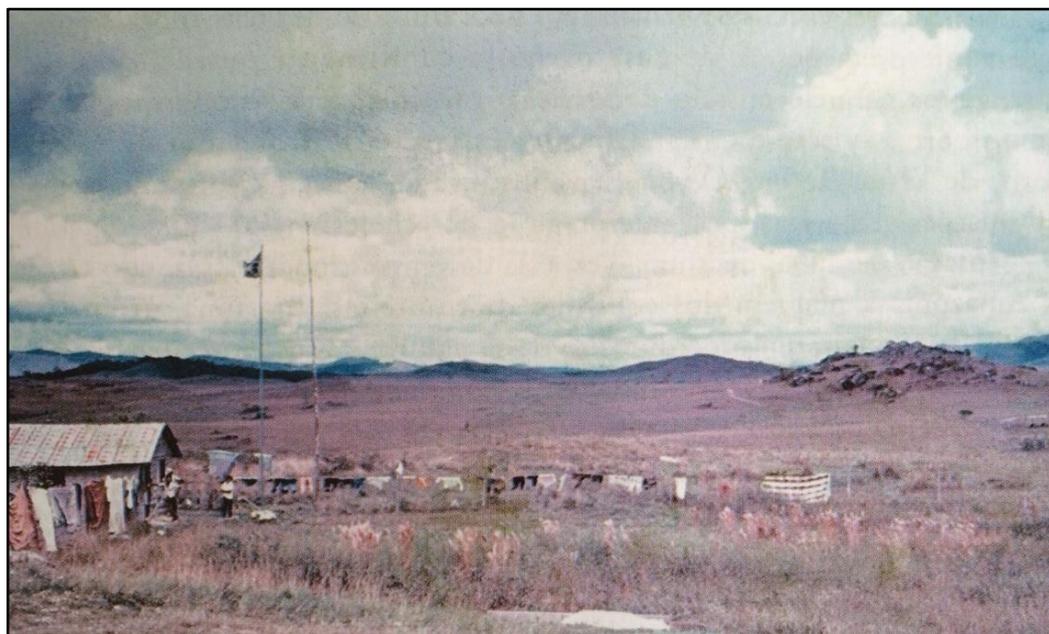
Com a sua chegada ao “Divisor”, como era conhecida a fronteira Brasil-Venezuela na época, foi possível concluir os projetos de terraplenagem da BR-174 e acelerar a construção da sede do pelotão, que contava com obras em três pavilhões, pátio para instrução, além de área de estacionamento e manutenção do maquinário que seira utilizado nas obras da BR e o do referido PEF.

Figura 20 - Fotos da abertura da BR 174 e chegada até o Marco do BV8



Fonte: ÀVILA (1973)

Figura 21 - Foto vista parcial da currutela de Garimpo do Divisor.



Fonte: ÁVILA (1973)

No processo de construção e inauguração da BR 174 e do PEF as forças de dois extremos da natureza potencializam os pretensos processos de ocupação e integração da Amazônia (Brasil-Venezuela). O primeiro destes extremos ocorreu em 1972, quando a região passou por um rigoroso inverno de chuvas abundantes e torrenciais, nos meses de maio a setembro, no qual todas as atividades de construção e transportes de suprimentos ficaram inviáveis frente às condições da estrada recém-aberta.

Os automóveis da equipe responsável, também, pelo transporte dos materiais de construção não conseguia transitar. A urgência das edificações e o inverno que tornava qualquer atividade de construção rodoviária impraticável propiciaram uma ação inédita de cooperação na fronteira oficial. O material pré-fabricado que havia sido adquirido na Itália foi transportado de avião até o aeroporto de Santa Helena na Venezuela e de lá para o local das obras.

O segundo extremo ocorreu após a inauguração do 3º PEF e de estrada, em 1973, quando um período de seca pronunciado no sul do estado impediu que as balsas com as mercadorias para abastecimento chegassem até Boa Vista. O desabastecimento foi total, a saída foi lançar mão da abertura de estrada e estabelecer contato com a Venezuela com quem foi firmado um acordo e, liberado por certo tempo, o comércio entre Roraima e Venezuela. Conta o entrevistado que a cada carro da Venezuela que chegava à cidade, fosse de combustível ou de mercadorias, era aguardado com entusiasmo pela população.

Esse evento dá início a um processo que se estruturara ao longo do tempo, gerando uma relação de interdependência na faixa da fronteira onde os fixos de Santa Elena e de Boa Vista configuram-se com forças emanantes de fluxos, num processo que já nascia pujante. A recém-criada localidade, embora fosse um entreposto desde tempos remotos, agora se configura um fixo oficial na linha da fronteira que aos poucos se estruturaria e se dinamizaria.

Figura 22 – Foto vista parcial da cidade de Boa Vista - 1.973 – prejudicada pelo desabastecimento



Fonte: AVILA (1973)

Nesse período a cidade de Boa Vista recebia muitos migrantes e se expandia pelo lavrado. A população era de aproximadamente 20.000 habitantes e o desabastecimento seria comprometedor. No entanto, os eventos climáticos associados à abertura da estrada e ao estabelecimento do 3ºPEF, um órgão oficial do o governo brasileiro, marcam o início de um processo simbiótico entre Santa Elena e Boa Vista e mais tarde com Pacaraima.

A conclusão da implantação da BR-174, no sentido norte (BV-8) foi marcada com a presença dos presidentes das Repúblicas do Brasil Emilio Garrastazu Médice e da Venezuela Rafael Caldera , em 13 fevereiro de 1973, no qual este feito permitiu a saída do isolamento rodoviário de Roraima. Ao todo um efetivo de 2000 pessoas, entre militares e civis, executaram as obras da referida BR.

Com a conclusão desta missão os militares e civis do 6º BEC passaram a intensificar as atividades, no sentido Boa Vista-Manaus. Esta frente de serviço tinha a denominação de frente Norte. Para agilizar a ligação terrestre, aproveitar o período de inverno distinto entre as

duas localidades criou-se outra frente de serviço chamada de frente Sul, que tocava a rodovia Manaus-Boa Vista.

4.1.2 A área militar, a aglomeração e o povoado: 1973 a 1983

Com a inauguração das obras da BR 174, das obras do 3ºPEF e das obras civis da TELAIMA, CER e CAER começa a surgir um início de aglutinação de moradias na localidade denominada Divisor, quando passa a ser conhecida como BV-8 ou Povoado, ou Vila de BV-8 em referência ao marco divisor de fronteira, próximo onde havia a currtela e se instalara, recentemente, o 3º PEF. Salienta-se que nesse período a localidade ainda não era oficialmente uma vila.

A área do pequeno povoado é marcada pela presença militar, embora as pesquisas realizadas evidenciem que não há uma deliberada gestão sobre a localidade por parte do 3ºPEF, apesar de ser o principal provedor de infraestrutura para a população residente, incluindo militares, indígenas, garimpeiros e prostitutas, entre os agentes sociais que se aglomeravam na região.

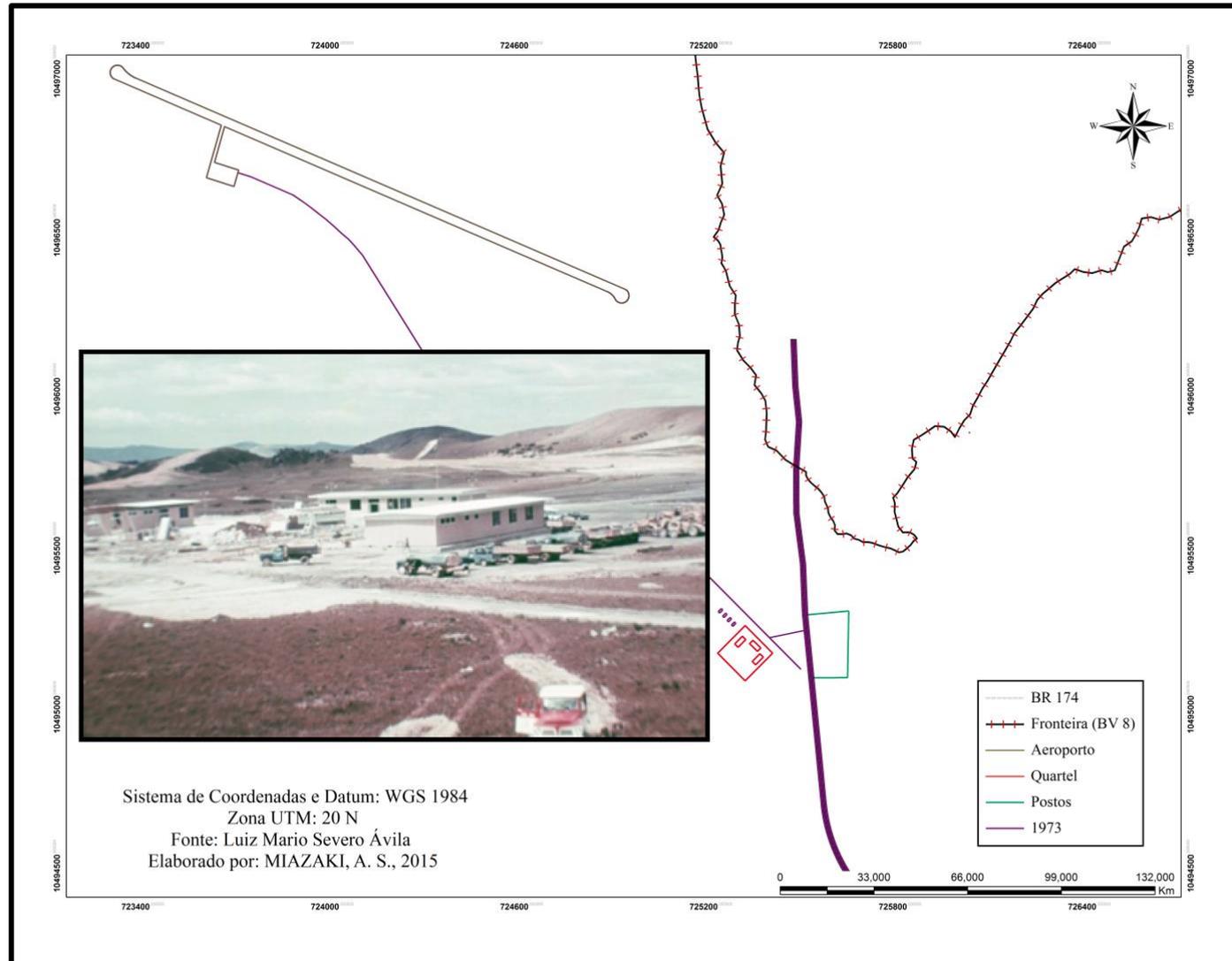
O mapa da Figura 23 mostra a BR 174, os pavilhões do PEF e os prédios civis da TELAIMA, CER e CAER. Consideram-se essas edificações estatais, civis e militares como promotoras de um processo inicial de aglutinação de pessoas e interesses que culminaram como o incremento do espaço e com o adensamento de residências.

A presença dos militares estende-se para um período que vai de 1973 a 1983 que influenciou toda a vida social do povoado que se estabelecia no entorno das edificações civis e militares. Do ponto de vista legal, embora em 28 de agosto de 1974 tenha sido criada, nas proximidades do Divisor, a subprefeitura de depósito, com sede na vila de Surumu, por meio da LEI N° 20/1974²⁷, pode-se afirmar baseado nas pesquisas, que a localidade do povoado é caracterizada pela forte presença de militares, provedores da maioria dos serviços à população da aérea.

A partir desse período o povoado passa a compor a complexa política de defesa do Exército Brasileiro que se organiza em grandes comandos administrativos com objetivo de prover apoio logístico às ações do exército enquadradas em sua área geográfica que no caso do PEF de Pacaraima se insere na 12º Região Militar com sede em Manaus, abrangendo os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

²⁷A LEI N° 20/74 de 28 de Agosto de 1974 do mandato do prefeito municipal Júlio Augusto Magalhães Martins, cria as subprefeituras de Conceição do Maú e de Depósito atribuindo as competências das subprefeituras e de seus respectivos subprefeitos (RORAIMA, 1974).

Figura 23 – Mapa Localidade do 3º PEF recém-criado em 1973. Início do Povoado do Divisor.



Fonte: MIAZAKI , RAPOSO e SENHORAS (2015)

Em todo o estado de Roraima se instalava no período os quartéis e os PEFs que ainda hoje fazem parte da robusta guarnição de Boa Vista:

- a) 1ºBLogSL -1º Batalhão Logístico de Selva. Setor Militar Marechal Rondon.
- b) 1ºPelComSl - 1º Pelotão de Comunicações de Selva.
- c) 6ºBEC-6º Batalhão de Engenharia e construção
- d) 10ºGAC Sl - 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva. Setor Militar Marechal Rondon.
- e) 6ªDelSM/29ªCSM- 6ª Delegacia do Serviço Militar/ 29ª Circunscrição do Serviço Militar.
- f) 12ºEsqdCMec - 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.
- g) 32ºPelPE - 32º Pelotão de Polícia do Exército - Setor Militar Marechal Rondon.
- h) Cmdo 1ªBda Inf Sl- Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Setor Militar Marechal Rondon.
- i) CiaCmdo 1ªBda Inf Sl - Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.
- j) C FRON RR/7ºBIS- Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva. Endereço é o Setor militar.
- k) 1º PEF - Bonfim: na fronteira com a Guiana Inglesa.
- l) 2º PEF – Normandia
- m) 3º PEF - Pacaraima nafronteira com a Venezuela.
- n) 4º PEF – Surucucu
- o) 5º PEF – Auaris
- p) 6º PEF – Uiramutã

O povoado se adensa em meio ao processo de consolidação das unidades militares por todo o estado de Roraima, mostrando o papel dinamizador de tais ações na constituição e produção espacial da localidade atrelado a um processo maior em escala estadual e regional, configurando também um projeto nacional. Outro fator que dinamizava a produção do espaço na fronteira era o comércio formiga e o grande fluxo de mercadorias e produtos entre os dois países.

Especula-se que a porosidade na fronteira e a dinâmica comercial entre os países marcado pelo intenso comércio formiga tenha chamado atenção do executivo municipal de Boa Vista que estabelece a elevação ao *status* de Vila de Pacaraima ao Povoado de BV8, em 1993.

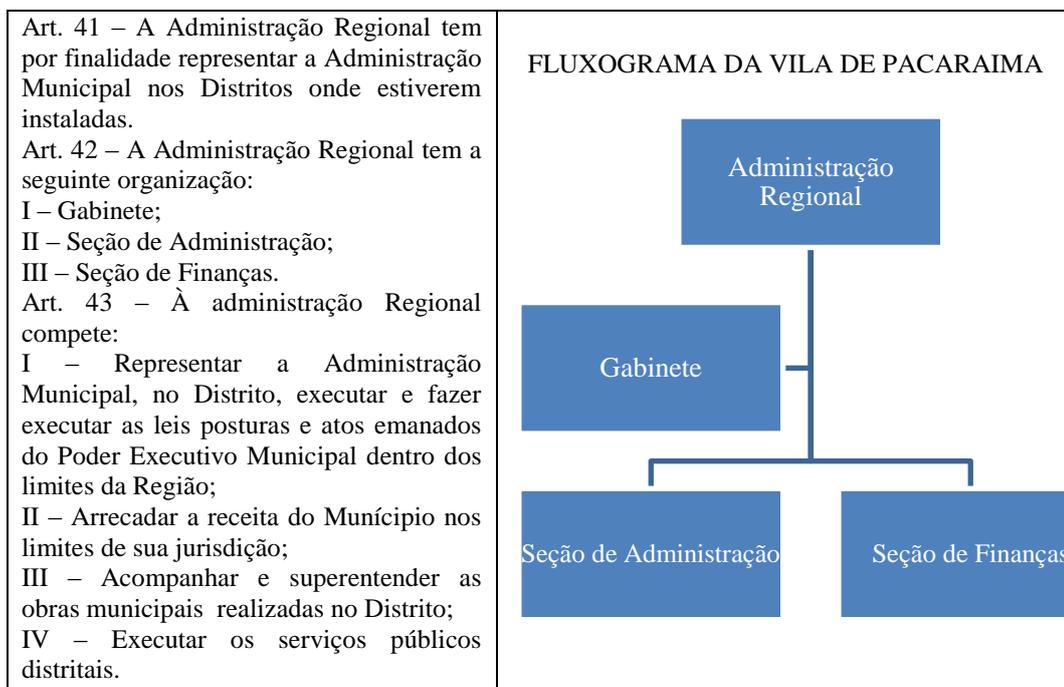
4.1.3 Pacaraima como Vila - 1983 a 1995

Identifica-se que o primeiro administrador indicado pela Prefeitura municipal de Boa Vista assumiu a função em 2 de fevereiro de 1983, incumbido de executar as atribuições e competências da administração da Vila, obedecendo o disposto na LEI N° 20/74.

Embora a Vila de Pacaraima seja estabelecida oficialmente por meio da LEI N° 105²⁸, de 24 de setembro de 1984 que cria a Administração Regional de Pacaraima em seu art. 1° ressalta-se que dois anos antes, mais precisamente, em 3 de agosto de 1982 a LEI N° 085/82²⁹ modifica a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Boa Vista, na qual se descreve as Administrações Regionais no fluxograma municipal de Boa Vista.

A referida Lei Municipal de 3 de agosto de 1982 a LEI N° 085/82 estabelece a Administração Regional em sua Seção XI nos Artigos 41, 42 e 43 como se observa a seguir:

Figura 24 – Artigo 41 LEI N° 085/82 e fluxograma da Vila de Pacaraima

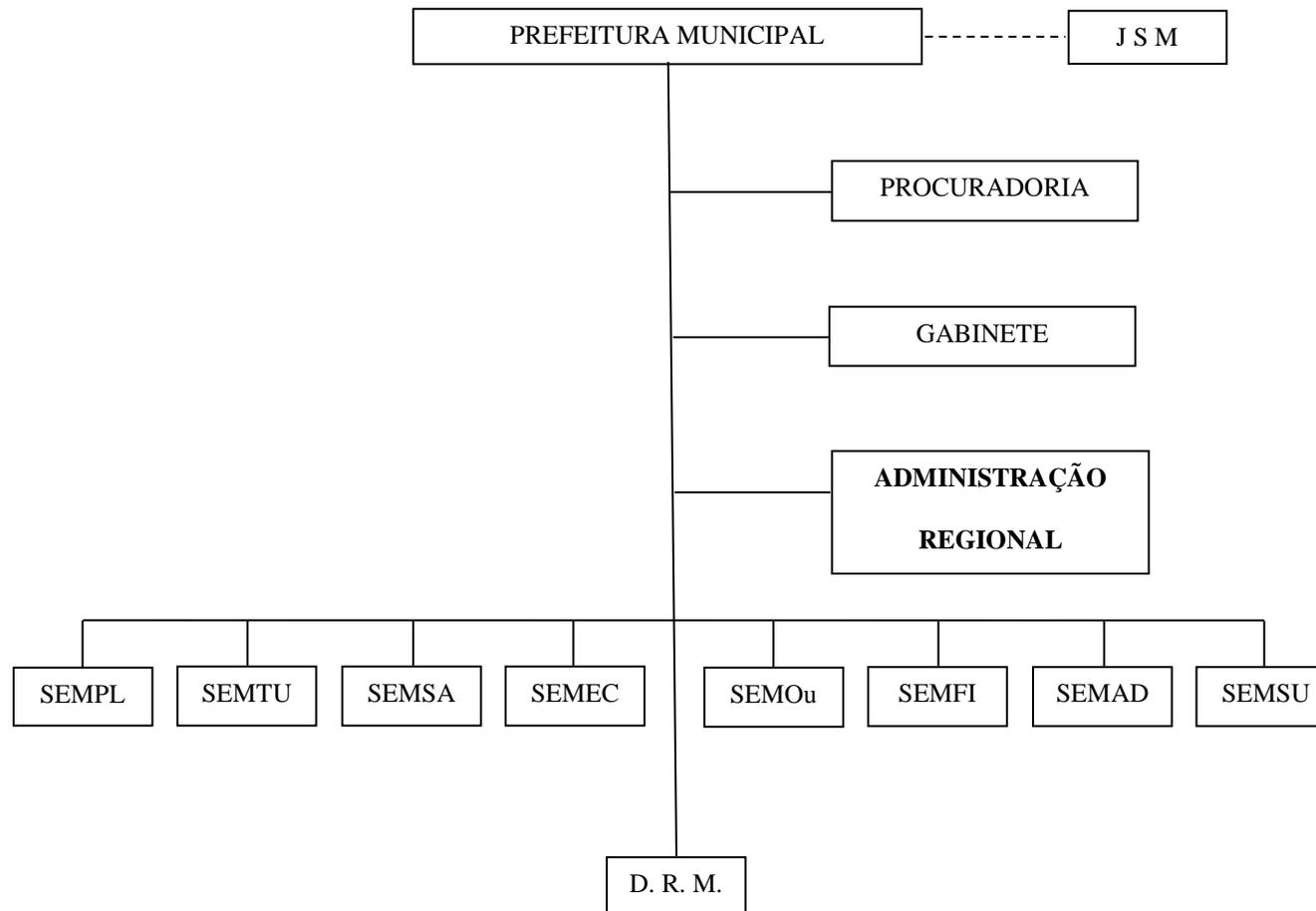


Fonte: RAPOSO e SENHORAS (2015)

²⁸A LEI N° 105/1984 de 24 de Setembro de 1984 do mandato do prefeito municipal José Hamilton Gondim Silva, cria as Administrações Regionais de Pacaraima e Vila Brasil (RORAIMA, 1984).

²⁹A LEI N° 085/1982 de 03 de Agosto de 1982 do mandato do prefeito municipal Alcides Rodrigues dos Santos, modifica a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Boa Vista e por consequência assegura a inserção e a estruturação da Administração Regional no fluxograma da administração municipal (RORAIMA, 1982).

Figura 25 – Organograma da Prefeitura Municipal de Boa Vista incluindo a administração da vila



Fonte: PMBV LEI N° 105/84 (1984)

A LEI N° 105/84 que cria a Administração Regional de Pacaraima e as Leis 20/74 e 085/82 que estabelecem as competências das administrações e dos administradores inauguram a fase da administração civil na região realizada pelo o Poder Público Municipal da cidade de Boa Vista. O país também já iniciava o período de transição de militar para civil. A partir do estabelecimento dos instrumentos legais os administradores passam a desempenhar um papel que até então era exercido pelo o comando do 3°PEF.

Essa nova etapa da produção espacial na fronteira é marcada pelo início da intervenção estatal civil nesse processo. O período marca a transição da gestão da área territorial para as mãos de civis, que passam a representar o poder público, que durante sua atuação passa a garantir direitos aos assentamentos que só fazem aumentar naqueles anos.

A conformação da vila de Pacaraima assinala a atuação de 10 administrações cujos administradores eram nomeados pelo chefe do executivo da Prefeitura Municipal de Boa Vista. Foram 9 administradores, pois um deles administrou a Vila em dois períodos distintos. Salienta-se que a transição é marcada pela instabilidade e trocas frequentes de administradores entre as 7 primeiras administrações, com uma maior estabilidade nas três últimas gestões.

A administração da Vila estava atrelada ao executivo municipal de Boa Vista que por sua vez estava ligada ao executivo estadual havendo certa verticalização do poder até o ano de 1988. A hierarquia e a conjuntura política do estado, de sua capital - Boa Vista e da Vila de Pacaraima eram marcadas por sucessivas trocas e momentos de descontinuidade de governos.

A partir de sua criação a Vila de Pacaraima teve 9 administradores onde os seis primeiros tratam dos primeiros anos de criação da Vila marcado pela instabilidade e alternância de curtos períodos de gestão. Já as três últimas administrações marcam o período de consolidação da Vila e transição para criação da do Município. A seguir analisar-se-á essas duas fases dos administradores.

4.1.4 Administradores da vila - 1983 a 1995

Apesar de todo esforço desempenhado nos trabalhos de campo e coleta de informações, reconhecem-se lacunas nas obtenções de dados sobre os dois períodos (o instável e o mais estável). As informações apresentadas são resultados de pesquisa documental e jornalística, acrescida de depoimentos colhidos com os únicos administradores que conseguimos contatar: José Sebastião Alves Bezerra - Sr. Sabá; Francisco Valente;

Altemir Campos; Edutina Passos – Tina; Raimundo Nonato e Paulo Robstan – Paulo Sacolinha. A pesquisa documental e os depoimentos foram fundamentais na elaboração dos mapas, mostrando a evolução espacial da cidade. A análise foi feita considerando as duas etapas da administração da Vila. A primeira etapa corresponde aos seis primeiros administradores e a segunda correspondente aos três últimos administradores.

Os seis primeiros administradores foram: José Sebastião Alves Bezerra - Sr. Sabá; Cel. Pitã; Dr. Dalmo; Altemir da Silva Campos; José Faustino e Francisco Valente, respectivamente. Esses administradores constituíram nesse período os agentes ordenadores e organizadores do espaço na fronteira, ligados à administração municipal boa-vistense. Seus mandatos foram de curta duração, com o máximo de um ano.

Figura 26 - Administradores da Vila de Pacaraima

	Não encontrado	Não encontrado
José Sebastião Alves Bezerra	Cel Pitã	Dr. Dalmo
	Não encontrado	
Altemir da Silva Campos	José Faustino	Francisco Valente
Não encontrado		
Raimundo Nonato	Edutina Passos	Paulo Robstan

Fonte: Fotos cedidas 2014-15.

Dos seis primeiros administradores foi possível ao longo da pesquisa contatar três: José Sebastião Alves Bezerra - Sr. Sabá, Altemir da Silva Campos e Francisco Valente, os quais colaboraram com informações que tornaram possível uma periodização daquele momento da vila. Suas contribuições, embora sejam extremamente valiosas, apresentam imprecisão nas datas.

Acerca dos demais administradores desse período: Cel. Pitã, Dr. Dalmo ou Dalton e José Faustino, não foram localizados por mais que tenha buscado informações com seus

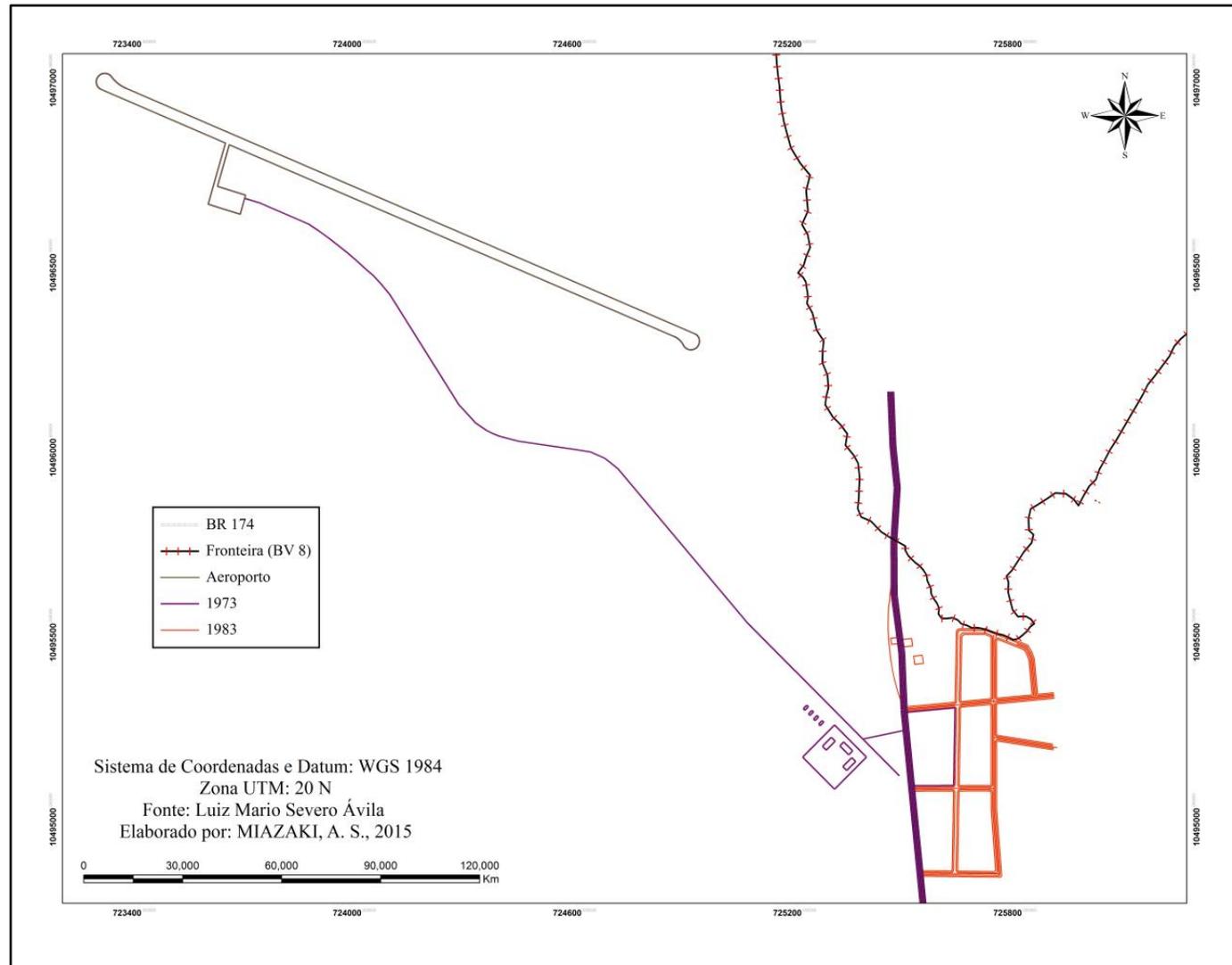
familiares. Esses administradores constituíram, naquele período, os agentes ordenadores e organizadores do espaço na fronteira e, estavam ligados à administração municipal boavistense. Reconhece-se, assim, o extremo valor de seus serviços como servidores públicos na constituição e na evolução da produção espacial em Roraima. A análise constitui uma tentativa de compreender a produção do espaço da Vila de Pacaraima e os apontamentos possuem caráter acadêmico científico.

4.2 PRIMEIRO ADMINISTRADOR: JOSÉ SEBASTIÃO ALVES BEZERRA

José Sebastião Alves Bezerra ou senhor Sabá, como gosta de ser chamado, é morador de Pacaraima há 33 anos e convivia com a região desde 1979. Segundo o próprio, na época, havia somente a BR 174 e a única rua só se trafegava com carro tracionado. A Vila era composta por 50 casas espalhadas ligadas pelo caminho. Como administrador fazia a interlocução entre a Vila, a Prefeitura Municipal de Boa Vista e a Governo Estadual. Em entrevista, ressaltou que houve resistência à sua presença como o administrador, tanto por parte da população quanto por parte dos militares, que até então exerciam a liderança na região. Viu, então, necessidade de quebrar tal resistência por meio de aproximações, através de reuniões com diálogos abertos e priorizou três necessidades de ordem de interesse da comunidade, em seu curto mandato: 1) abertura de 10 ruas; 2) delimitação dos terrenos em bases consensuais com os moradores em áreas de 20 por 40 e, 3) definição da chamada Vila Velha com destaque para as ruas: Parima, Guiana, Jamaica, das Américas e Quino.

Na época a Vila era um entreposto para as localidades de garimpo de ouro e diamante nas regiões conhecidas como: “Quinoa, Puxa Faca, Orinoco, Água Fria, Alto Cotingo, Suapi”, além da cidade de Santa Elena do Uiarén. Também, eram marcantes na região a presença militar e animosidades por disputas de poder. Para afirmar a presença civil, o administrador relata que solicitou e foi atendido com um destacamentos da Polícia Militar do Estado de Roraima que tinha sua sede em uma casa de madeira na Av. Brasil, com 4 soldados, 1 cabo e 1 sargento que passaram, então, a cumprir as atribuições da segurança pública na Vila.

Figura 27 – Mapa Vila de Pacaraima em 1983.



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015), modificado de ÁVILA (2014)

Com base no apresentado e validado em campo com os administradores e moradores mais antigos da Vila é possível observar a existência da Vila Velha e as primeiras ruas do lugar. Pondera-se que embora as ruas estivessem abertas ou marcadas para ser abertas, nem todos os lotes estavam povoados, havendo muitos caminhos entre eles e as pessoas nem sempre utilizavam as ruas para circularem pela Vila.

As festas populares, como as juninas, que eram realizadas nas dependências do PEF passam a ser realizadas na Vila. Havia quatro ou cinco comércios e certa monotonia a não ser pelos embates e rejeição em função de diferenças políticas com Exército, pois, segundo o entrevistado, há suspeita de que tenha alvo de investigação do Serviço Nacional de Informação – SNI, importante braço da ditadura militar, que o denominara como agitador da fronteira. Na percepção do entrevistado esses embates foram os motivos de sua saída da administração da Vila.

A análise da dinâmica inicial da Vila de Pacaraima ressalta bem o papel das forças de horizontalidades e de verticalidades na produção espacial na região. As forças exógenas exercem o poder e as forças endógenas demandam o poder, movendo ações sociais e nesse processo transformando o espaço, convergindo essas ações espaciais num processo contínuo de produção da história.

Segundo informações, após a administração do Sr. Sabá houve a Administração do Coronel Pitã e do Dr. Dalton ou Dalmon. O senhor Sabá não soube precisar a data e os períodos desses administradores, mas estiveram no cargo entre o fim do ano de 1983 e início do ano de 1985.

4.3 QUARTO ADMINISTRADOR: ALTEMIR DA SILVA CAMPOS

O quarto administrador da Vila (atual prefeito da cidade), senhor Altemir, exerceu suas funções entre março de 1985 e setembro de 1987. A coleta de informações junto ao administrador foi extremamente difícil em função sua agenda de prefeito. Por diversas vezes, os horários marcados foram cancelados, apesar das várias solicitações por meio eletrônico, sem que se obtivessem respostas.

Considerando a demanda de tarefas de um executivo municipal, compreende-se o pouco tempo do administrador em colaborar com a pesquisa, mas lamentam-se os contratempos e a ausência de informações. Nas várias tentativas obteve-se não mais do que 20

minutos de conversas, em dois encontros e 1 telefonema, nos quais foi possível fazer apenas um registro fotográfico e obter duas respostas.

Indagado sobre quais as principais realizações de sua primeira administração, o administrador respondeu que havia feito “tudo”. Quando solicitado que fosse mais específico, disse que abriu todas as ruas, com destaque para a Rua Monte Roraima. Perguntou-se a quantidade de habitantes da vila no período de sua administração e o mesmo respondeu que ela contava com cerca de mil habitantes.

No ano de 1987 Altemir é exonerado do cargo de administrador da vila sendo sucedido pelo senhor Sabá. Este, em sua segunda administração, torna-se o quinto administrador da vila e permaneceu por apenas três meses. Na sequência cargo foi preenchido pelo Sr. José Faustino, sexto administrador, que infelizmente não foi localizado. Segundo informações do Sr. Sabá, José Faustino era um antigo proprietário de terras na região, com forte vinculação ao local. Não foi possível identificar seu paradeiro, nem o de seus familiares.

4.4 SÉTIMO ADMINISTRADOR: FRANCISCO VALENTE

Francisco Valente exerceu sua administração por apenas seis meses no ano de 1988. Em entrevista, disse que na época de sua administração a Vila contava com cerca de mil habitantes e a localidade era bem pacata. Considera que sua grande contribuição a limpeza dos logradouros públicos da vila, utilizando o maquinário da PMBV e do exército que colaborou, ainda, com o efetivo de homens em um mutirão de limpeza das ruas, poda de árvores, limpeza para escoamento de águas pluviais, capina de logradouros e lotes, entre outros.

Também, considerou a importância do exército como parceiro, assegurando o êxito em boa parte das empreitadas na manutenção do espaço da vila, contribuindo com suporte no efetivo de homens, materiais, logística e para as mais variadas ações, inclusive até os dias de hoje.

4.4.1 Aspectos gerais da administração de Francisco Valente

A primeira fase é marcada pela ação de seis administradores e sete administrações de curtos períodos. Na segunda fase há períodos administrativos maiores e ampliação espacial da

vila. O primeiro período marca, também, o embate político por disputas de poder, incluindo o uso e ocupação do solo, o que foi alvo de disputas largamente noticiadas na mídia local.

Os três últimos administradores: Edutina Passos – Tina, Raimundo Nonato e Paulo Robstan – Paulo Sacolinha marcam um período de maior consolidação do desenvolvimento socioespacial da vila. Destes três, foi possível contatar apenas dois: Edutina Passos e Paulo Robstan – Paulo Sacolinha. Este último contribuiu com um volume considerável de informações de sua gestão e sobre a gestão de Tina e Raimundo Nonato.

Mais uma vez reconhece-se que tais administradores constituíram os agentes ordenadores e organizadores do espaço na fronteira. Assim, seus esforços e trabalho são de extremo valor na constituição e evolução da produção espacial não só de Pacaraima, mas de todo o estado de Roraima. As análises constituem uma tentativa de compreender a produção do espaço da Vila de Pacaraima e os apontamentos que serão feitos a seguir possui caráter acadêmico científico.

4.5 OITAVA ADMINISTRADORA: EDUTINA PASSOS SILVA

A administração de Edutina Passos Silva e a situação socioespacial da vila podem ser percebidas no relatório de viagem realizada em 14 e 15 de julho de 1989. Este trata da visita do Governador Romero Jucá e do Prefeito da Capital Barac Bento e suas respectivas primeiras damas Tereza Jucá e Irami Bento. O documento refere-se a uma solicitação que repercute numa preocupação com a organização, ordenamento, zoneamento e saneamento da vila, possui apenas duas páginas e apresenta dez prioridades a serem tomadas e resolvidas, conforme Figura 28.

Através da análise do relatório é possível afirmar que a vila crescera e se dinamizara, havendo necessidade de se institucionalizar a administração com a construção de um prédio. Outro ponto revelador é a preocupação para que seja feito levantamento físico da regularização de lotes para obtenção de títulos e cobranças de impostos. Quanto a essa questão deve-se considerar a insegurança jurídica sobre uso e ocupação do solo da cidade.

As questões de saneamento são percebidas na solicitação da limpeza e construção de meio-fio. O aparelhamento e o ordenamento da cidade ficam evidente com a solicitações para a construção de terminal de ônibus ; implantação de agencia do Banco do Brasil; construção de uma escola na Colônia do Samã, além da retirada de uma lanchonete, conforme documento.

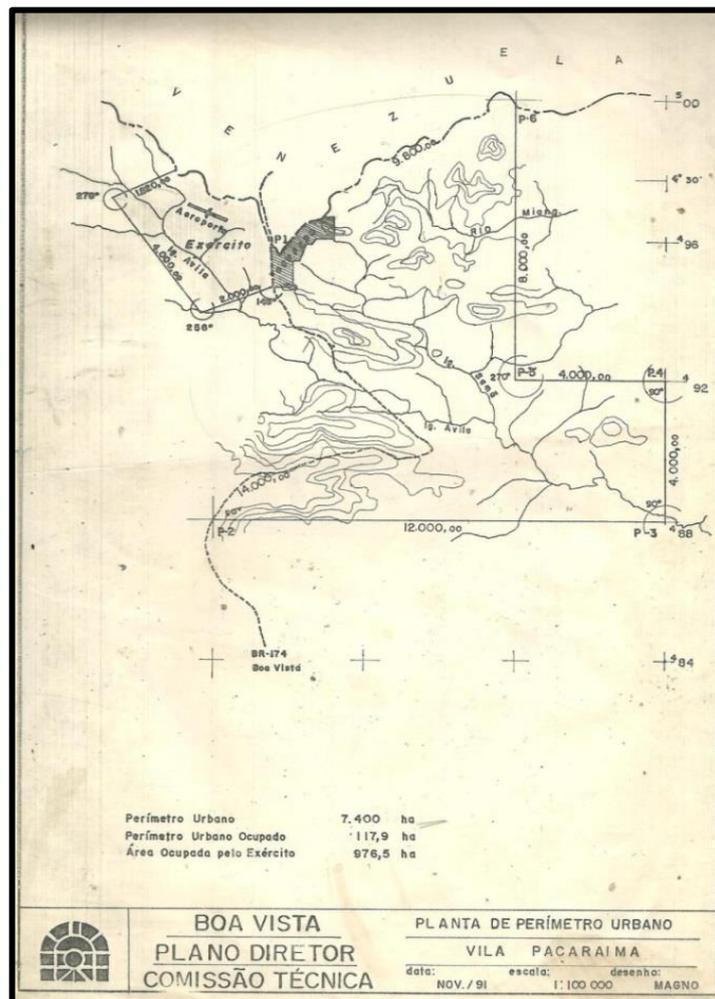
Figura 28 – Fragmento de relatório de viagem da comitiva de governo a Pacaraima, 1989.

<p style="text-align: center;"><u>RELATÓRIO</u></p> <p><i>Arquiteto</i></p> <p>Relatório da viagem realizada à Vila Pacaraima BV-8, entre os dias 14 e 15 de Julho de 1989.</p> <p>A Comitiva estava composta pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Roraima, Romero Jucá; Exmo. Sr. Barac da Silva Bento, Prefeito da Capital do Estado; 1ªs Damas: Tereza Jucá e Iramir Bento e os Secretários: Marcelo Luz e Valério Magalhaes, representantes da CAER, CER e outras autoridades.</p> <p>As principais causas da viagem, estavam voltadas para as condições e situações que envolvem o Município e sua Administração.</p> <p>As técnicas desta SEMPLA, fizeram perguntas aos moradores e ouviram suas reclamações e anotaram as principais que passaremos a relatar à V.Exa., para que dentro do possível, seja tomada as cabíveis providências no sentido de melhorar a situação de vida daquela gente que guardam as nossas fronteiras.</p> <p>Os pedidos não estão por ordem de prioridade, deixando portanto, a escolha de V.Exa., no que for de maior relevância para a vossa administração:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção da Sede da Administração juntamente com residência para a Administradora (projeto e local, prontos). - Recuperação total do CHALÉ, pertencente à Prefeitura (Construção em Madeira). - Construção do Mini-Mercado público e feira livre (local e projeto pronto) - Levantamento físico para a implantação e cobrança do IPTU; este levantamento deve ser feito pelos topógrafos da Secretária de Obras do Município, para que seja cobrados os impostos e os alvarás; é necessário que o Prefeito em 	<p>primeiro lugar, legalize os lotes, dando os títulos definitivos aos seus ocupantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limpeza da Cidade, neste caso, é necessário a contratação de mão-de-obra. - Construção de meio-fio e calçamento das ruas, estamos providenciando projeto para ser encaminhado ao setor competente (Calha Norte). - Construção de uma Escola na Colônia do SAMÁ (Governador do Estado, prometeu). - Posto avançado do Banco do Brasil, sua Exa. o Sr. Prefeito ficou de estudar o assunto e dar a resposta urgente. - Retirada das Lanchonete da BR-174, em frente a CAER e TELAIMA (O local para a remoção já se encontra a disposição da Administração do Município) - Construção de um pequeno terminal de Ônibus - os passageiros ficam expostos ao Sol e Chuva as vezes com crianças até doente. <p>Vale ressaltar, a fineza que V.Exa., digníssima esposa e a equipe da Prefeitura desempenharam junto a Comitiva total e a sinceridade que V.Exa., se dirigiu aquele povo.</p> <p>Boa Vista, 17 de Julho de 1989.</p> <p style="text-align: center;"><i>Valério Magalhães</i> VALÉRIO MAGALHÃES Secretário</p> <p style="text-align: center;"><i>Dionizia Pinheiro</i> DIONÍZIA PINHEIRO PEREIRA Chefe de CAB/SEMPLA</p> <p style="text-align: center;"><i>Eliete Martins Ferreira</i> ELIETE MARTINS FERREIRA Chefe da Divisão de Orçamento</p>
---	--

No mesmo ano de 1989, a vila recebeu água encanada e eletrificação, infraestrutura indispensável para o estabelecimento de novos equipamentos urbanos em Pacaraima. A administração de Edutina Passos Silva coincide com emergência lançada à cidade de Boa Vista, como a elaboração do Plano Diretor Desenvolvimento Urbano/Boa Vista-RR, Lei nº 244, promulgada em 06 de setembro de 1991, estabelecendo a promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo entre outros.

O documento reconhece a área da vila de Pacaraima como perímetro urbano, sendo plausível concluir que as definições postas para a área urbana valem para toda extensão urbana municipal, incluindo as áreas das vilas pertencentes ao município de Boa Vista, inclusive a vila em questão.

Figura 29 - A planta do perímetro urbano da vila de Pacaraima - 1991



Fonte: Arquivo pessoal Paulo Robstan Araujo de Souza (2014).

A planta do perímetro urbano da vila de Pacaraima Figura 13, correspondente a 7400ha e suas especificações em relação área ocupada: 117,9 ha pela vila; área do exército: 976,5 ha. A planta demonstra a pretensão de se consolidar uma área urbana extensa para a vila no Plano Diretor. Esta área ainda não está consolidada como pertencente ao município, mas revela a razoabilidade dos planejadores sobre o uso e ocupação do espaço, no que diz respeito em relação à área ocupada e às áreas de reservas para expansão urbana e de entorno, necessárias ao desenvolvimento urbano da cidade.

Ainda por meio dessa Lei foram criadas as Diretrizes de Desenvolvimento Urbano que, conforme o Capítulo I, Artigo 7º, Capítulos II e III, estabeleceram o zoneamento e a setorização urbana, definida a partir de um recadastramento computadorizado, pelo qual se identificavam as características da infraestrutura dos imóveis existentes.

Desse modo, o Plano Diretor, editado em 1991 por Barac Bento, teria a função de ordenar o crescimento urbano, propondo ações e estratégias para que a função social da cidade fosse cumprida, fazendo com que esse crescimento fosse acompanhado do desenvolvimento social, econômico do cidadão.

Em 1992, ainda na administração da Edutina, dois empreendimentos marcaram o aparelhamento da vila: o destacamento de polícia presente na localidade desde 1983, ganha um quartel e é inaugurado o Hospital Marechal Rondon. As obras constituem infraestruturas essenciais dos setores da saúde e segurança e mostram a existência de um número razoável de moradores, devido as exigência desses dois tipos de aparelhos para a vila de Pacaraima

Figura 30 – Placas inaugurais do Quartel de PM e do Hospital Marechal Rondon, em 1992



Fonte: RAPOSO e SENHORAS

A administração da Edutina marca a passagem do período de instabilidade - mandatos curtos ao um período mais estável - mandatos mais longos. A inconstância dos primeiros mandatos reflete a instabilidade em outros níveis de poder no estado, como por

exemplo, a condição de prefeito da capital. Pode-se dizer que isso constitui fator de aparelhamento do espaço da vila, além de contribuir com a sua expansão.

A própria entrevistada, Sr^a Etudina, não soube precisar com exatidão o período de sua administração. Sabe que administrou a vila entre os anos de 1988 e 1992, no qual as formas espaciais ganham importância, pois há um maior número de doações e distribuições de lotes na vila. Essas doações eram divulgadas nas emissoras de rádio, convidando as pessoas a vir conhecer o local, destacando o seu clima como um ponto positivo. Com isso, houve um pequeno aumento da população.

4.6 NONO ADMINISTRADOR: RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA CARVALHO

Confore informações do Sr. Paulo Robstan – Paulo Sacolinha, o servidor público Raimundo Nonato de Oliveira Carvalho administrou a vila de Pacaraima no período de 1992 a 1993. Seu destaque foi criação da Associação Comercial e Industrial de Pacaraima, em 18 de agosto de 1993, em sintonia com a proposta de criação da área de livre comércio em 22 de maio de 1991 aprovada para cidade nesse ano.

Assinaram a ata de criação da Associação 45 fundadores sendo 34 comerciantes, 5 empresários, 1 representante da administração da vila, 1 representante do Lions Clube, 1 representante da loja maçônica Pacaraima, 1 representante da Prefeitura Municipal de Boa Vista, 1 representante do 3ºPEF e 1 representante da Receita Federal.

A Associação teve como primeiro presidente o empresário Paulo Robstan Araújo de Souza que seria conhecido mais tarde como “Paulo Sacolinha” e futuro administrador da vila.

A representatividade e a composição dos membros fundadores da Associação apontam a formação de uma pequena, mas articulada elite local. A formação dessa elite começa a criar as condições para os processos que se consolidarão mais tarde durante a administração de Paulo Sacolinha.

4.7 DECÍMO ADMINISTRADOR: PAULO ROBSTAN ARAÚJO DE SOUZA

O empresário Paulo Robstan Araujo de Souza chegou à região em 1985 e desde então passar a conviver no local, desenvolvendo atividades empresariais. Inicialmente foi proprietário de uma loja de artesanato, depois desenvolveu atividades de negociação de ouro e diamante e atuou em negociações cambiais.

Atraído pela dinâmica das relações da fronteira e da atividade garimpeira, notando a necessidade de abastecimento, montou, também, o mercado de denominação “Sacolinha” que atendia a população local. A sua popularidade e de seu negócio rendeu-lhe o apelido que mais tarde seria adotado como pseudônimo político, passando a ser amplamente conhecido como “Paulo Sacolinha”.

Conforme a Figura 32, em 1993, a vila de Pacaraima se ampliara bastante, já havendo os “bairros” da Vila Velha e da Vila Nova. Os lotes estavam sendo aos poucos ocupados e a estrutura e o traçado das ruas consolidavam a expansão.

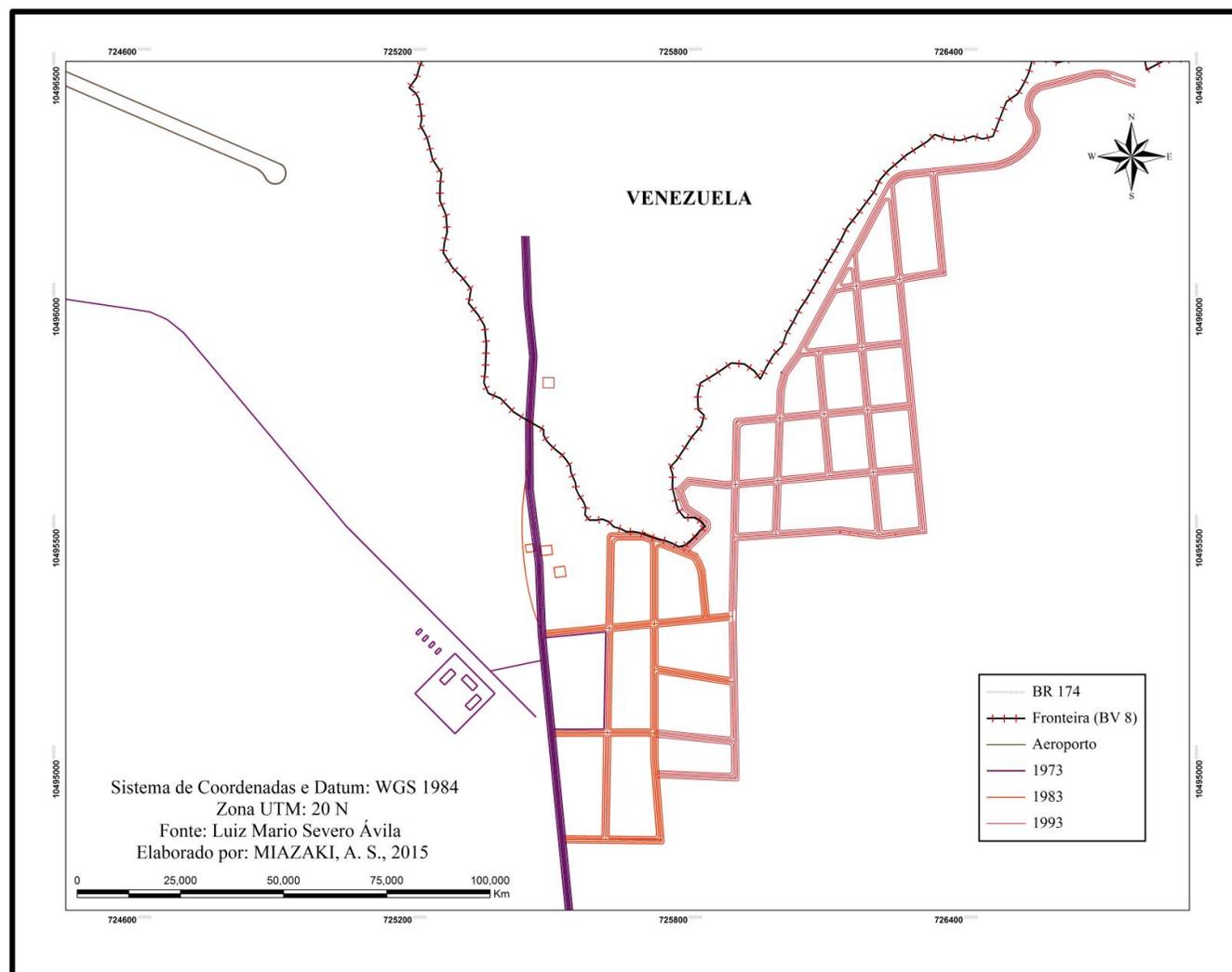
Devido sua administração e os processos já desenvolvidos nas anteriores, bem como, um número maior de documentos físicos encontrados ao longo da pesquisa, considera-se que a administração do Sr. Paulo Robstan Araújo de Souza ou “Paulo Sacolinha” apresenta maior grau de institucionalização dos processos de administrativos, em relação às várias demandas da vila tais como: estrutura de funcionamento da vila; relação interinstitucional com exército e Polícia Federal; relação com a cidade de Santa Elena; ordenação da distribuição de lotes; regras de posse e povoamento; relação com a imprensa dentre outros.

Figura 31 - Vista da fachada da sede da administração da vila de Pacaraima em 1993



FONTE: Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza

Figura 32 – Mapa Vila de Pacaraima em 1993.



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015), modificado de ÁVILA (2014).

A fotografia revela a articulação política do administrador da vila e faz um prelúdio do jogo político em curso, que culminará em mudanças que ocorrerão nos próximos anos em Pacaraima. Havia já na época a ideia de se transformar a localidade em município e a autoridade estadual já pretendia fixar suas bases para o pleito vindouro.

As ações do administrador Paulo Sacolinha, assim, como as ações de seus antecessores correspondiam à fatia territorial da vila, mas as pretensões e tensões do jogo político, ao qual a localidade estava vinculada, extrapolam suas dimensões. Nesse contexto o administrador adotou a estratégia de ordenar a distribuição de lotes e povoar o bairro Vila Nova, que segundo ele era uma área pouco povoada.

Essa estratégia entrou choque com as pretensões do grupo político adversário, que tinha como principal representante a ex-administradora Edutina. O Sr. Paulo Sacolinha identificou uma área que seria de propriedade da Senhora Edutina e orientou a administração municipal de Boa Vista que fizesse a devida desapropriação para os lotes fossem doados. Essa desapropriação rendeu uma disputa por lotes com fortes vinculações políticas que mereceu atenção da imprensa que noticiou:

Belo protesto que Tina Passos – cargo comissionado do governo com ótimo salário – está fazendo contra a Prefeitura de Boa Vista. Só que a realidade é completamente diferente. Ela foi administradora do BV-8, invadiu várias quadras, distribuiu para sua família e não se preocupou com a legalidade. São várias perguntas que devem ser feitas à “injustiçada”: Se ela depende tanto da área grilada, por que o genro do governador Ottomar Pinto, Presidente da CER, Paulo Latgé, foi acariciado com um lote numa das quadras invadidas? Será que ele é uma das pessoas necessitadas que precisam do lote?

JORNAL CABURAI – 29/07/1994 – Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza

Figura 33 – Charge Publicada no Jornal Caburaí em 29/07/1994



Fonte JORNAL CABURAI – 29/07/1994 – Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza

A tensão por disputa de terras na vila mostra sua forte vinculação a grupos políticos do estado que se utilizava de seus representantes de base para exercer uma política questionável do ponto de vista ético e moral. A nota publicada no jornal junto à charge mostra a articulação entre o governador e a administração da vila.

No ano de 1994 a vila de Pacaraima se dinamizava e crescia o fluxo de turistas dos dois lados da fronteira e já nessa época são noticiados casos de supostos abuso de poder, entre a guarda nacional venezuelana e os turistas brasileiros. Casos de tensão também são narrados envolvendo brasileiros residentes em Pacaraima e os agentes da policia federal e/ou militares do exército.

Considerando a área e a localização da vila compreende-se a forte presença das forças de segurança militar e civil. São necessários, pois, órgãos de contenção que pressuponham a salva-guarda da integridade nacional e de seus habitantes, contudo são recorrentes entre os administradores da antiga vila, relatos de tensão partindo destes agentes.

Outro ponto contencioso incrementa a produção do espaço da vila de Pacaraima que é o posto da Secretaria Estadual da fazenda - SEFAZ na fronteira, inaugurado no ano de 1994, como um braço da Secretaria que tem por finalidade formular a política econômico-tributária do estado de Roraima, realizar a administração fazendária, bem como, dirigir, superintender, orientar e coordenar as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e controle dos tributos e demais receitas do Estado.

Figura 34 – Foto vista parcial das placas do posto da Secretaria da Fazenda



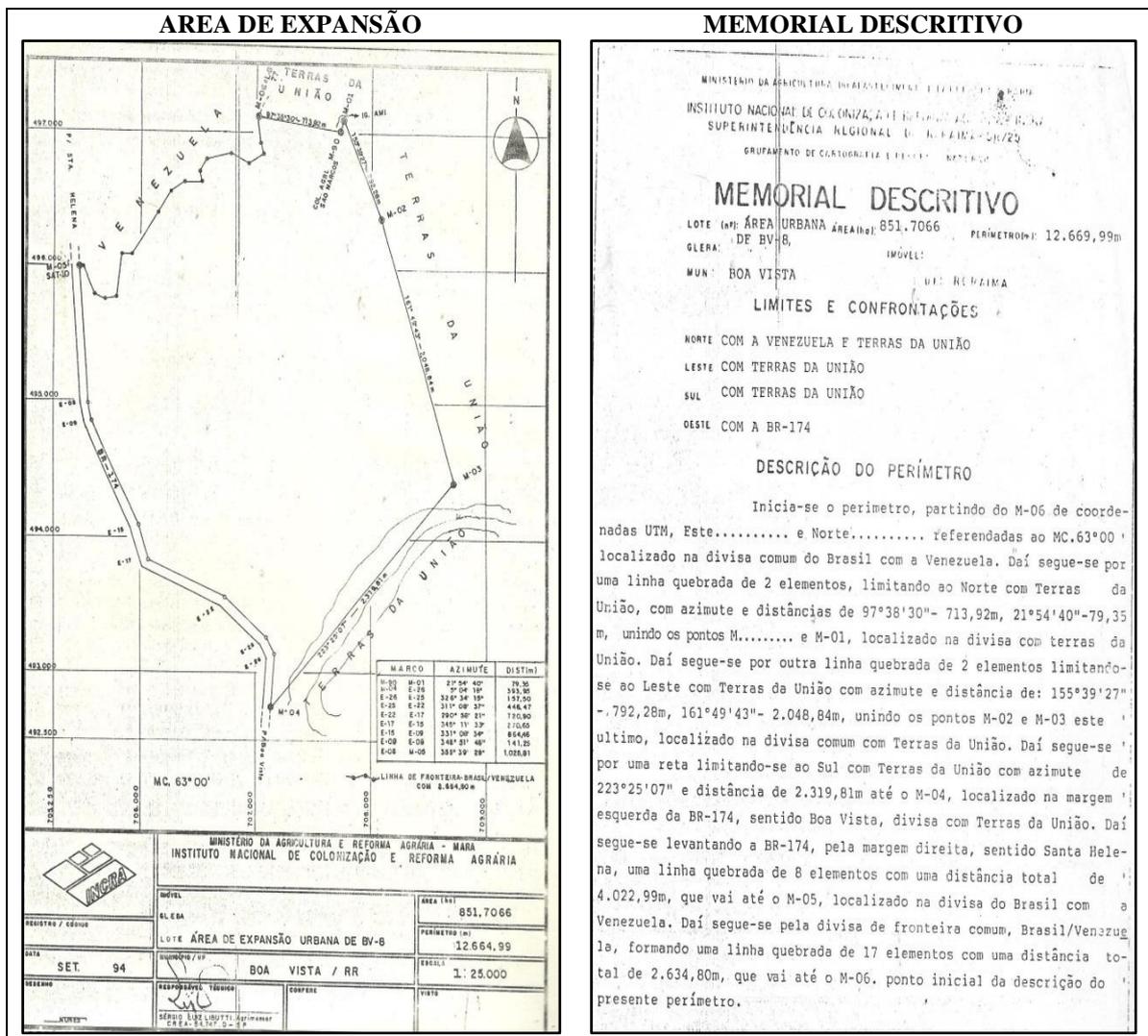
Fonte: RAPASO e SENHORAS (2014)

A presença do Posto da SEFAZ evidencia a força do comércio e inibe os escapes de divisas econômicas e financeiras na fronteira. O posto constitui-se de um prédio com uma razoável infraestrutura e compõe com os demais órgãos fixos de controle, incrementado, assim, o processo de produção espacial da vila.

No período da administração de Paulo Robstan Araújo de Souza, essa se dividia em duas partes: uma mais consolidada e uma área, que apesar de ter ruas abertas, não era totalmente povoada. Em termos espaciais pode-se dizer que essas áreas passavam por um incremento e consolidação do pequeno sistema de objetos espaciais hoje presentes na cidade.

No aspecto macroespacial, foi nesse período que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA reconheceu a área urbana de Pacaraima expedindo, inclusive, um memorial do que seria essa área. Trata-se de um documento de setembro de 1994 que aponta a área de expansão de BV-8, estabelecendo seus limites e dimensões. Como se segue:

Figura 35 – Quadro com Área de Expansão e Memorial Descritivo de Pacaraima.



Fonte: INCRA/1994 - Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza - 2014

Em 1995, foi instalada a vila uma agência dos Correios, através de um convênio entre a empresa e a Prefeitura de Boa Vista. Esse fato colabora com a produção espacial da vila e interliga a localidade à capital Boa Vista e por consequência às demais cidades brasileiras, facilitando o fluxo de comunicação e informação.

A expansão e consolidação da Vila Velha e da Vila Nova são documentadas e registradas pela administração local e aos serviços da Prefeitura de Boa Vista por meio de cartas cadastrais das áreas de loteamentos. Às vésperas de se tornar cidade, o administrador da Vila, Paulo Sacolinha, esforça-se para regularização dos loteamentos, conferindo um padrão organizacional espacial até então inédito, buscando, ainda, garantir aos ocupantes desses lotes o direito de uso e ocupação do solo na vila de Pacaraima.

Figura 36 – Quadro com Carta Cadastral de Loteamento e Licença de Ocupação, 1996

PLANTA DE QUADRA VILA NOVA

INFLUENTES	ADDA (m²)	ÁREA (m²)	TIPO DE
TERRENO	CONSTRUÇÃO	TOMAS	
01	3.803,30	488,00	A

LICENÇA DE OCUPAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
RORAIMA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PACARAIMA

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PACARAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que CONCEDE,

LICENÇA DE OCUPAÇÃO

Para o LOTE n.º 81 da Quadra n.º 41 do PLANO DE URBANIZAÇÃO desta Vila, a(o) Sr.(a) **Islandia Ketman Scantlebury Trindade** nacionalidade Brasileira CIC n.º 447.312.642-00 CI n.º 136.843 SSP/RR casado(a) com filho(a) de **Gelson Scantlebury Trindade** e de **Sandra Maria Cavalcante Scantlebury**, com o área total de 372,00 metros quadrados,

e as seguintes confrontações:

FRENTE: 12,00 mts. com **Rua Miang**
 FUNDO: 12,00 mts. com **lote nº 521** SECTOR 02
 L. DIREITO: 31,00 mts. com **lote nº 69**
 L. ESQUERDO: 31,00 mts. com **lote nº 126 e 142**

Esta LICENÇA DE OCUPAÇÃO está absolutamente dependente da observância das seguintes condições:

- 1 - O presente LOIE é INEGOCIÁVEL e INTRANSFERÍVEL;
- 2 - A concessão é feita a Título Precário, por um prazo de 90 (noventa) dias;
- 3 - Findo o prazo definido em 2, e não efetivada a construção, o direito ao uso cessará, e o LOIE será automaticamente reintegrado ao Patrimônio da Administração, sem que o beneficiário tenha direito a qualquer indenização, em Juro ou fora dele;
- 4 - Após a construção, e aprovada pela Administração, esta Ocupação será devidamente legalizada, de conformidade com a Lei vigente;
- 5 - É PROIBIDO a concessão de LICENÇA DE OCUPAÇÃO a quem possuir Direitos ou Propriedade sobre Lote(s) Urbano(s), nesta Vila de Pacaraima.

Vila de Pacaraima (RR), em 24 de outubro de 1.996.

Islandia Ketman Trindade
 ISLANDIA KETMAN SCANTLEBURY TRINDADE

PREF. MUN. DE BOA VISTA
 VILA DE PACARAIMA

Paulo Roberto Araujo de Souza
 Paulo Roberto Araujo de Souza
 4836 96 10/10/96

Requerimento n.º _____ Livro _____ Fl. _____

Fonte: PMBV-1996 - Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza - 2014

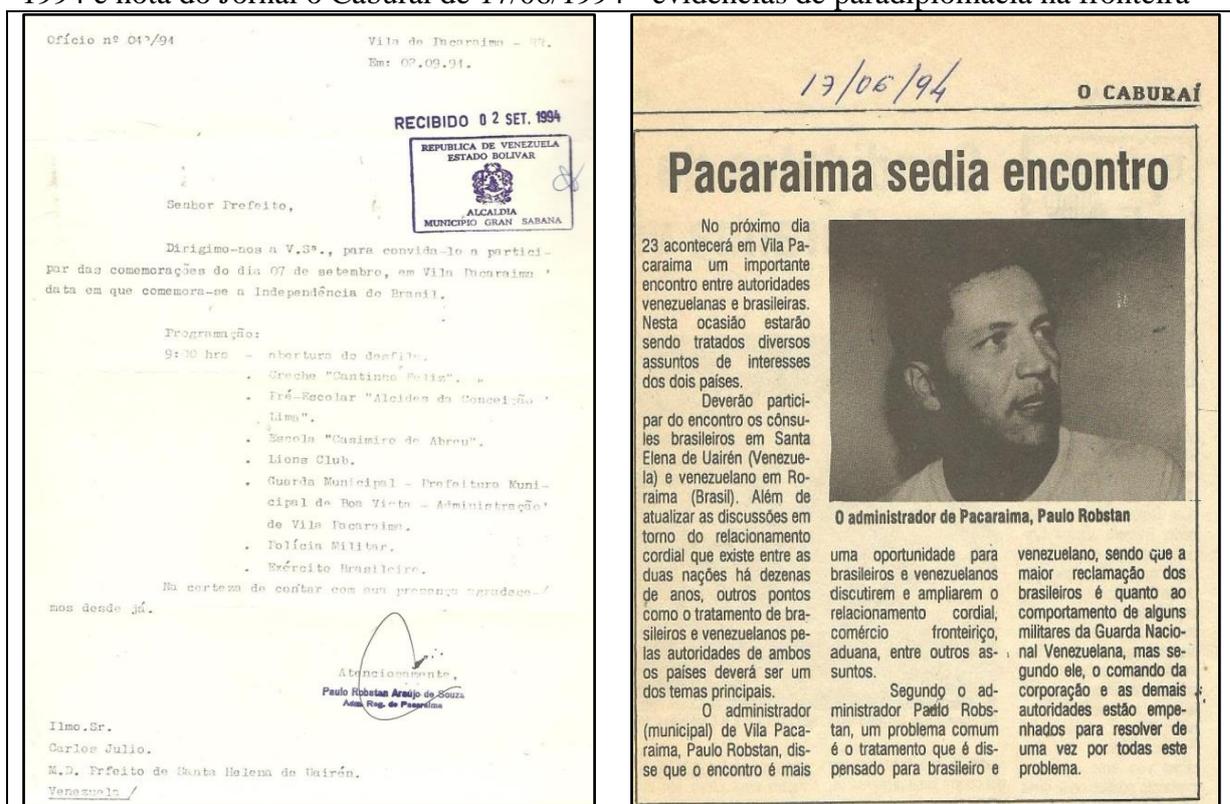
Detalhe do loteamento da Vila Nova ,em 1996, na Vila de Pacaraima, às vésperas de se transformar em cidade. A carta cadastral da Prefeitura de Boa Vista mostra a quadra onde se localiza a Escola Municipal Alcides da Conceição Lima e demais lotes destinados a residências e parte do traçado das ruas Miang, Suriname, Venezuela e Caribe. Ao lado observa-se o exemplo de documento de Licença de Ocupação que era conferido aos habitantes dos lotes.

Nesse período iniciou-se a abertura e loteamento do Moro do Quiabo que começava a ser povoado, com cadastramento dos moradores, atraindo mais pessoas para o local. Hoje a localidade é o bairro Élzio Peixoto e o apelido - Morro do Quiabo é em função dos componentes químicos de seu solo que o torna escorregadio.

Segundo o administrador, o documento surgiu em um momento de tensões, invasões e imprudências e o objetivo era garantir, de certa forma, a titularidade aos moradores, conferindo-lhes o *status* de posseiros de boa-fé e não de invasores.

A produção do espaço da vila, na administração de Paulo Sacolinha foi fortemente influenciada pela relação que a localidade possuía com o país vizinho. O administrador protagonizou vários atos de paradiplomacia, como se observa na Figura 23, sobre convite feito ao prefeito de Santa Elena de Uairén para as comemorações de 7 de setembro em Pacaraima, ou ainda, sediando encontro internacional com a perspectiva de se debater relações de cordialidades, comércio e segurança.

Figura 37 – Quadro com cópia de ofício enviado ao prefeito de Santa Elena de Uairén, em 1994 e nota do Jornal o Caburá de 17/06/1994 - evidências de paradiplomacia na fronteira



Fonte: Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza - 2014

Em 1993, o comércio formiga era intenso entre os países e promovia forte movimento na região, fazendo com que a Delegacia da Receita Federal em Boa Vista, estabelecesse limites, quantidades e periodicidade para esse comércio entre as fronteiras.

A medida tem forte impacto na construção de casas, pois estipula o mínimo (??? Não é o máximo) mensal de mil dólares de materiais a serem transportados, incluindo materiais de construção provenientes da Venezuela a serem utilizados na cidade na faixa de fronteira, cabendo o ato de fiscalizar a movimentação de compra e venda dessa mercadoria, ao órgão público ligado à prefeitura de Boa Vista, ou seja a administração local na Vila.

Paulo Robstan Araújo de Souza foi o último dos administradores de Pacaraima e sua administração foi marcada por momentos de polêmicas na mídia local da época e lhe rendeu além de popularidade, alguns inimigos. Marcou também a sua administração certa tentativa de institucionalizar os processo de gestão e ampliar as áreas de moradias com preocupação de assegurar aos residentes o conforto em relação à posse e ao uso do solo na vila.

Paulo Sacolinha participou do processo de plebiscito iniciado em 1994 e confirmado em 1995 para a criação do município, sendo ele um entusiasta desse processo. Permaneceu na administração durante o ano de 1996, no qual foi candidato ao primeiro pleito eleitoral municipal da já estabelecida cidade de Pacaraima, contudo, foi derrotado nas urnas por Hiperion de Oliveira, conforme veremos a seguir.

Longe de ser monótona, sua gestão contribui com a produção do espaço da vila de Pacaraima, definindo seus rumos e suas formas. Seus relatos contribuíram com boa parte dessa periodização. O entrevistado possui vários registros sobre o período e não exitou em disponibilizá-los.

Essa análise da estruturação de Pacaraima nos seus primeiros anos aponta os estágios e categorias pelos quais a cidade passou até se estabelecer, tal qual, encontra-se hoje. Embora o processo de produção espacial constitua um processo permanente, a revisão dos primeiros tempos revela o passado dessa constituição e as etapas cumpridas até o momento.

O período remoto da currutela de garimpo marca a localidade como um entreposto de suporte a essa atividade praticada nos dois países. A currutela de nome Divisor constituía-se de uma pequena infraestrutura, sem nenhum traço de urbanidade, cujo interesse era o “apoio” aos agentes que transitam pelo o local.

Tais agentes, junto aos indígenas, são então, os produtores desse espaço e os reprodutores das relações sociais que materializavam a pequena infraestrutura na Currutela do Divisor por meio de suas ações. Essa era a remota localidade que dividia duas nações e/ou duas grandes bacias hidrográficas no contexto amazônico, quando em 1973, com chegada do BEF se instala um povoado integrando a localidade a contextos mais amplos no âmbito de estado e região.

A produção do espaço do povoado que vai sendo denominado aos poucos de BV8 terá com principal produtor a ação de agentes públicos civis e militares, com destaques para esses últimos que promoveram imensas mudanças espaciais na localidade e serão os principais agentes provedores de serviços às populações que irão se estabelecer na região por mais de uma década.

De 1973 a 1983 há uma efetiva militarização da área do povoado que pela presença do 3ºBEF que integrava uma lógica de defesa e segurança nacional que modificavam os espaços amazônidas, com intuito de garantir o imperativo da soberania nacional por meio de proteção de suas fronteiras. Além de um fixo contencioso o 3ºBEF e as obras vindas com ele proporcionaram um incremento das relações paradiplomáticas e de comércio entre os dois países.

A ação produtora de espaço praticada por militares e civis indígenas ou não, no contexto da fronteira promoveu maior adensamento de moradias atraindo pessoas e chamando atenção do poder público municipal de Boa Vista que transforma o povoado de BV8 na Vila de Pacaraima no ano de 1983.

O estabelecimento da Vila marca a transição de uma área liderada, ainda que indiretamente, por militares para uma área com lideranças civis. Foram dez administrações e nove administradores. Os primeiros períodos são marcados por mandatos curtos com muita alternância entre os administradores sempre vinculados ao contexto municipal de Boa Vista, bem como ao contexto do executivo estadual, o que significadizer que as mudanças na Prefeitura de Boa Vista ou no Estado, refletiam mudanças na administração da vila.

Nos últimos períodos da administração da vila, no entanto, há uma maior estabilidade dos administradores, ou seja, eles permaneceram maior quantidade de tempo na gestão. Mais uma vez, a relação se dá em função da administração e sua vinculação a outras esferas políticas da Prefeitura de Boa Vista e do Estado.

No período de existência da vila os administradores foram os grandes promotores dos processos de produção espacial. Agentes nomeados pelo poder público municipal de Boa Vista, suas ações refletiam o grau de interesse e/ou articulação política que cada um deles possuía com as esferas municipal e estadual.

Suas ações geraram as condições necessárias ao estabelecimento do município. Foram eles que no período lideraram, sejam por obrigação de cumprimento do cargo ou por envolvimento com a localidade, os processos produtores e reprodutores de espaços. Dos nove administradores oito eram homens e uma, mulher. A oportunidade de conhecer alguns deles, inclusive Edutina Passos, permite afirmar que foram essas pessoas envolvidas com a

localidade e seus acertos e erros devem ser entendidos numa perspectiva de análise conjuntural e das forças que os moviam no período.

Embora os administradores protagonizem e liderem as ações sociais que se materializaram na produção do espaço da vila, deve-se reconhecer a atuação e ações de outros agentes como os militares, a política nacional de defesa na fronteira, os grupos indígenas, os garimpeiros, comerciantes e outros agentes que viviam ou se sentiam atraídos pela localidade, os quais compõem o conjunto de agentes promotores de processos de produção espacial da vila de Pacaraima.

PACARAIMA COMO CIDADE - 1996 A 2014

